

ALINE ALMUSSA

**UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO
COM A SAÚDE ENTRE TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE
SERTÃOZINHO/SP**

ASSIS
2011

ALINE ALMUSSA

**UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO
COM A SAÚDE ENTRE TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE
SERTÃOZINHO/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
e Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Dr^a. Maria Luiza Gava Schmidt

ASSIS
2011

ALINE ALMUSSA

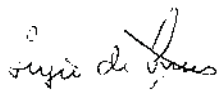
UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO E SUA
RELAÇÃO COM A SAÚDE ENTRE TRABALHADORES RURAIS DO
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO/SP

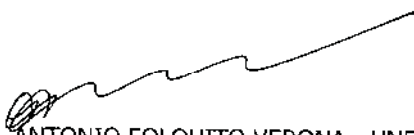
Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 28/07/2011

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROFA. DRA. MARIA LUIZA GAVA SCHMIDT - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. SÉRGIO ROBERTO DE LUCCA - UNICAMP/Campinas


PROF. DR. ANTONIO FOLQUITO VERONA - UNESP/Assis

Aos meus pais, Pierina e Valter, e à meu irmão Rodolfo, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me e encorajando-me sempre que preciso.

E aos trabalhadores rurais que possibilitaram a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais e ao meu irmão por sempre me apoiarem e por estarem ao meu lado quando preciso.

Às minhas avós, Nair e Gertrudes, e aos meus avôs (*in memorian*), Antônio e Luiz, por seus incentivos e por serem exemplos de mulheres e homens trabalhadores, prováveis razões pelo meu fascínio pelo mundo do trabalho.

Aos outros familiares, tios e tias, primos e primas que também me incentivaram.

À minha orientadora, Maria Luiza Gava Schmidt, por estar presente em minha vida acadêmica, por acolher-me e compartilhar sua experiência e seu conhecimento na área de saúde do trabalhador. Agradeço ainda, pela paciência e por ser tão dedicada ao seu trabalho, tornando-se fonte de inspiração e exemplo de profissional e mulher.

Às professoras: Maria Laura Nogueira Pires, pela participação na banca de qualificação; e Telma Gonçalves Carneiro Spera de Andrade, por sempre aceitar prontamente o convite de composição de banca.

Ao professor Francisco Hashimoto, por ser um admirável pesquisador, e por compartilhar seus conhecimentos e simpatia durante a graduação e o mestrado.

Ao professor Sérgio Roberto de Lucca, por seus valiosos apontamentos quando da qualificação, e por novamente aceitar a participar da banca, porém, dessa vez de defesa de mestrado.

Ao professor Antônio Folquito Verona e ao Dr. Walnei Fernandes Barbosa, por também aceitarem prontamente a participar da composição da banca de defesa. Agradeço ainda ao Dr. Walnei pela contribuição do material áudio visual sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais, o qual contribuiu para o enriquecimento dos conhecimentos acerca do contexto estudado.

Aos funcionários da pós graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, pela ética, profissionalismo, e pela prontidão em atender a todos com respeito.

Aos meus amigos, aqui seria injusto citar nomes, pois creio que todos eles me ajudaram de algum modo. Agradeço-os por compreenderem minhas ausências nas confraternizações, e por sempre estarem dispostos a estenderem as mãos quando preciso.

À Carol, Mari, Jéssica e José pela convivência e amizade durante o período do mestrado. Vocês foram muito importantes para mim. Sempre me lembrarei de vocês.

Aos trabalhadores rurais, que participaram dessa pesquisa e nos proporcionaram o conhecimento desse universo desafiador no campo da Saúde Pública, compartilhando suas angústias e contribuindo com suas histórias de vida, as quais alicerçaram esse estudo.

Ao Neguinho e aos empreiteiros que divulgaram entre os trabalhadores rurais os objetivos da pesquisa, fortalecendo a manifestação de interesse desses trabalhadores em participar do estudo.

Às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.

À CAPES por viabilizar a pesquisa, através do reconhecimento da importância do tema pesquisado, possibilitando a pesquisadores novas reflexões.

E finalmente a todos aqueles que passaram por minha vida, e que contribuíram para a realização desse estudo.

ALMUSSA, Aline. **Um Estudo das Condições de Vida e de Trabalho e sua Relação com a Saúde entre Trabalhadores Rurais do Município de Sertãozinho/SP**, 2011, 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2011.

RESUMO

O trabalho rural, em especial na lavoura canavieira, está condicionado a intensas cargas de trabalho, submetendo os trabalhadores a riscos como: acidentes de trabalho; exposição a agrotóxicos e doenças osteomusculares. O objetivo geral dessa pesquisa foi identificar as histórias de vida e as condições de trabalho, relatadas e percebidas pelos trabalhadores rurais do município de Sertãozinho/SP. Como objetivos específicos buscamos: Verificar os fatores de risco relacionados ao trabalho no contexto estudado; Analisar a percepção dos trabalhadores acerca de sua saúde; Identificar as estratégias de defesa utilizadas pelos trabalhadores rurais. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados as Fichas de Cadastro do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, da Estratégia Saúde da Família; Entrevistas individuais semi-estruturada; Registros fotográficos. Participaram do estudo 46 (quarenta e seis) trabalhadores, sendo 35 do gênero masculino e 11 do gênero feminino; 25 residentes no bairro Jardim Alvorada e 21 no distrito de Cruz das Posses. A faixa etária dos trabalhadores oscilou entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) anos. Os dados foram analisados quantitativamente e qualitativamente. Os dados de natureza quantitativa foram tabulados e analisados em formas de tabelas e quadros. Os dados qualitativos foram analisados tomando como referência a Teoria do Desgaste Mental no Trabalho da autora Seligmann-Silva (1994) a qual considera que as situações de trabalho são correlacionadas ao desgaste mental, que é concebido numa perspectiva dinâmica, levando em conta a dimensão subjetiva e os enfrentamentos. Além dessa autora, recorreremos ao autor Wiedemann (1993), que concebe a percepção de risco como a competência de interpretar uma situação de possível dano baseada em suas experiências anteriores e sua suplantação para um momento futuro; e também à Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1992), o qual entende a fala do trabalhador como importante meio de compreensão de sua saúde e de aspectos relacionados ao trabalho. Dentre os 46 trabalhadores, 23 sofreram acidentes de trabalho, sendo que cinco trabalhadores tiveram seus acidentes subnotificados; 19 sentiram-se mal durante a atividade laboral; 14 possuíam algum problema de saúde; 16 faziam uso de medicações, além do constante uso de analgésicos para aliviar as dores provocadas pelo desgaste do trabalho. A maioria dos trabalhadores percebeu algum risco em suas atividades laborais, e considerou o processo do trabalho desgastante. Com base nos resultados, constatamos uma situação precária das condições de trabalho, em que os trabalhadores conseguem perceber alguns riscos a que estão expostos e o desgaste proporcionado pela carga de trabalho, de modo que utilizam-se de estratégias de defesas individuais e coletivas para conseguirem continuar produzindo frente as situações de risco e desgaste. Neste contexto, propomos que os estudos acerca do cotidiano laboral dos trabalhadores rurais devam aprofundar as questões relacionadas às condições de vida, saúde e trabalho, a fim de propor novas formas concretas de intervenção para a preservação da integridade destes trabalhadores.

Palavras Chaves: Saúde do trabalhador; Lavoura de cana de açúcar; Condição de trabalho; Desgaste físico e mental.

ALMUSSA, Aline. **A Study of the Conditions of Life and of Work and your Relationship With The Rural Worker's Health City of Sertãozinho, SP**, 2011, 150f. Dissertation (Master in Psychology) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2011.

ABSTRACT

The rural work, special in the sugar cane agriculture, is conditioned of intense loads of work, subjecting the workers to risks like: accidents of work; exposition to agrottoxics; and, musculoskeletal diseases. The overall objective of this research was to identify the stories of living and working conditions, reported and perceived by rural workers in the city of Sertãozinho/SP. The specific objectives were: Check the risk factors related to work in the context studied; Analyze the perceptions of workers about their health; Identify the defense strategies used by rural workers. The instruments used for data collection were: Bookmarks Registration of the Program of Health's Community Agents, Family Health Strategy; individual semi-structured interviews; photographic records. The study included 46 (forty six) workers, including 35 males and 11 females, 25 residents of Jardim Alvorada district and 21 in Cruz das Posses. The age of workers ranged from 20 (twenty) and 60 (sixty) years. The data were analyzed quantitatively and qualitatively. The quantitative data were tabulated and analyzed in forms of tables and charts. Qualitative data were analyzed with reference to the Theory of Wear Mental in the Work, by the author Seligmann-Silva (1994), which considers the working conditions are correlated to the mental strain, which is conceived in a dynamic perspective, taking into account the subjective dimension and confrontations. In addition to this author, we've used the author Wiedemann (1993), which considers the perception of risk as the competence to interpret a situation of potential harm based on their previous experiences and their supplanting for a future time; and also to the Psychodynamics of work by Dejours (1992), which understands the speech of the workers as an important mean of understanding their health and the aspects related with work. Among the 46 workers, 23 suffered accidents of work (five employees had underreported their accidents); 19 felt unwell during the working activity; 14 had a health problem; 16 were using drugs, besides the constant use of analgesics to relieve the pain caused by work wear. Most of workers saw some risk in their work activities, and considered the process of work exhausting. Based on the results, we found a precarious working conditions, in which workers can perceive some risks that they are exposed, and they can perceive the wear provided by the workload, so they make use of individual and collective strategy of defenses to be able to continued producing in front wear and risk situations. In this context, we propose that studies on the daily labor of the rural workers should deepen the questions related with the life, health and work conditions, to propose new forms of concrete actions in preserving the integrity of these workers.

Key Words: Worker's Health; Sugarcane Agriculture; Condition of Work; Mental and Physical Load.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	12
APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	15
CAPÍTULO II – OBJETIVOS.....	20
2.1 OBJETIVO GERAL.....	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
CAPÍTULO III – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
3.1 O CONTEXTO DO TRABALHO RURAL.....	24
3.2 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO: O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO RURAL.....	26
3.3 A CARGA DE TRABALHO NO CONTEXTO RURAL.....	29
3.4 IMPACTOS DO TRABALHO RURAL NA SAÚDE DOS TRABALHADORES.....	33
3.5 O CONTATO COM AGROTÓXICOS E OS RISCOS A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL.....	35
CAPÍTULO IV – MATERIAIS E MÉTODOS.....	39
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	40
4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	42
4.3 O CONTEXTO, OS SUJEITOS E ASPECTOS ÉTICOS.....	44
4.4 A ANÁLISE DE DADOS	47
4.5 MÉTODO.....	48
CAPÍTULO V – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
5.1 HISTÓRIAS DE VIDA.....	54
5.1.1. As condições de moradia dos trabalhadores: alojamentos e residências.....	67
5.1.2. A relação familiar e a saudade.....	69
5.1.3. Da quentinha à bóia fria.....	71
5.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	73
5.2.1. O cotidiano de trabalho.....	79
5.2.2. Estrutura Temporal do Trabalho.....	88
5.2.3. Formas de pagamento no trabalho rural.....	90
5.2.4. Entre o corte da cana de açúcar e os bicos.....	94

5.2.5. O aprender sozinho.....	96
5.2.6. Relacionamento com colegas.....	97
5.2.7. O impacto do trabalho nas relações familiares.....	98
5.2.8. Perspectivas e sonhos.....	100
5.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA.....	102
5.3.1. Ginástica laboral e a moldagem.....	102
5.3.2. O trabalho e os reflexos no corpo.....	105
5.3.3. Equipamentos de Proteção Individual, o cuidado com o corpo e a percepção dos riscos.....	110
5.3.4. Acidentes de Trabalho, a saúde do trabalhador e os riscos a que estão expostos.....	114
5.3.5. Contato com agrotóxicos.....	121
5.3.6. Defesas contra os riscos.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
FONTES ICONOGRÁFICAS.....	141
APÊNDICES.....	142
Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada.....	143
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	145
ANEXOS.....	146
Anexo A – Folheto Estratégia Saúde da Família.....	147
Anexo B – Ficha Cadastral do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS).....	149

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1: Mapa da localização da cidade de Sertãozinho no Estado de São Paulo.....	40
Figura 2: Tabela demonstrativa da população geral dos Bairros Estudados (cadastrados no PACS) x População do estudo (trabalhadores rurais) por bairro.....	42
Figura 3: Quadro demonstrativo da quantidade de trabalhadores rurais cadastrados.....	45
Figura 4: Tabela demonstrativa das características dos trabalhadores rurais cadastrados no PACS.....	45
Figura 5: Tabela demonstrativa da condição de moradia usufruída pelos trabalhadores rurais cadastrados no PACS.....	45
Figura 6: Tabela demonstrativa de queixas de adoecimento entre trabalhadores rurais cadastrados no PACS.....	46
Figura 7: Quadro demonstrativo da distribuição por gênero e faixa etária dos participantes.....	54
Figura 8: Quadro demonstrativo da escolaridade dos trabalhadores distribuída por gênero.....	55
Figura 9: Quadro demonstrativo do Estado brasileiro de origem dos trabalhadores.....	55
Figura 10: Quadro demonstrativo da função exercida pelos trabalhadores por gênero.	56
Figura 11: Quadro demonstrativo da Função atual exercida pelos trabalhadores e do tempo na função.....	56
Figura 12: Quadro demonstrativo relativo aos dados de função atual e exercício de outra função anterior.....	57
Figura 13: Tabela demonstrativa das respostas referente aos dados: localidade das residências e situação de moradia.	67
Figura 14: Fotos ilustrativas de pontos em que os trabalhadores esperam o ônibus para serem transportados até o local da atividade do corte da cana de açúcar.....	79
Figura 15: Foto ilustrativa de trabalhador afiando a lâmina do podão.....	82
Figura 16: Fotos ilustrativas do local onde os trabalhadores guardam seus instrumentos de trabalho.	82
Figura 17: Fotos ilustrativas de instrumentos de trabalho encontrados em residências de trabalhadores.	83
Figura 18: Foto ilustrativa das condições oferecidas aos trabalhadores.....	87
Figura 19: Foto ilustrativa de trabalhadores no acampamento apropriado para as refeições.	89
Figura 20: Quadro demonstrativo da jornada diária, dos dias trabalhados e folgas por função.....	90
Figura 21: Foto ilustrativa de trabalhadores registrando o horário no ponto eletrônico.	92
Figura 22: Foto ilustrativa do ponto eletrônico utilizado para controlar o horário dos trabalhadores.....	93
Figura 23: Foto ilustrativa de carrinho de sucata que trabalhador rural utiliza como renda alternativa.	95

Figura 24:	Foto ilustrativa do local em que os trabalhadores realizam a ginástica laboral.	105
Figura 25:	Foto ilustrativa de trabalhadores verificando o local em que realizarão a capinagem.	108
Figura 26:	Foto ilustrativa de trabalhador capinando o mato do entorno da cana de açúcar.	108
Figura 27:	Foto ilustrativa de trabalhador cortando cana-de-açúcar.....	109
Figura 28:	Fotos ilustrativas dos trabalhadores usando os EPI.....	111
Figura 29:	Foto ilustrativa das luvas utilizadas no corte da cana.....	111
Figura 30:	Quadro demonstrativo da função dos EPI.....	111
Figura 31:	Quadro demonstrativo dos dados referentes à Função e à ocorrência de Acidente de Trabalho (AT).....	116
Figura 32:	Quadro demonstrativo dos dados referentes a Gênero e à ocorrência de Acidente de Trabalho (AT).....	116
Figura 33:	Fotos ilustrativas de adubo (direita) e carriola utilizada para transportar o adubo (esquerda).....	118
Figura 34:	Quadro demonstrativo dos dados relativos a contato com agrotóxico; gênero e função.....	121
Figura 35:	Fotos ilustrativas de embalagens vazias encontradas na moradia de trabalhador.....	122

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AT	Acidente de Trabalho
CANASAT	Mapeamento da Cana Via Imagens de Satélite de Observação da Terra
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CIAP	Centro Integrado de Apoio Profissional
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LER/DORT	Lesão por Esforços Repetitivos/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICA	União da Indústria de Cana de Açúcar

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho começou a ser pensado em 2008, enquanto cursava meu último ano de graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, durante o estágio de Psicologia do Trabalho, em que fui supervisionada pela Professora Maria Luiza Gava Schmidt, no Núcleo de Estágio em Saúde do Trabalhador. Além dessas atividades de estágio, também desenvolvia um projeto de iniciação científica em que obtive o auxílio financeiro, na forma de bolsa, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esse projeto de iniciação foi o modo pelo qual, de fato, ingressei nos estudos acerca dos impactos dos aspectos das condições de trabalho na saúde do trabalhador.

Atentas às leituras e discussões sobre o campo de atuação da Psicologia, surgiram preocupações relativas à exposição aos riscos que os trabalhadores rurais estão submetidos. Esse fato motivou o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, posto que entendemos que além de podermos demonstrar a realidade vivida por esta população contribuímos para avançar as ações da Psicologia do Trabalho para outros contextos, no extra muros das instituições.

O cotidiano dos trabalhadores rurais é um assunto que deve ser estudado e denunciado, pois esses trabalhadores enfrentam condições de trabalho que muitas vezes chegam a ser desumanas.

Vários estudos relacionados ao tema apontam para os fatores de riscos e desgaste relacionados ao trabalho no contexto rural. E embora a literatura tenha uma variedade de estudos sobre a saúde dos trabalhadores rurais, as publicações basicamente informam aspectos físicos, e a nosso ver, existem impactos psicossociais que merecem ser pesquisados e descritos, de modo a demonstrar os danos à vida destes trabalhadores, que se estendem para além dos agravos à saúde do corpo.

Nessa perspectiva, apresentamos no decorrer desta pesquisa aspectos das condições de vida e saúde, bem como do trabalho entre trabalhadores rurais, ilustrando por meio de imagens e discursos, uma realidade desgastante, despercebida aos olhos de muitos.

Revivemos por esse estudo, o sabor amargo do açúcar, que para ser produzido requer um esforço avassalador do indivíduo levando-o a um desgaste que fere tanto sua integridade física, como mental e social.

A realidade conhecida nesta pesquisa se revela através dos cinco capítulos descritos no decorrer desta dissertação e também de apontamentos inseridos em nossas Considerações Finais.

Uma breve história da ampliação da lavoura de cana no estado de São Paulo, bem como os possíveis riscos à saúde da população trabalhadora que executam essas atividades laborais neste contexto, foram descritos no Capítulo I. Neste capítulo, também, norteamos a justificativa desta pesquisa; ressaltando a necessidade de ampliação de estudos que visem o impacto psicossocial do trabalho.

Os objetivos que nortearam esta pesquisa encontram-se descritos no Capítulo II.

Referências teóricas encontradas em nossa pesquisa bibliográfica sobre a temática: trabalho na lavoura de cana de açúcar estão apontados no Capítulo III.

O contexto, os sujeitos, os procedimentos de coleta de dados e o método utilizados nesta pesquisa estão descritos no Capítulo IV.

No Capítulo V, encontram-se os resultados de nossa coleta de dados, bem como sua análise e discussão, fundamentados cientificamente.

Nas Considerações Finais retratamos nossas observações, pontuando o atendimento dos objetivos propostos, e nossas reflexões acerca da temática pesquisada.

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

De acordo com a União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA, 2010), estima-se que existam 1,28 milhões de trabalhadores no país com carteira assinada no setor sucroalcooleiro; destes, 482 mil trabalham no corte de cana; e, aproximadamente 140 mil cortadores de cana de açúcar trabalham no interior do estado de São Paulo.

Em 2005, segundo Ribeiro e Ficarelli (2010), foram produzidas cerca de 1.011.580 milhões de toneladas de cana de açúcar em todo o mundo. No Brasil, foram 422.926 milhões de toneladas, equivalentes a 42% do total mundial, sendo o país já o maior produtor. O estado de São Paulo é responsável por 55% da produção nacional e 24% da mundial. Havendo a tendência de expansão devido à demanda e à adaptação do cultivo a outras regiões. Em 2008, a produção brasileira alcançou 648.847.700 toneladas e para 2009 a previsão de safra era de 674.659.345 toneladas, numa área de 61 milhões de hectares.

Ainda segundo a UNICA, espera-se que até 2017 praticamente toda a colheita seja mecanizada, e a queima da palha da cana esteja suspensa. No entanto, mesmo com a queda anual de 20% no número de cortadores de cana, por conta da mecanização, provavelmente esse trabalho nunca deixe de existir, devido ao fato da mecanização só poder ocorrer em terrenos planos, com pouca inclinação, desse modo, áreas de difícil acesso ainda terão que contar com o trabalho dos cortadores.

Para Marx, trabalho pressupõe uma atividade exclusivamente humana:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes, igualmente, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985, p. 153).

Segundo Rumin (2004), o trabalho rural na agricultura canavieira, do estado de São Paulo, é regido por relações assalariadas de trabalho. Caracteriza também o trabalho nesta cultura a crescente mecanização do corte de cana, em todas as regiões do estado, em especial a região de Ribeirão Preto, onde se localiza a cidade de Sertãozinho. Essa mecanização tem gerado desemprego dos cortadores de cana de açúcar, pressionado os salários, enfraquecido o movimento sindical e contribuído para o agravamento das condições de trabalho.

Os trabalhadores rurais, em especial os cortadores de cana, trabalham em meio à poeira, fuligem da cana queimada, e algumas vezes produtos químicos, como agrotóxicos. Além de estarem expostos ao contato com animais peçonhentos. Assim, notamos que esses trabalhadores estão expostos a constantes riscos presentes no ambiente de trabalho na forma

de agentes físicos, químicos, ergonômicos, e mentais, tornando-se os principais causadores de doenças ocupacionais.

Segundo Seligmann-Silva (2003), os agentes físicos, presentes em ambiente de trabalho, são de diversas naturezas e, entre eles, destacam-se o ruído, o calor, o frio, as vibrações, as radiações ionizantes e as não ionizantes, além das pressões anormais, como as pressões hiperbáricas.

Os agentes químicos, segundo a autora, acarretam grande incidência de doenças profissionais causadas por produtos químicos, que são encontrados no ambiente de trabalho sob as formas líquida, gasosa, de vapores e sólida, e podem penetrar no organismo pelas vias respiratórias, digestiva e, também, através da pele, dependendo das características físico químicas das substâncias. Esses agentes são classificados, na literatura, conforme a sua natureza química ou de acordo com sua ação no organismo. Como exemplo: metais e metalóides; solventes aromáticos; solventes halogenados; poeiras minerais; óleos (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Os agentes biológicos produzem riscos à saúde decorrentes da exposição à microorganismos (bactérias, vírus, fungos e protozoários adquiridos em virtude de condições ligadas à natureza do trabalho). Em determinados trabalhos, onde se manipulam produtos de origem animal, uma doença infecciosa pode ser considerada como ocupacional (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Ainda devido às más condições de trabalho, os trabalhadores podem vir a apresentar problemas físicos e de saúde, e conseqüentemente Acidentes de Trabalho (AT).

O conceito legal de Acidente de Trabalho (AT) é o que consta na Lei n. 8213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Acidente de Trabalho é aquele que ocorre durante o exercício do trabalho, que provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. Consideram-se igualmente os casos ocorridos no percurso da residência e do local de refeição para trabalho ou deste para aquele.

Os acidentes de trabalho são considerados ainda em termos legais nas seguintes entidades: doença profissional (a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho, peculiar a determinada atividade, e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social); doença do trabalho (a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente).

Quanto às causas do acidente de trabalho, na maioria das vezes os trabalhadores são condicionados pelo cansaço provocado pelas horas extras, estafa crônica, horas não dormidas,

pela alimentação e transporte deficientes, pelas precárias condições ambientais, pelo manuseio de máquinas e equipamentos que requeiram atenção redobrada, pela intensificação do ritmo de trabalho, e pelas más condições de vida e de trabalho, entre outras causas (MENDES, 2002).

Muitos profissionais, além do desgaste causado pelos transtornos do sono vigília, apresentam com o tempo desgastes ósseo-musculares como: artrite; tendinite; lordoses; bursites, LER/DORT (lesão por esforços repetitivos/ distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) entre outros, e geralmente, são causas da incapacidade laboral ou permanente ou temporária.

Segundo Merlo *et al.* (2001), agrupam-se como LER/DORT afecções que podem acometer tendões, sinóvias, músculos, nervos, ligamentos, de forma isolada ou associada, com ou sem degeneração de tecidos, atingindo, principalmente, mas não somente, os membros superiores, região escapular e pescoço, com origem ocupacional. A LER/DORT abrange vários sintomas concomitantes ou não, como dor, parestesia, sensação de peso e de fadiga.

Vários fatores associados ao trabalho contribuem para a ocorrência de LER/DORT como a repetição de movimentos, a manutenção de posturas inadequadas, o esforço físico, a invariabilidade de tarefas, a pressão mecânica sobre determinados segmentos do corpo, o trabalho muscular estático, impactos e vibrações (MERLO *et al.*, 2001). Percebemos, através das referências encontradas, como no estudo de Rumin (2004) que os trabalhadores rurais, sobretudo, os cortadores de cana, trabalham constantemente em posturas inadequadas e realizando repetidamente os movimentos braçais com o podão para o corte da cana de açúcar.

Teixeira (2011) em notícia publicada pelo Jornal O Globo destacou um estudo realizado pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde de São Paulo com cortadores de cana de 27 usinas da região de Ribeirão Preto, no norte paulista, que revelou o alto nível de desgaste físico imposto aos seus trabalhadores. O estudo confirmou as condições insalubres de trabalho dessa categoria além da rotina extenuante e repetitiva desses trabalhadores.

Segundo esse estudo, a cada minuto trabalhado, são feitas 17 flexões de tronco pelo cortador de cana e aplicados 54 golpes de facão. O joelho fica todo o tempo semiflexionado, e há extensão da cervical. Além do fato desse trabalhador não se hidratar adequadamente, sendo que ao longo do dia, o trabalhador perde oito litros de água do corpo. Dessa forma, são cortadas e carregadas diariamente, em média 12 toneladas de cana, por trabalhador, em São Paulo (TEIXEIRA, 2011).

Ainda segundo notícia do jornal O Globo (TEIXEIRA, 2011), o Ministério Público do Trabalho informou que registrou 35 processos por descumprimento de normas trabalhistas de ambiente de trabalho na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, em 2010. Sendo sete processos a mais do que em 2009. O órgão informou também que a maior parte das reclamações aconteceu por motivos como moradias impróprias ou número de pessoas por quarto acima da capacidade (TEIXEIRA, 2011).

Considerando que alguns estudos como de Alessi e Navarro (1997), Lima et al. (1999), Peres (2009), Ribeiro e Ficarelli (2010), Riquinho e Gerhardt (2010), Almussa e Schmidt (2010), entre outros, evidenciam os impactos que o trabalho rural nas lavouras, especialmente na atividade de cana de açúcar, trazem à saúde do trabalhador rural sob diferentes aspectos seja devido a acidentes de trabalho, ou pela intoxicação por uso de produtos químicos, ou ainda decorrentes de doenças ocasionadas pelo trabalho. E tomando como base as referências que atentam para a problemática que atinge a população de trabalhadores rurais, sobretudo nas questões relacionadas ao descumprimento de normas trabalhistas, e condições inadequadas de moradia, esta pesquisa se justifica pelas contribuições que traz frente às reflexões sobre a relação homem trabalho no contexto rural.

Além disso, ao contar as histórias de vida e trajetórias profissionais destes trabalhadores, nosso estudo revela realidades que passam despercebidas por órgãos responsáveis pela vigilância em saúde e normatizadora, em relação às condições precárias de trabalho e moradia.

Somada a essas justificativas, o estudo também se faz relevante, pelo fato de realizarmos a coleta de dados numa região considerada representativa do ramo sucroalcooleiro, onde existe a necessidade de mão de obra, e que pela falta de oportunidade para trabalhadores de outras regiões brasileiras provoca a migração para o município de Sertãozinho. Do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia, principalmente, chegaram as maiores levas de pessoas desejosas em trabalhar no corte da cana na cidade, o que nos coloca em um campo fértil para estudos sobre a temática a ser pesquisada.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Mediante ao exposto anteriormente, eis os objetivos que nortearam a presente pesquisa.

2.1. OBJETIVO GERAL:

O objetivo geral dessa pesquisa foi identificar as histórias de vida e as condições de trabalho, relatadas e percebidas pelos trabalhadores rurais do município de Sertãozinho/SP.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Verificar os fatores de risco relacionados ao trabalho no contexto estudado;
- Analisar a percepção dos trabalhadores acerca de sua saúde;
- Identificar as estratégias de defesa utilizadas pelos trabalhadores rurais.

CAPÍTULO III

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como alicerce para a fundamentação teórica desta pesquisa, realizamos a revisão bibliográfica por meio da base de dados Scielo, uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Além disso, no decorrer da pesquisa tivemos oportunidade de fazer leituras de outros artigos não indexados nesta base de dados bem como teses e dissertações que contribuíram para fundamentar a temática pesquisada.

Os descritores inseridos na base de dados foram: trabalhador rural, saúde do trabalhador, e percepção de riscos e agrotóxicos, o que nos trouxe a resposta de publicações em diversos periódicos, tais como:

- Ciência e Saúde Coletiva;
- *Cadernos de Saúde Pública*;
- *Revista de Saúde Pública*;
- *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*.
- *Revista Brasileira de Epidemiologia*;
- *Revista de Economia e Sociologia Rural*;
- *Saúde e Sociedade*;
- *Physis Revista de Saúde Coletiva*;
- *São Paulo em Perspectiva*;
- *Revista Brasileira de Educação*;
- *Ciência da Informação*;
- *Informações Econômicas*.

Conforme mencionados por (ALMUSSA & SCHMIDT, 2010, p.269), encontramos diversos artigos nos periódicos nacionais que tratam do assunto. No periódico *Ciência e Saúde Coletiva*, encontramos 21 artigos; no periódico *Cadernos de Saúde Pública*, 17 artigos, no periódico *Revista de Saúde Pública*: 10 artigos; no periódico *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* encontramos 6 artigos. As demais revistas citadas, como: *Revista Brasileira de Epidemiologia*; *Revista de Economia e Sociologia Rural*; *Saúde e Sociedade*; *Physis Revista de Saúde Coletiva*; *São Paulo em Perspectiva*; *Revista Brasileira de Educação*; *Ciência da Informação*; *Informações Econômicas* embora em menor quantidade, também ofereceram contribuições de aproximadamente um artigo cada.

Partindo do estudo destas referências agrupamos a temática encontrada na literatura em seis subitens descritos na sequência:

- O contexto do trabalho rural;

- Condições de vida e trabalho: trabalho infantil e feminino no contexto rural;
- A carga de trabalho no contexto rural;
- Impactos do trabalho rural na saúde dos trabalhadores;
- O contato com agrotóxicos e os riscos à saúde do trabalhador rural;
- Indicadores de agravos à saúde dos trabalhadores rurais por meio de estudos de casos.

3.1. O CONTEXTO DO TRABALHO RURAL

Por contexto de trabalho rural, inserimos as concepções dos autores que descrevem sobre a caracterização do espaço, as formas de organização do trabalho bem como modos de inserção da população neste espaço e também articulações entre os trabalhadores inseridos neste contexto com associações, cooperativas, sindicatos, dentre outras.

Peres (2009) definiu o termo rural, que é mais frequentemente utilizado em contraposição a urbano, como todo espaço não urbanizado e de baixa densidade populacional, onde se realizam atividades econômicas diversas, as quais tem importante função na organização dos grupos populacionais.

Segundo Staduto *et al.* (2004), a força de trabalho agrícola temporária é, basicamente, formada por mão-de-obra não-qualificada, o que implica um reduzido poder de barganha na negociação salarial e, além disso, incentiva o não-cumprimento dos direitos trabalhistas. Assim, Staduto *et al.* (2004) aposta na cooperativa de trabalho como um meio pelo qual os trabalhadores rurais possam se organizar e gerenciar suas forças com maior poder de negociação no mercado, para alcançar melhores condições de trabalho, particularmente em situações em que eles se encontram desprovidos total ou parcialmente de direitos trabalhistas.

Ribeiro e Ficarelli (2010) apontam em sua pesquisa que a lei e o sindicato exigem que todos os empregadores registrem os cortadores contratados e que obedeçam as leis trabalhistas. Os trabalhadores temporários são contratados na época da safra, por seis meses e recontratados no próximo ano, por mais seis meses. Alguns trabalhadores, que não possuíam contratos temporários, quando perdem seus empregos, sobrevivem da renda do seguro desemprego.

Os autores Petti e Fredo (2009) consideram a elevação do nível educacional como um subitem a ser considerado com cautela, porque pode indicar a exclusão da parcela não-qualificada e a inclusão de outros trabalhadores mais qualificados, deixando para a sociedade o ônus dessa massa desqualificada e desempregada. Esta situação é amenizada pelo maior

nível de formalidade que caracteriza a cana-de-açúcar e pelo aumento da contribuição para a previdência. Também há um ônus para as prefeituras (sistema de saúde e outras estruturas públicas) gerado pelos trabalhadores que vêm de outros estados (Maranhão e Piauí) e que vivem em alojamentos em condições precárias.

Ainda segundo Petti e Fredo (2009) a organização do trabalho no corte da cana foca mais a produtividade que o bem estar do trabalhador, sendo os cortadores mais produtivos, os chamados facões de ouro, que possuem elevada capacidade individual de corte, colocados à frente dos demais, imprimindo maior ritmo no corte. Desse modo, ocorrem mortes decorrentes de uma extensa rotina de trabalho que possibilita aos cortadores de cana sair de uma média de 6 toneladas por dia para 10 a 12 toneladas.

Os autores ainda apontam que a elevação da produtividade também é fortemente determinada pela mecanização, que emprega trabalhadores mais qualificados e, portanto, melhor remunerados. Ainda há outros parâmetros relevantes para a qualidade de vida dos trabalhadores e moradores das regiões canavieiras: fatores ambientais, como a queima, e fatores econômicos, como a concentração da propriedade e da produção, com suas consequências na distribuição da renda (PETTI & FREDO, 2009).

Vicente *et al.* (2011), ao analisar o comportamento do mercado de trabalho na agricultura paulista entre os anos de 2000 e 2001, apontou que o emprego de trabalhadores assalariados (administrador, tratorista, diarista e mensalistas em geral), decresceu 10,6%. Para os assalariados residentes, a queda foi mais significativa, reforçando uma tendência observada ao longo das duas últimas décadas, ou seja, a permanência na atividade agrícola com residência na cidade. Há ainda que se mencionar a adequação dos processos de produção na agropecuária diante do desafio de produzir com mais competitividade. Na atualidade, tecnologias poupadoras de trabalho direcionadas aos tratos culturais e à colheita das diversas culturas encontram-se em desenvolvimento. Desta forma, necessita-se de um número menor de trabalhadores, porém, sempre mais qualificados e polivalentes. A redução do número de pessoas ocupadas também ocasiona a reorganização das funções de direção, com consequente eliminação de cargos e funções, antes necessários (VICENTE *et al*, 2011).

Veiga Filho (2011) concebe que parte do contingente de trabalhadores que deixou de trabalhar na colheita da cana de açúcar, como seria de se esperar, ao aproveitar-se de condições como idade e potencial, deve estar empregada. Entretanto, outra parte, provavelmente a maior, deve estar vivendo de “bicos”, uma vez que normalmente quem trabalha na colheita são os menos qualificados.

Guillen (2007) ao pesquisar as formas de trabalho coercitivo, dominantes na indústria extrativa da erva-mate em Mato Grosso na primeira metade do século XX, percebeu que a escravidão por dívida atua como uma estratégia de manutenção da mão-de-obra em condições de trabalho insalubres e que proporcionam péssimas condições de vida.

Pereira (2004), ao examinar questões relacionadas à política e às formas participativas construídas pela sociedade civil brasileira, em particular pelos trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil, notou que a presença dos trabalhadores rurais na vida cotidiana das associações, assim como no Sindicato, imprime uma dinâmica na vida comunitária, atestando que a presença dos cidadãos, sobretudo dos trabalhadores rurais, gera um incômodo ao Executivo. Pois eles atuam na realidade local como principal personagem a tentar assegurar que o fundo público não seja desviado para o atendimento de interesses particulares, além de tornarem públicas as demandas, conformando novas institucionalidades, que se movimentam para legitimar, ou para contestar as políticas governamentais (PEREIRA, 2004).

3.2. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO: O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO RURAL

Algumas referências bibliográficas encontradas apontaram para essa temática trazendo conteúdos de extrema relevância sendo considerado importante de ser inserido neste capítulo.

Um exemplo disso é o estudo de Ribeiro e Ficareli (2010), no qual os autores apontam que os homens conseguem salários até o dobro maiores do que o das mulheres, devido à força física que esse trabalho no corte da cana exige. Por essa razão, há menos mulheres interessadas no trabalho e algumas só trabalham poucos meses do ano, ou então não trabalham para cuidar da casa e dos filhos. Concebem que o aumento da meta do corte da cana causou grande diminuição no número de mulheres que realizam esse trabalho. Além de a dupla jornada (o trabalho na cana, e o serviço em casa, com o cuidado e a educação dos filhos) significar um esforço muito maior para as mulheres que também enfrentam o trabalho bruto.

A autora Seligmann-Silva (1994) considera que o trabalho feminino é destacado como um dos mais discriminados, desvalorizados e sujeitos a superexploração. Ainda segundo a autora, preconceitos sexuais e raciais promovem a desqualificação, que implica menores salários.

Em geral, Ribeiro e Ficarelli (2010) observam que os mais capazes de cortar são jovens do gênero masculino, que vêem no corte uma oportunidade de realizar planos de constituir família ou de ajudar na renda familiar, sendo exigido bastante força e preparo físico.

Ao examinarem as condições do trabalhador rural no corte da cana de açúcar, Alessi e Navarro (1997) concebem que o trabalho na lavoura canavieira não estabelece limites quanto ao gênero e a idade. Dele participam crianças a partir de sete anos de idade, pessoas adultas e na terceira idade, do gênero masculino ou feminino. Acerca do trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e seus impactos sobre a saúde daqueles que dela se ocupam, não resta dúvida que o trabalho de crianças e adolescentes está diretamente relacionado à baixa remuneração, pois o trabalho infantil é mais vulnerável que o dos adultos à subremuneração, o que permite uma exploração em grau ainda maior que aquela aplicada ao restante da força de trabalho. Além do fato de estas crianças, ao ingressarem no mercado de trabalho, abandonarem a escola ou terem seu desenvolvimento escolar comprometido, permitindo que a miséria seja repetida nas próximas gerações.

Segundo Mendonça (2006), na sua renúncia, a educação rural voltou a ser estabelecida não apenas como uma ferramenta limitadora de conflitos nas áreas sociais, mas também como confirmação da identidade subalterna do trabalhador rural, em relação aos outros trabalhadores.

Observamos essa situação em pesquisa de Vicente (1998), em que a maioria das trabalhadoras cursou até a 2ª ou 3ª série do primeiro grau ou então não sabiam nem ler e nem escrever. A idade de interrupção de frequência à escola coincidiu com o ingresso no trabalho agrícola. A exploração do trabalho das crianças apresenta aspectos contraditórios, pairando para a família a idéia de que a atividade precoce é garantia de ocupação futura.

Quanto a atividades educativas, Ribeiro e Ficarelli (2010) apontam que nenhum dos entrevistados na pesquisa relatou estar engajado nesse tipo de atividade, pois descrevem como empecilho o cansaço após o trabalho. Apesar de alguns trabalhadores analfabetos declararem interesse em aprender a ler e escrever, eles relataram não estudar por falta de disposição ou de incentivo. O fato de não terem frequentado a escola por mais tempo é justificado por eles pela falta de apoio da família e pelo baixo salário recebido pelos pais e irmãos, o que levava à necessidade de colaborar com a renda familiar.

Ainda segundo Alessi e Navarro (1997), um dos aspectos mais preocupantes da entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é o possível comprometimento de sua saúde, que pode ainda ser potencializado por riscos de acidentes e de doenças do trabalho, por se tratar de força de trabalho ainda imatura e em

desenvolvimento, tendo em vista que os trabalhadores, em geral, estão submetidos a processos desta mesma natureza. Os impactos do trabalho do corte da cana de açúcar na saúde de crianças e adolescentes são visíveis no modo de ser desta atividade, provocando um desgaste relacionado com um conjunto de cargas laborais dos ambientes e condições de trabalho que se materializam em acidentes, doenças inespecíficas e do trabalho, sendo uma atividade penosa, insalubre e perigosa. Encontrar crianças trabalhando de short, camiseta, sandálias de dedo e até mesmo descalças é relatado como algo corriqueiro.

De acordo com Gonçalves (2005), o trabalho infantil nas lavouras de Sertãozinho, estado de São Paulo foi erradicado em 1998, com a criação da ADOT (Associação de Assistência ao Adolescente Trabalhador) em 1991, uma ONG (Organização Não Governamental) que desenvolve seu trabalho junto às classes populares com o intuito de dar formação técnico-profissional, orientação educacional, cultural e esportiva aos adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, os adolescentes encontrados trabalhando em canaviais, foram encaminhados à ADOT e inseridos em trabalhos adequados a sua condição, além de terem sido reencaminhados à escola.

Ao analisar a questão do trabalho feminino no campo, Vicente (1998) observou a inserção da trabalhadora volante ou bóia-fria na agricultura de municípios do sudoeste paulista: Itaberá, Itararé e Riversul, constatando a ampla atividade feminina no trabalho informal, sendo essa incorporação do trabalho marcado amplamente pela ilegalidade e instabilidade do mercado de trabalho. Pois para poderem manter as famílias, seus membros necessitam vender a força de trabalho. Assim, no Estado de São Paulo, as culturas da cana de açúcar, da laranja, do café e do algodão, dentre outras, tem se sobressaído como importantes empregadoras da mão-de-obra volante.

Segundo Baptistella *et al.* (2008), as mulheres sempre participaram intensamente das atividades agropecuárias. Na estrutura de produção familiar, geralmente trabalham na pecuária leiteira, nas pequenas indústrias rurais artesanais, tais como: farinha, doces e queijos, além das colheitas de algodão, de café e demais cultivos. Mesmo assim, na categoria assalariados o número de jovens vem crescendo nos últimos anos, o que é preocupante, pois esta faixa etária deveria estar voltada, principalmente, para seu desenvolvimento educacional. Mas o peso dessa mão-de-obra na renda familiar é a principal barreira para que estas jovens se voltem exclusivamente para sua formação.

Ainda segundo Baptistella *et al.* (2008), a inserção da trabalhadora como bóia-fria está relacionada com a forma como tem se dado o próprio desenvolvimento da agricultura, cujas mudanças nos processos produtivos e nas formas de organização das atividades produtivas

intervem constantemente no cenário da produção agropecuária. Na contratação para o corte da cana, por exemplo, não existe distinção entre homens e mulheres, o que importa às empresas sucroalcooleiras é o potencial de trabalho, ou seja, a quantidade de toneladas que o trabalhador possa cortar em dias normais. Embora o corte da cana caracterize-se por ser uma atividade em que predomina a ocupação masculina, a presença da mulher ocorre devido à habilidade que possuem no manuseio do podão. Porém, ao ocorrer o processo de mecanização das operações agrícolas, mais recentemente incluindo a colheita, as trabalhadoras, vítimas de histórica discriminação no campo, são as primeiras a perder sua ocupação.

3.3. A CARGA DE TRABALHO NO CONTEXTO RURAL

Por carga de trabalho no contexto rural inserimos alguns estudos que evidenciam a rotina e os aspectos do trabalho neste contexto, e como as intensificações do ritmo de trabalho podem ser percebidas na forma de desgaste pelo trabalhador.

Alessi e Navarro (1997) descreveram a rotina diária do cortador de cana de açúcar. Segundo as autoras, eles acordam muito cedo, cerca de 4 horas da manhã e seguem sua rotina de trabalho com duração de 14 horas em média, realizada de segunda a sábado. No ambiente de trabalho, as condições presentes são insalubres e perigosas. Normalmente os trabalhadores estão expostos a temperaturas elevadas, que se acentuam no transcorrer da jornada; estão em contato com poeiras, animais peçonhentos e agrotóxicos. Essas condições adversas do ambiente de trabalho são enfrentadas pelos trabalhadores, utilizando roupas sobrepostas (saias sobre calças compridas, camisas de mangas compridas, luvas improvisadas com meias e lenços cobrindo o rosto e a cabeça sob chapéus ou bonés) e com equipamentos de proteção individual, quando disponíveis.

Ribeiro e Ficarelli (2010) descreveram a rotina de trabalho dos cortadores de cana da seguinte maneira: todos os cortadores necessitam de condução para se deslocar ao local de trabalho. Acordam aproximadamente 5 horas da manhã para estarem prontos para o ônibus, que os busca às 6 horas, e chegam ao canavial às 7 horas. Eles levam marmita para o almoço, água fresca, roupas para conter o suor do corpo e facão, não fornecido pelos empregadores. A jornada de trabalho costuma ser de 8 horas por dia, sendo, em alguns casos, de 7 ou de 9 horas (sem levar em conta o tempo necessário de transporte para o local de trabalho). Os cortadores ganham por produção, e possuem a opção de trabalhar mais ou menos horas em certos dias, porém, quando estão oficialmente contratados, devem cumprir uma carga horária semanal mínima (numa média de 8 horas por dia), ou então cortar uma quantidade mínima de cana.

Segundo Ribeiro e Ficarelli (2010), os cortadores, durante o trabalho, geralmente são observados por fiscais que acompanham o rendimento de cada um e calculam, ao final do dia, a quantidade cortada por eles para o acerto de contas no final do mês.

Ainda segundo as autoras Alessi e Navarro (1997), mesmo antes do início da jornada de trabalho, o medo da morte e de acidentes acompanha os cortadores de cana em seus deslocamentos diários. Trabalhadores e instrumentos de trabalho (podão, enxada e foice) são transportados nos mesmos veículos em precário estado de conservação e manutenção e conduzidos por motoristas muitas vezes inexperientes, quando não inabilitados. Nos canaviais, inexistem locais adequados para a conservação de marmitas, garrafas de água e de café, assim como locais para fazer refeições e necessidades fisiológicas. Alguns trabalhadores almoçam assim que chegam à lavoura. Outros fazem suas refeições após o início da jornada, ou então por volta das 11 horas. O padrão alimentar dos cortadores de cana é de baixo valor proteico-calórico. Esse cotidiano leva o trabalhador a diminuir seu limiar de atenção, aumentando a possibilidade de ocorrência de acidentes, além de seu corpo rapidamente chegar ao desgaste.

Este padrão de trabalho também é similar ao que Vicente (1998) descreveu em seu estudo. Jornadas árduas e extensas de trabalho, sendo que nas lavouras do feijão, há a possibilidade de acelerar o trabalho através da incorporação das crianças, que ajudam a mãe. E não havendo diferença entre a escolha de homens ou mulheres para o trabalho, ressaltando inclusive que algumas mulheres rendiam mais do que os homens.

Ribeiro e Ficarelli (2010) apontam que mesmo água, durante a jornada de trabalho, não é disponibilizada para todos e, segundo seus entrevistados, quando é disponibilizada, fica no ônibus e acaba esquentando pela exposição ao sol. Assim, todos contaram levar sua própria garrafa térmica com água de casa. Relatando que, em anos anteriores, era distribuído suco durante a jornada de trabalho, mas que essa prática não ocorre mais.

Existem necessidades básicas como beber, comer, urinar e evacuar, além de respirar adequadamente e de haver pausas para descanso. Estas são necessidades fisiológicas que se manifestam durante as jornadas de trabalho, variando sua intensidade conforme as condições ambientais e a natureza da própria tarefa. Há também necessidades permanentes do corpo que surgem geralmente intimamente conectadas as necessidades psicológicas de descrição mais complexa. Lembramos apenas as mais simples: a necessidade de sentir que existe uma consideração, um respeito pelas exigências do corpo. Recordemos ainda que algum grau de conforto e bem estar faz parte deste processo (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.150-1).

Vicente (1998), ao examinar as condições de vida dos trabalhadores, também evidenciou que as trabalhadoras residem em casas de madeira e de chão batido, com reduzido número de cômodos para um elevado número de habitantes, locais de moradia sem água

encanada, falta do alimento necessário para o sustento da família e a incorporação das crianças à força de trabalho. Inicialmente, na condição de filhas, colaboram ainda meninas nos trabalhos da casa e no cuidado dos irmãos menores. Quando um pouco mais velhas passam a fazer parte da força de trabalho, para garantir a sobrevivência da família.

Seligmann-Silva (1994) constata que ao mesmo tempo em que são grandes o perigo e a exigência de ritmo acelerado, a tensão acarretada atinge os limites do insuportável. Sendo ainda, a intensificação do ritmo de trabalho um dos principais fatores na produção de cansaço e nervosismo.

A acumulação do cansaço que conduz a fadiga patológica era facilitada por condições de moradia inadequadas para sono diurno. A fadiga era agravada quando a distancia entre local de trabalho e local de moradia era extensa, o que se tornava ainda mais penoso para o trabalhador, quando não existiam meios de transporte suficientes ou providos de um mínimo de conforto. Ao cansaço do trabalho, acrescentava-se, assim, a necessidade de despertar várias horas antes da entrada no horário do turno, tendo em vista a espera e o tempo de condução ou, mesmo, o tempo a ser gasto com uma longa caminhada (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.155).

Alessi e Navarro (1997) relatam que as cargas de trabalho (físicas, químicas, mecânicas e biológicas) configuram padrões de desgaste-reprodução que se manifestam em dispnéia, infecções respiratórias, dermatites, conjuntivites, desidratação, câibras, diarreias, oscilações da pressão arterial, ferimentos nos membros inferiores e superiores e, por fim, da morte, que pode ser causada por acidentes de trajeto.

Segundo as autoras, as cargas de tipo fisiológicas e psíquicas (entendidas através de suas manifestações psicossomáticas) sobressaem-se através do esforço físico intenso; dos movimentos corporais que o corte da cana requer; da monotonia e repetitividade no modo de realizar a atividade, principalmente quanto à coordenação dos movimentos corporais com o podão; do ritmo acelerado que se exige do cortador de cana; a ausência de pausas regulares no trabalho, mesmo aquelas necessárias para os momentos de refeição; da total impossibilidade do trabalhador ter iniciativa, tomar decisões, introduzir mudanças e exercer algum tipo de controle, quer no modo de realizar o seu trabalho ou no controle do produto do seu trabalho; e, da submissão do trabalhador à supervisão e controle estritos de feitores, fiscais e de agentes intermediários (ALESSI & NAVARRO, 1997).

Estas cargas se manifestam em sintomas na coluna vertebral, dores lombares, torácicas e de cabeça, tensão nervosa e outras manifestações psicossomáticas que se traduzem principalmente em quadros de gastrite, úlcera, hipertensão e alcoolismo (ALESSI & NAVARRO, 1997).

Segundo Dejours (1992), a necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora do ambiente de trabalho, e em particular, das relações familiares. Algumas vezes o recurso às bebidas alcoólicas, e até mesmo uso de drogas, como psicotrópicos, podem ser uma maneira de atenuar a tensão interna e diminuir a ansiedade. As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de modo a aumentar os riscos de acidentes e de doença profissional (podem acarretar também uma diminuição do período de vida, além de doenças psicossomáticas). “A ansiedade é a sequela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe sobre o corpo” (DEJOURS, 1992, p.78).

No cotidiano de trabalho, ocorrem também defesas que correspondem principalmente à necessidade de aguentar e de sobreviver a situações penosas e perigosas. Temos, neste grupo, defesas contra o medo que assumem diferentes modalidades, podendo apresentar-se como mecanismos inconscientes (negação do perigo; repressão do medo), que, como já dissemos, podem servir a manutenção e ao fortalecimento da dominação. Pois ao mesmo tempo em que ‘apagam’ o medo, impedem a visão objetiva dos riscos reais e, por consequência, a organização de ações coletivas capazes de levar a transformações positivas para os empregados (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 235).

Seligmann-Silva (1994) destaca duas formas de defesa mais distantes de um significado de resistência à dominação, tanto pela elevada ocorrência quanto por configurarem, paradoxalmente, variedades importantes de patologia social. São elas: a alienação e o uso excessivo de bebidas alcoólicas.

A autora Seligmann-Silva (2003) ao analisar situações do trabalho observa determinadas ocupações que obtêm maior concentração de casos de alcoolismo, pois estão em constante contato com situações de risco mental. Assim, o alcoolismo passa a ser uma prática defensiva não só perante as situações de morte, mas também, frente aos perigos da profissão.

Segundo Ribeiro e Ficarelli (2010) a pesada carga laboral dos cortadores é resultante de: postura física exigida para o corte, uso de ferramentas perigosas, realização de atividades repetitivas e desgastantes, transporte de material excessivamente pesado, reforçados por condições ambientais como exposição prolongada ao sol e intempéries, descargas atmosféricas, presença de animais peçonhentos e poluição do ar. Além de que, com a mecanização das áreas planas, o corte em condições mais difíceis ficou unicamente a critério dos trabalhadores: terreno inclinado, plantio irregular e cana de pior qualidade.

Rumim (2004) em sua pesquisa demonstrou que a junção entre intensificação do trabalho e o aumento da dificuldade na execução da tarefa pode determinar ao trabalhador uma elevação na ocorrência de adoecimentos relacionados ao trabalho. “Estes adoecimentos são expressos pelas câibras, pelas afecções do sistema osteomuscular (lesões por esforços

repetitivos, bursites, tendinites, lesões na coluna vertebral), pelas desidratações e doenças do sistema genito urinário” (RUMIN, 2004, p, 152).

Mesmo quando o trabalho não ocasiona um dano físico aparente no corpo do trabalhador deixa suas marcas por meio do sofrimento psíquico. O estresse, a doença dos nervos, são expressões da invasão do espaço subjetivo, familiar e do tempo fora do trabalho pelas exigências da organização do trabalho (RUMIN, 2004, p, 152).

Em seu estudo, Lima *et al* (1999), ao investigar a associação entre a percepção de exposição às cargas de trabalho e o risco de acidentes, evidenciou que algumas cargas de trabalho eram fatores de risco para os acidentes, tais como: o trabalho em posições incômodas ou com esforço físico intenso aumentaram em 50% o risco de acidentes; trabalhar exposto a situações de emergência e em perigo constante duplicou a chance de acidentes. Assim, os achados mostram que os acidentes não são decorrentes do acaso, existindo fatores específicos na sua determinação, ou seja, estes estão associados à exposição a certas cargas de trabalho.

3.4. IMPACTOS DO TRABALHO RURAL NA SAÚDE DOS TRABALHADORES

Nesse subitem apontamos algumas referencias que tratam dos impactos causados pelo trabalho rural na saúde dos trabalhadores rurais, uma vez que os danos decorrentes de situações de trabalho podem efetivamente atingir o substrato orgânico da mente. Isto pode acontecer, segundo Seligmann-Silva (1994), seja na forma de acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos que podem exercer ação destrutiva ou prejudicar os processos bioquímicos do sistema nervoso, assim ocasionando déficits intelectuais ou transtornos de ordem psicoafetiva.

Segundo Riquinho e Gerhardt (2010), o trabalho favorece tanto a saúde como a doença, pois ao mesmo tempo em que mede as interações sociais e materiais, também expõe os trabalhadores às intempéries do clima e lhes traz preocupações com o plantio e a colheita. O valor simbólico atribuído ao trabalho remete a idéia de ser útil à sociedade e de inserção na cadeia produtiva, mas essa atividade pode prejudicar o trabalhador, contribuindo para seu adoecimento. Apesar das desigualdades presentes nas condições de vida e na possibilidade de mobilizar recursos sociais expressa nas “situações de vida”, não se observaram diferenças nas concepções expressas de saúde e doença, possivelmente devido ao contexto cultural comum e aos trabalhadores rurais.

Em relação às condições de saúde, Ribeiro e Ficarelli (2010) observam que os cortadores avaliavam sua saúde como boa ou regular, sendo que alguns relataram más condições de saúde. Das queixas indicadas, várias estão relacionadas ao processo produtivo

em que estão envolvidos: dores nas costas, tosse, fadiga muscular, ardor nos olhos. Quanto aos fatores prejudiciais a sua saúde, os cortadores relataram: o trabalho pesado, a poluição, a velhice e a alimentação inadequada para um trabalho que exige altíssima quantidade de energia. Dos que relataram sentir com frequência irritação nos olhos, tosse e falta de ar, contaram que esses sintomas tem maior intensidade na época das queimadas. Assim, nos dias e semanas em que a média cortada aumenta, é mais comum os cortadores sentirem ora fadiga muscular, ora dor nas costas, ou ambos, o que pode aumentar o risco de lesões osteomusculares. Quando a dor é incontrolável, eles procuram auxílio no Posto de Saúde, ou não trabalham até a dor passar.

Conforme Carvalho *et al.* (2008), a Lei Brasileira nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e as leis aprovadas pela portaria nº3.067, de 12 de abril de 1988, que cuidam das questões de saúde e segurança do trabalhador, prometem o direito subjetivo do trabalhador urbano e rural, a redução dos riscos do trabalho mediante normas de saúde, higiene e segurança. Assim, considerando que essas leis atualmente estão sendo aplicadas em fazendas e unidades de processamento de café, no intuito de preservar o bem-estar do trabalhador, verificamos em seu estudo que quanto maior o poder aquisitivo dos produtores, maior a percepção dos riscos existentes na atividade e, conseqüentemente, maior é a preocupação em adaptar as atividades segundo as normas do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Santana *et al.* (2005) ao sintetizar achados epidemiológicos sobre acidentes de trabalho fatais e não-fatais nas populações brasileiras, entre os anos de 1994 e 2004, indicou que os trabalhadores rurais tem o dobro de risco de acidentes do que os trabalhadores de área urbana.

Fehlberg *et al.* (2001) apontam que são escassos os estudos de base populacional sobre a ocorrência de acidentes de trabalho rural. Em seu estudo, os acidentes causados por ferramentas manuais e animais domésticos foram os mais frequentes, provavelmente em virtude da não mecanização da produção agrícola na região, onde predominam os cultivos de milho, fumo, batata e feijão. A maioria dos trabalhadores utilizava, na lavoura, ferramentas e animais de tração para trabalhar a terra, em vez de máquinas agrícolas. Além disso, 15% das famílias vivem principalmente da pecuária, o que implica uma mais alta exposição a animais domésticos.

Os acidentes com agrotóxicos, segundo os autores, aparecem em terceiro lugar, o que possivelmente decorre da falta de cuidados básicos, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). O fato de que a metade das lesões ocorridas aconteceu por corte é coerente com a alta exposição a ferramentas manuais (praticamente 100% da amostra) e com

o tipo de ferramentas utilizadas, quase todas cortantes, como, por exemplo, facas, foices, machados e enxadas. Em relação às partes do corpo mais atingidas, os resultados se justificam devido aos agentes envolvidos (ferramentas manuais), pois os membros superiores e inferiores foram os mais referidos. Enxadas, foices e machados são mais perigosos para lesões nos pés e pernas. Por outro lado, facas, facões e tesouras de poda são mais propensos a causarem lesões em mãos e braços (FEHLBERG *et al.*, 2001).

3.5. O CONTATO COM AGROTÓXICOS E OS RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL

Algumas referências bibliográficas encontradas também apontam conteúdos sobre o impacto causado pelos agrotóxicos à saúde de trabalhadores rurais (ALMUSSA & SCHMIDT, 2010; FARIA *et al.* 1999; FARIA *et al.* 2000; MOREIRA *et al.*, 2002; PERES *et al.*, 2001; PERES *et al.*, 2005; PERES, 2009; SCHMIDT & GODINHO, 2006, entre outros), sobretudo as suas consequências, marcadas, muitas vezes, por doenças, acidentes e até mesmo alguns casos de óbito por envenenamento.

Há importantes causas que levam ao agravamento dos quadros de contaminação, tanto humana como ambiental, e todas tem um papel relevante frente à questão da exposição aos defensivos agrícolas. Entre essas causas destacam-se: a ampla utilização destes produtos; o desconhecimento dos riscos associados à sua utilização; o consequente desrespeito às normas básicas de segurança; o histórico de desinformação na região estudada; a linguagem técnica empregada em ações educativas e de treinamento, impossibilitando a apropriação do conhecimento por parte do trabalhador rural (PERES *et al.*, 2001); a precariedade das políticas de fiscalização e o acompanhamento técnico; a dificuldade de entendimento das informações por parte dos usuários; e o desconhecimento das técnicas alternativas e eficientes de cultivo (MOREIRA *et al.*, 2002).

Outros fatores relevantes são citados por Almussa e Schmidt (2010), como: a livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras e os problemas sociais encontrados no meio rural, os quais criam necessidades para legitimar a venda desses produtos. Assim, observa-se o desaparecimento de referências aos cuidados, ao uso seletivo e à existência de alternativas para seu emprego (MIRANDA *et al.*, 2007; MOREIRA *et al.*, 2002; PERES *et al.*, 2001).

Observamos, ainda, que em alguns estudos, ficou clara a relação entre o nível de alfabetização do trabalhador e a intoxicação por defensivos de uso agrícola (OLIVEIRA-

SILVA *et al.*, 2001; MOREIRA *et al.*, 2002; SCHMIDT & GODINHO, 2006; FARIA, FASSA, FACCHINI, 2007; BEDOR *et al.*, 2009).

Segundo Almussa e Schmidt (2010), sabemos que existe uma forma apropriada de armazenamento; que antes do descarte das embalagens vazias deve-se ocorrer a tríplice lavagem das mesmas; e que o recolhimento das embalagens vazias é de responsabilidade dos fabricantes. No entanto, nota-se que isso muitas vezes não ocorre. A pouca atenção dada ao armazenamento e ao descarte de rejeitos e embalagens é um fator de risco (MOREIRA *et al.*, 2002).

Com relação ao uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), verificamos em alguns estudos, como os de Meyer *et al.* (2007) e os de Castro e Confalonieri (2005), que a maioria dos entrevistados não utilizavam regularmente nenhum tipo de EPI ou mesmo não utilizavam em situação alguma. Já Oliveira-Silva (2001) e Faria *et al.* (2004) informaram que a maioria relatou ter o costume de usar EPI. Embora citado em Oliveira-Silva (2001) 90% considerassem importante o uso do EPI, só 70% o utilizavam; e apenas 63% recebiam assistência técnica especializada de entidades estaduais de atenção ao agricultor. No entanto, independente do número de indivíduos que usam o EPI, nem sempre os que usam o fazem de forma apropriada, ou de forma suficiente para evitar o contato com os agentes químicos. Nesse sentido, Castro e Confalonieri (2005) também alertaram que a maioria dos agricultores não recebeu treinamento para utilização de EPI.

Para dar conta das ansiedades geradas pelo ambiente de trabalho, inúmeros estudos como os de Peres *et al.* (2004); Castro e Confalonieri (2005); Peres, Rozemberg e Lucca (2005); Gomide (2005); Schmidt e Godinho (2006); Fonseca *et al.* (2007); Recena e Caldas (2008) mostram que os trabalhadores e agricultores se utilizam de estratégias defensivas para poder continuar trabalhando e produzindo.

Peres *et al.* (2004) apontaram que a maioria dos agricultores, mesmo os que utilizavam estratégias defensivas para negar os riscos, parecia reconhecer o uso do agrotóxico como causadores de agravos a saúde, fato que remetia a uma outra estratégia defensiva, a de transferir a outras pessoas (e não a eles) a possibilidade de intoxicar-se por esses produtos. Em Gomide (2005), nota-se que há negação dos riscos, pois eles tem um senso de perigo, mas creem que podem resistir aos efeitos do veneno, pois só os fracos sucumbem. Já Brito *et al.* (2009) indicam que a maioria acreditava nos efeitos nocivos do produto, mas existia uma naturalização de seu uso. Nas considerações de Fonseca *et al.* (2007) não há uma relação direta entre o conhecimento dos riscos e perigos associados ao manejo do agrotóxico e a utilização de medidas de proteção efetiva. A relação entre o saber/informação e o comportamento foi mediada pela percepção do risco. Tal relação, enquanto fenômeno

culturalmente construído e interpretado revelou-se permeada por crenças/representações as quais constituem o eixo organizador das reações e comportamentos dos trabalhadores entrevistados com relação ao agrotóxico (FONSECA *et al.*, 2007).

Fonseca *et al.* (2007) apontam que a crença no efeito protetor de bebidas alcoólicas é outro elemento que influencia o comportamento dos trabalhadores no manejo de defensivos. E constata-se que existe uma crença, entre alguns, de que o álcool imuniza o corpo contra os efeitos dos agrotóxicos, o que os leva, inclusive, a desprezar os EPIs. Isso também ocorre com relação ao leite e a crença de que este produto corta o efeito do pesticida. O uso do leite, como medida de proteção, também foi relatado por Castro e Confalonieri (2005).

Quanto ao consumo de álcool, Schmidt e Godinho (2006) assinalam a necessidade de uma investigação mais apurada entre a relação de seu consumo e do emprego de agrotóxico, pois o álcool pode estar articulado com ideologias defensivas (negação do perigo, por exemplo), além de ser uma dose de energia para o trabalhador enfrentar as condições do trabalho e relaxar ao fim do dia. O álcool é um potencializador dos efeitos causados pela exposição a pesticidas, além do alcoolismo ser um fator de confusão no diagnóstico diferencial com a intoxicação crônica induzida por pesticidas (seja pelos quadros de polineuropatia, seja pelos quadros de síndrome de abstinência alcoólica). O uso de álcool por trabalhadores também foi relatado por Faria *et al.* (2000) e Gomide (2005).

O uso crônico de agrotóxicos tem sido constantemente associado a sintomas depressivos (FARIA *et al.*, 1999). Muitos problemas de saúde da população trabalhadora rural podem estar relacionados com o manejo de agrotóxicos. Vários estudos relatam os sintomas apresentados pelas populações estudadas. Entre os sintomas mais corriqueiros encontram-se: dores de cabeça, cefaléia; tonteira; vertigem; náuseas; vômito (PERES *et al.*, 2004; PERES, ROZEMBERG, LUCCA, 2005; BEDOR ET AL., 2009; CASTRO & CONFALONIERI, 2005; RECENA & CALDAS, 2008; MEYER *et al.*, 2007; TRAPÉ, 1993). Outros sintomas também foram relatados, tais como: irritação na pele e diminuição da visão (MEYER *et al.*, 2007); confusão mental, ansiedade (TRAPÉ, 1993); formigamento nos membros inferiores, epigastralgia, alterações da memória e do sono (SILVA *et al.*, 2005; TRAPÉ, 1993); tosse, lacrimejamento, palpitações, dispnéia, distúrbio visual, ardência, tremores, lesões na pele, mialgias, anorexia (OLIVEIRA & GOMES, 1990); espirros, coceira intensa, fraqueza, lacrimejamento, dificuldade respiratória, formigamento nas pálpebras e nos lábios, febre alta (GOMES *et al.*, 2009); dor no corpo, coluna, estômago, queimação, dor nas juntas, infecção nos rins, urticária, tremores, cansaço, pressão alta, problemas de fígado (CASTRO & CONFALONIERI, 2005). Bréga *et al.* (1998) relatam que pesticidas podem causar mutações

gênicas e aberrações cromossômicas em indivíduos expostos, e mesmo quando protegidos com vestimentas adequadas os trabalhadores expostos são contaminados.

Batista e Baptista (2002) concebem que resíduos deslocáveis de pesticidas são uma das formas de se estimar a exposição ocupacional do trabalhador rural no seu ambiente de trabalho. Assim, foi evidenciado que o trabalhador rural está exposto a resíduos de produtos químicos, e por essa razão, nunca devem deixar de utilizar sapatos fechados ao adentrar na lavoura.

Peres (2009) aponta que existe um excedente de mão-de-obra nas grandes monoculturas, de forma que, se um trabalhador empregado desejar evitar sua exposição aos agrotóxicos, isto significa que está fora de trabalho e que já existe outra pessoa imediatamente atrás dele na fila, a espera para ingressar naquele mesmo trabalho perigoso.

Desse modo, Peres (2009) concebe que a opção econômica não deve sobrepujar à primazia da garantia dessas condições dignas de trabalho e saúde. Esse é o verdadeiro desafio colocado para o campo da Saúde Pública.

Logo, como se sabe que a erradicação do uso do agrotóxico no combate de pragas é algo impossível de ocorrer, consideramos que abordagens interdisciplinares e integradoras devem ser adotadas para avaliação e controle dos efeitos nocivos dos agrotóxicos sobre a população e o ambiente, envolvendo, pelo menos, a saúde, a agricultura, a ciência e tecnologia, o meio ambiente, o trabalho e a extensão rural (SILVA *et al.*, 2005; PERES *et al.*, 2005).

CAPÍTULO IV

MATERIAIS E MÉTODO

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O município escolhido para a realização da coleta de dados foi no município de Sertãozinho/SP, localizado na região de Ribeirão Preto o qual faz parte da região do “mar de cana” (SILVA, 2005), por possuir a lavoura de cana-de-açúcar como uma das suas fontes de renda, além de receber muitos migrantes em busca de trabalho no corte da cana, que passam a incorporar os problemas dos trabalhadores locais.

O município de Sertãozinho foi fundado em 5 de dezembro de 1896, por Antônio Malaquias Pedroso, e está localizado a nordeste do Estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto, distando 325 quilômetros da Capital do Estado. Embora conte com um significativo parque industrial, é principalmente conhecida em todo o Brasil por ser grande produtora de açúcar e álcool. Sua área territorial é de 403 Km², com uma população que atinge os 110.094 habitantes segundo o censo do IBGE do ano de 2010. Ainda segundo dados do IBGE, a cidade possui aproximadamente 3500 estabelecimentos comerciais, 500 estabelecimentos industriais e 7 usinas de açúcar e álcool e destilarias.

Figura 1: Mapa da localização da cidade de Sertãozinho no Estado de São Paulo.



Fonte: Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3ozinho_\(S%C3%A3o_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3ozinho_(S%C3%A3o_Paulo)). Acesso em: 01 mar 2010.

Segundo Sarti (2007), a evolução histórica da economia de Sertãozinho pode ser resumida em três sucessivos ciclos: o do café, o da policultura com predominância do algodão e da cana de açúcar, todos acompanhados pela industrialização voltada para as necessidades de cada ciclo. Porém, entre todas as atividades econômicas, o cultivo da cana de açúcar e a industrialização decorrente de seu cultivo foram os que provocaram as maiores e mais visíveis mudanças em todo o município. Assim, a paisagem rural de Sertãozinho mudou

completamente a partir de 1957. As matas foram drasticamente reduzidas, e as diversas culturas foram substituídas apenas por plantações de cana de açúcar tão vastas que foram apelidadas de “deserto verde”. Diante deste panorama, segundo o CANASAT (Mapeamento da Cana Via Imagens de Satélite de Observação da Terra – que mapeia as áreas de terras cultivadas por cana de açúcar), o município, no ano de 2010, contava com cerca de 29137 ha de terra cultivada por cana de açúcar.

Neste município, houve a coleta de dados em: Programas de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); residências dos trabalhadores; e também na lavoura de cana de açúcar.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) de Sertãozinho foi implantado inicialmente pela prefeitura municipal com a ajuda do Centro Integrado de Apoio Profissional (CIAP).

O PACS é um programa do governo federal em que o CIAP, em parceria com os municípios, trabalhava na parte de orientação, técnica e ações para o desenvolvimento das atividades, inclusive para reunir informações de saúde sobre a comunidade. Os agentes trabalham no bairro onde moram, dedicam-se oito horas por dia ao trabalho e, orientados pelo médico e pela enfermeira da unidade de saúde, vão de casa em casa, observando e registrando tudo o que pode ser feito para ajudar a saúde da população.

O CIAP é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), podendo celebrar, sem licitação, com os governantes, órgãos e empresas públicas, parcerias para o desenvolvimento e a execução de programas e projetos relacionados à saúde, educação, meio ambiente, turismo, esportes. A parceria com o CIAP permitia ao parceiro público que os recursos aplicados fossem contabilizados em rubrica de outras despesas, preservando, integralmente, o orçamento destinado às despesas de pessoal (CIAP, 2009).

Em 2009, quando do início da pesquisa, Sertãozinho contava com o PACS nos bairros Jardim Alvorada e Shangri-lá, e no distrito de Cruz das Posses. Cada PACS é subdividido em microáreas, sendo que cada microárea é de responsabilidade de um Agente Comunitário de Saúde (ACS). Segundo a Portaria 1.886, de 18/12/1997 do Ministério da Saúde (1997 a 1998) recomenda-se que cada agente fique responsável por cerca de 150 famílias.

Em termos de territorialização, a análise das fichas cadastrais revelou que a população de trabalhadores rurais concentrava-se no setor relativo ao bairro Jardim Alvorada e Distrito de Cruz das Posses.

Assim, segundo dados do Centro Integrado de Apoio Profissional (CIAP, dados do mês de setembro de 2009), os bairros Shangri-lá, Alvorada e o distrito de Cruz das Posses

possuíam respectivamente 2.307; 4.174; e 4.150 pessoas cadastradas; e, 710; 1.098; e 1.172 famílias cadastradas – conforme a figura a seguir.

Figura 2: Tabela demonstrativa da população geral dos Bairros Estudados (cadastrados no PACS) x População do estudo (trabalhadores rurais) por bairro

Bairro	Famílias cadastradas		Pessoas cadastradas (sexo)						Nº. de trabalhadores rurais cadastrados (sexo)					
			Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Shangri-lá	710	23.82	1179	51.1	1128	48.9	2307	100	0	0	0	0	0	0
Alvorada	1098	36.85	2148	51.5	2026	48.5	4174	100	19	15.45	104	84.55	123	100
Cruz das Posses	1172	39.33	1996	48.1	2154	51.9	4150	100	54	16.5	274	83.5	328	100
Total	2980	100	5323	50.1	5308	49.9	10631	100	73	16.2	378	83.8	451	100

Fonte: Fichas PACS novembro de 2009.

Ao analisar as fichas cadastrais do PACS, no bairro Shangri-lá não foi encontrado nenhum trabalhador rural, pois o bairro possuía como característica ser um bairro de população mais idosa e de classe média. Já em Cruz das Posses e no Jardim Alvorada foram encontrados um total de 451 trabalhadores rurais. Sendo aproximadamente 84% do gênero masculino e aproximadamente 16% do feminino (figura 2). O distrito de Cruz das Posses apresenta um maior número de trabalhadores rurais cadastrados, por fazer parte de uma região em que há prevalência de usinas de cana de açúcar.

4.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização dessa pesquisa, utilizamos três instrumentos de coleta de dados: Análise das fichas cadastrais do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) da Estratégia Saúde da Família (ESF); Entrevistas semi-estruturadas nas residências dos trabalhadores e Registro fotográfico.

Por meio da **análise de fichas cadastrais** verificamos que o PACS possui 451 trabalhadores rurais cadastrados, sendo 123 no bairro Jardim Alvorada, e 328 no Distrito de Cruz das Posses. Nenhum trabalhador rural foi encontrado nos cadastros do PACS do bairro Shangri-lá. Desse total, ao estudarmos as fichas para definir os sujeitos para a etapa da entrevista, verificamos também as principais queixas de saúde, registradas nos protocolos de atendimento.

Desse modo, como o PACS possuía 451 trabalhadores cadastrados, destes, para compor a etapa referente à entrevista semi-estruturadas em suas residências, optamos por uma amostra de conveniência de 60 trabalhadores, ajustada proporcionalmente ao gênero e à idade. O tamanho da amostra (60) se justifica pelo fato das visitas serem realizadas somente na

presença de um Agente Comunitário de Saúde (ACS) e, por ser este, o número por eles estipulado mediante a apresentação da segunda etapa de coleta de dados.

O segundo procedimento, **entrevistas individuais semi-estruturadas**, foi escolhido, pois “a fala pode ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo ter a magia de transmitir, através de uma porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (MINAYO, 2004, p.109-10). Desse modo o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 2004). O roteiro da entrevista segue em anexo, com duração aproximada de 1 (uma) hora cada, sendo que poderiam ser interrompidas caso algum entrevistado não se encontrasse em condições físicas ou emocionais para a realização das mesmas.

Dejours (1992) entende a fala do trabalhador como importante meio para a compreensão de sua saúde e de aspectos relacionados ao trabalho, considerando o discurso dos sujeitos.

No plano teórico é privilégio dado à intersubjetividade, à construção do sentido e à aptidão do sujeito para interpretar sua situação, para decidir, regular e controlar sua ação, que leva, evidentemente, a reconhecer a prioridade do qualitativo e do subjetivo na análise da realidade e na atitude científica (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.142).

As entrevistas foram realizadas no interior das residências dos trabalhadores e de alojamentos, com duração aproximada de uma hora cada.

Como terceiro procedimento, utilizamos o **registro fotográfico** que visou demonstrar situações do cotidiano de trabalho dos sujeitos, evidenciando possíveis situações de riscos. As fotografias somente foram realizadas com a devida autorização dos participantes.

Pode-se tomar a fotografia como um "recurso narrativo autônomo na função de convergir significações e informações a respeito de uma dada situação social" (ACHUTTI, 1997, p. 13).

O registro fotográfico segundo Cruz-Neto (2002, p. 63) “assume um papel complementar ao projeto como um todo”.

Para Sato (2009) a fotografia pode ter múltiplos usos na pesquisa social: como documento, como uma citação, como dado que possibilita esquadriñar uma situação de trabalho, como uma das visões possíveis sobre os acontecimentos e como fonte de inspiração para os relatos apresentados.

A autora concebe que o conhecimento é um processo de construção de visibilidades expressas tanto pela própria fotografia, como por palavras.

A visibilidade deu-se por meio da imagem fixada pela fotografia e também pelas descrições de acontecimentos que puderam ser conhecidos porque fui convidada e autorizada a testemunhá-los quando portava a máquina fotográfica (SATO, 2009, p.223).

O registro visual por meio do recurso fotográfico “amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado” (CRUZ-NETO, 2002, p. 63). Além disso, as fotografias e a máquina fotográfica podem desempenhar papel no sentido de estreitar laços com os participantes da pesquisa e também ser motes para desencadear, espontaneamente, comentários importantes para compreender o local pesquisado como um espaço de trabalho, de sociabilidade e a sua organização (SATO, 2009).

Além destes procedimentos, no decorrer da coleta de dados tivemos a oportunidade de observar alguns aspectos das condições de vida dos trabalhadores relativos à: infra estrutura e condições de moradia, tanto em residências, como em alojamentos, além da oportunidade de conhecer “*in locu*” o ambiente laboral, e as condições de transporte e o trajeto até a lavoura. A convite dos trabalhadores pudemos acompanhá-los em uma viagem no ônibus que os transporta até a lavoura, sendo que pudemos permanecer cerca de 8 horas no local, observando o cotidiano de trabalho.

4.3. O CONTEXTO, OS SUJEITOS E ASPECTOS ÉTICOS

Essa pesquisa teve início tendo como lugar de coleta de dados o Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS) da cidade de Sertãozinho. Junto ao PACS realizamos o levantamento das fichas cadastrais do programa.

Esses documentos permitiram a caracterização dos sujeitos, de modo que no PACS do bairro Alvorada havia 123 trabalhadores rurais cadastrados, sendo: 104 homens e 19 mulheres, dos 21 aos 72 anos de idade. Desses, 94 (76%) são alfabetizados e 29 (24%) não o são. Já no distrito de Cruz das Posses havia 328 trabalhadores rurais, sendo: 274 homens e 54 mulheres, dos 18 aos 80 anos de idade, sendo alguns já aposentados. Desses, 281 (85.7%) são alfabetizados e 47 (14.3%) não o são (Figuras 3 e 4). O distrito de Cruz das Posses revelou-se com maior número de trabalhadores, sobretudo, devido ao local ser permeado por usinas canavieiras.

Figura 3: Quadro demonstrativo da quantidade de trabalhadores rurais cadastrados

Bairro	Trabalhadores Rurais	
	Nº.	%
Alvorada	123	27.27
Cruz das Posses	328	72.73
Total	451	100

Fonte: Fichas cadastrais PACS

De forma geral a maioria (83%) é alfabetizada, não sendo especificado nas fichas de cadastro o nível de escolaridade. Observa-se que o número de analfabetos perfaz um total de 17% (Figura 4).

Figura 4: Tabela demonstrativa das características dos trabalhadores rurais cadastrados no PACS

Bairro	Sexo	Faixa etária (anos)							Alfabetizados				Total	
		18-20	21-30	31-40	41-50	51-60	>60	Sem especificar	Sim	%	Não	%	Nº.	%
Alvorada	Feminino	0	1	5	0	9	4	0	11	57.9	8	42.1	19	15,45
	Masculino	0	19	33	25	18	9	0	83	79.8	21	20.2	104	84,55
	Total	0	20	38	25	27	13	0	94	76.4	29	23.6	123	100
Cruz das Posses	Feminino	0	4	24	12	3	10	1	37	68.5	17	31.5	54	16,5
	Masculino	3	77	85	52	34	19	4	244	89.1	30	10.9	274	83,5
	Total	3	81	109	64	37	29	5	281	85.7	47	14.3	328	100
Total Geral		3	101	147	89	64	42	5	375	83.1	76	16.9	451	100

Fonte: Fichas PACS novembro 2009.

Ao analisar mediante as fichas as condições de moradia dos trabalhadores rurais cadastrados, verificamos que todos eles residem em casas feitas de alvenaria, possuem energia elétrica, coleta de esgoto e abastecimento de água pela rede pública. No entanto, quanto ao tratamento de água, a maioria (Nº =299) não faz uso de água tratada (por cloração, fluoração, fervura, ou filtração), principalmente no distrito de Cruz das Posses (Figura 5).

Figura 5: Tabela demonstrativa da condição de moradia usufruída pelos trabalhadores rurais cadastrados no PACS.

Bairro	Energia elétrica	Sistema de Esgoto	Abastecimento de Água	Tratamento de água (Cloro, Flúor, Filtração, fervura).				Tipo de casa			
				Sim	%	Não	%	Alvenaria	Taipa	Madeira	Outro
Alvorada	123 (100%)	123 (100%)	123 (100%)	89	72.4	34	27.6	123	0	0	0
Cruz das Posses	328 (100%)	328 (100%)	328 (100%)	63	19.2	265	80.8	328	0	0	0
Total	451 (100%)	451 (100%)	451 (100%)	152	33.7	299	66.3	451	0	0	0

Fonte: Fichas cadastrais novembro de 2009.

Mediante os dados da figura 6 podemos observar as queixas de adoecimento da população rural. A maioria (72%) não apresenta queixas de saúde. Porém quase 28% dessa população apresentam algum tipo de queixa. Entre elas foram relatadas nas fichas de cadastro

pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS): hipertensão arterial, tabagismo, alcoolismo e diabetes (queixas que mais se repetiram, algumas vezes associadas entre si). Apareceram também queixas como: doenças de chagas, algum tipo de deficiência, hanseníase, depressão e doença pulmonar.

Figura 6: Tabela demonstrativa de queixas de adoecimento entre trabalhadores rurais cadastrados no PACS

Bairro	Queixa de Adoecimento						Tipos de Adoecimento								
	Sim	%	Não	%	Total	%	Alcoolismo	Chagas	Deficiência	Diabetes	Hipertensão arterial	Hanseníase	Tabagismo	Depressão	Pulmonar
Alvorada	40	32.5	83	67.5	123	100	08	03	03	02	23	00	07	03	01
Cruz das Posses	86	26.2	242	73.8	328	100	07	00	00	05	32	02	51	01	00
Total	126	27.9	325	72.1	451	100	15	03	03	07	55	02	58	04	01

Fonte: Fichas PACS novembro 2009.

Considerado essa caracterização possibilitada pela documentação das fichas cadastrais, selecionamos aleatoriamente 60 fichas para realização de visitas nos domicílios.

Inicialmente, contamos com o apoio dos ACS na realização das visitas. Com o apoio desses profissionais fizemos três entrevistas de estudo piloto. Vale registrar que só conseguimos o contato com as trabalhadores no período da manhã (horário de visita dos ACS), posto que as trabalhadoras não estavam trabalhando, devido ao período de entre safra.

Iniciado o período de safra, a coleta de dados com a presença dos ACS foi dificultada em decorrência da falta de consonância entre os horários de trabalho dos participantes de nosso estudo e dos horários dos ACS, uma vez que os horários que eles faziam as visitas às residências eram os mesmos que os trabalhadores rurais estavam na lavoura.

Mediante a essa incompatibilidade de horários resolvemos fazer as visitas no final da tarde, momento que os trabalhadores retornavam da lavoura. No entanto, nos deparamos com a dificuldade de estabelecer o contato e colher os dados, pois eles se diziam inseguros para participar do estudo.

Durante nosso trajeto pelos bairros para fazer as visitas às residências, verificamos a existência de bares e observamos que muitos trabalhadores rurais frequentavam esses lugares no final da tarde. Percebemos então, a necessidade de criar uma nova estratégia para estabelecer contato.

Num dos dias conversamos com o dono de um dos bares, explicamos os objetivos da pesquisa e manifestamos a necessidade de encontrar os trabalhadores para que essa fosse realizada.

Convencidos da importância de estudo, esse dono de bar nos colocou em contato com cinco empreiteiros, os quais se incumbiram de divulgar a pesquisa aos trabalhadores.

A figura do empreiteiro parece ter assegurado a tranquilidade dos trabalhadores rurais, à medida que fortaleceu a manifestação de interesse em participar da pesquisa.

Com base nas fichas dos 60 trabalhadores que havíamos levantado junto ao PACS, reiniciamos as visitas às suas localidades de moradia. Do total de 60 trabalhadores contatados, 14 recusaram-se a participar, pois não manifestaram interesse no estudo.

Os 46 participantes foram informados dos objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP (Processo: 266/2009 – Registro: 004/2009).

4.4. A ANÁLISE DE DADOS

As etapas de nosso estudo seguiram procedimentos fundamentados nas abordagens de natureza quantitativa e qualitativa.

Os de natureza quantitativa foram tabulados e analisados por meio de tabelas e/ou quadros. Desse modo, através dos dados cadastrais das fichas do PACS/ESF foram levantadas informações como: nome, idade, gênero, queixas de saúde, local da residência e tipo de moradia.

Ao organizarmos os dados quantitativos estabelecemos categorias de análise, codificação de informação e tabulação de dados com auxílio do programa Microsoft Excel, distribuindo frequências com o auxílio de tabelas para correlacionar os dados. A apresentação dos dados ocorreu em frequências numéricas.

O registro fotográfico foi realizado apenas mediante o consentimento dos trabalhadores e nos auxiliou como importante forma de documentar momentos e situações que ilustrem o cotidiano estudado (MINAYO, 2002).

As entrevistas foram transcritas na íntegra durante e/ou logo após a sua realização, segundo Minayo (2002), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, sendo que através desse procedimento podemos obter dados objetivos e subjetivos. “Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual” (MINAYO, 2002, p. 59).

Através do discurso dos trabalhadores durante a entrevista pudemos conhecer os aspectos das suas condições de vida, saúde e trabalho, levando em conta, segundo Minayo (2004), os valores culturais e as representações dos trabalhadores para compreender as relações que se dão, e avaliar as políticas públicas e sociais.

Os dados referentes às entrevistas foram analisados tomando como referência a Teoria do Desgaste Mental no Trabalho da autora Seligmann-Silva (1994) a qual considera que as situações de trabalho são correlacionadas ao desgaste mental, concebido numa perspectiva dinâmica, levando em conta a dimensão subjetiva e os enfrentamentos. Além dessa autora utilizamos o autor Wiedemann, (1993), que considera a percepção de risco como a competência de interpretar uma situação de possível dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em suas experiências anteriores e sua suplantação para um momento futuro, capacidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção.

Tomamos ainda, por referência a Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1992). A Psicodinâmica do Trabalho foi (...)

(...) inicialmente centrada no estudo das dinâmicas que, em situações de trabalho, conduziam ora ao prazer, ora ao sofrimento, e o modo como este podia seguir diferentes desdobramentos, inclusive aqueles que culminavam em patologia mental ou psicossomática, ao longo do tempo essa escola ampliou seu enfoque, transpondo as fronteiras dos estudos da dinâmica Saúde/Doença (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.13).

4.5. MÉTODO

Dada a natureza de nosso estudo, as etapas de nossa pesquisa seguiram abordagens de natureza quantitativa e qualitativa.

Os métodos de natureza quantitativa, como a codificação de informação e tabulação de dados com auxílio do programa Microsoft Excel, distribuindo frequências numéricas com o auxílio de tabelas para correlacionar os dados, são defendidos frente à questão da objetividade para explicar a realidade social. Desse modo, a linguagem das variáveis ofereceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão (MINAYO, 2002).

A pesquisa qualitativa torna-se importante para: (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista da sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina (MINAYO, 2004, p.134).

Minayo (2002) considera que a pesquisa qualitativa responde o que não pode ser quantificado, trabalha com um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e dos processos que não podem ser reduzidos a operações de variáveis.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo de significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2002, p. 22).

Apesar do exposto, segundo Minayo (2002), o conjunto de dados de natureza quantitativa e qualitativa não se opõem, e sim, se complementam, pois não podem interagir suas realidades abrangidas dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Dessa forma consideramos que as abordagens qualitativa e quantitativa, embora diferentes, são capazes de caminharem juntas, de modo que podemos ter dados objetivos, aliados a subjetividade inerente da ação humana.

Günther (2006) considera que não devemos colocar a pesquisa qualitativa *versus* a pesquisa quantitativa, e não se decidir pela pesquisa qualitativa *ou* pela pesquisa quantitativa. A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, devemos colocar para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem estar social, num mínimo de tempo.

Assim, os dados foram analisados tomando como referencia da Teoria do Desgaste Mental no Trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1994), tais como a Teoria da Percepção do Risco (WIEDEMANN, 1993) e a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1992). Essas teorias serviram-nos como fios condutores para a nossa discussão acerca das condições de trabalho e seus reflexos à saúde do trabalhador rural.

O enfoque da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho é a relação do coletivo com o trabalho e os efeitos mascaradores dos sistemas coletivos de defesa em relação ao sofrimento, o qual designa o campo que separa a doença da saúde. Assim, o que interessa é o comentário verbal feito pelos trabalhadores.

Isto também permite esclarecer, desde o começo, que não estamos basicamente preocupados com a objetividade dos fatos. Nesse sentido, inspiramo-nos na psicanálise, que preconiza o interesse acima de tudo pelo que é dito pelo paciente, mas do que pela realidade, geralmente deturpada, do que é relatado (DEJOURS, 1992, p. 143-4).

Segundo Dejours (1992) as posições contraditórias que aparecem entre os trabalhadores, durante a pesquisa, não atrapalham e nem devem ser combatidas pelos pesquisadores.

Ao contrário, é muito interessante ressaltar e respeitar essas contradições, para reformulá-las em seguida, em termos de posições ou de posturas diferenciadas, que têm geralmente um valor heurístico em relação aos sistemas defensivos (DEJOURS, 1992, p.146).

Segundo Seligmann-Silva (1994), risco, do ponto de vista epidemiológico, é a probabilidade de que as pessoas expostas a determinado fator ou elenco de fatores sofram danos em sua saúde. Assim, podem-se ter situações de trabalho que configurem alto ou baixo risco para a saúde mental.

O risco é, via de regra, coletivo, na maioria das situações de trabalho onde vários operários colaboram na mesma tarefa (...). Mesmo se o risco é combatido por medidas e regras de segurança, ele quase sempre conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho, seja devido à limitação dos investimentos necessários, seja porque o risco ou suas manifestações são mal conhecidos (DEJOURS, 1992, p. 64).

Segundo Wiedemann (1993), a percepção de risco é constituída ao longo da vida do indivíduo, e está ligada a suas vivências. Assim, é baseada em imagens e crenças, além de experiências anteriores que contribuíram para a constituição da percepção dos riscos, pois irão capacitar a relação entre o conhecimento de dada situação, e informações sobre a probabilidade de algo acontecer, sendo que, as interpretações feitas por um indivíduo ou uma população (ou grupo) baseiam-se geralmente mais em crenças e convicções do que em dados empíricos.

Para Pena-Vega (2001) o risco é a maneira de encarar o perigo, ou a forma através da qual um indivíduo, ou população identifica uma determinada ameaça a sua constituição física, e/ou ao ambiente.

Segundo a abordagem sociológica da percepção dos riscos, os processos que levam à construção dessa percepção dos sujeitos apresentam padrões e similaridades coletivas, elaboradas em função do contexto de vida compartilhado pelo grupo social (PERES, 2003).

Peres (2003) aponta que as pessoas possuem diferentes percepções sobre um mesmo perigo a que estão expostas. Assim, a dimensão social constitui-se como um dos principais determinantes das atitudes, ou respostas de um grupo, ou de um indivíduo perante os perigos expostos. Cada indivíduo constrói a sua percepção de riscos. No entanto, pode considerar-se que grupos populacionais específicos (trabalhadores de um determinado setor, por exemplo)

tendem a apresentar padrões semelhantes de percepção de riscos, oriundos da experimentação e convívio comum.

A fadiga mental é indissociável da fadiga física. Por esse motivo, é adotada atualmente a expressão “cansaço geral”, por mais que, conforme a situação de trabalho, possa tratar-se de uma fadiga predominantemente física ou mental. Nos casos em que o cansaço se acumula ao longo do tempo, surgem os quadros que tem sido designados como “fadiga crônica” ou fadiga patológica, marcada, não apenas pelo cansaço que não cede ao sono diário, mas também pelos distúrbios do sono pela irritabilidade, pelo desânimo e, as vezes, por dores diversas e perda de apetite. Esse cansaço, passando então também pela dimensão corpórea, se faz desgaste aferível em termos de danos orgânicos, além de conter o sofrimento mental de inúmeras perdas. Desse modo, o cansaço se faz ponte importante para a intensificação de uma sujeição que muitas vezes é a véspera da alienação (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 80).

A carga psíquica do trabalho é a carga, isto é, o eco ao nível do trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho. Assim, quando não há mais arranjo possível dessa organização pelo trabalhador, “a relação conflitual do aparelho psíquico à tarefa é bloqueada. Abre-se então, o domínio do sofrimento” (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.28).

Num primeiro momento deve ser lembrado que os danos decorrentes de situações de trabalho podem efetivamente atingir o substrato orgânico da mente. Isto pode acontecer, seja em acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos que podem exercer ação destrutiva ou prejudicar os processos bioquímicos do sistema nervoso, assim ocasionando déficits intelectuais ou transtornos de ordem psico-afetivo. Parece-nos que vale a pena assinalar que os distúrbios mentais vinculados aos efeitos de vários produtos químicos só muito recentemente vem sendo estudados em maior detalhe, verificando-se inclusive, que, para a identificação precoce das intoxicações, a avaliação psicológica é de grande valor. A gravidade e a irrecuperabilidade dos danos neuropsíquicos produzidos em muitas destas intoxicações precisam ser consideradas. Agentes biológicos e físicos igualmente poderão agredir o sistema nervoso (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.78).

Segundo Seligmann-Silva (2003) a ocultação do desgaste aos próprios olhos dos trabalhadores é uma permanente preocupação. É provável que exista sempre o temor – por parte dos detentores do poder econômico – de que, percebendo a extensão dos perigos e das agressões à saúde, ocorra o desestímulo da mão de obra ou, quiçá, sua evasão. Assim, surge, para o capital, a necessidade de utilizar mecanismos capazes de abstrair os riscos. Essa abstração “monetariza” os próprios trabalhadores, o seu tempo e suas ações.

Para o trabalho, segundo a autora, o que conta não é mais o que se faz, o esforço despendido e a inventividade, mas, tão somente, os resultados em termos de dinheiro. Essa análise pode ser estendida, a nosso ver, quando entram em questão a saúde e a integridade física e mental do trabalhador, que, impregnado pela ação do aparelho ideológico da empresa, é levado a aceitar que as condições de insalubridade, os riscos de vida (periculosidade) e a própria penosidade do trabalho sejam pagos em dinheiro, ao invés de exigir a transformação das condições de trabalho. A monetarização do risco, desse modo, irá se articular aos

mecanismos psicológicos e psicossociais de negação do próprio risco favorecendo ainda mais o êxito da dominação (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Quando consideramos a forma pela qual a situação de trabalho dominado/explorado atua poderosamente sobre o trabalhador enquanto pessoas dotadas de subjetividade, que modula relações e usos pessoais do tempo, do espaço, dos próprios gestos e pensamentos. Este seria o “trabalhador por inteiro”, que estaria exposto a ser expropriado de componentes importantes de sua subjetividade, no interior daquelas situações onde a sujeição é intensa – o que costuma ocorrer em conjunturas onde a correlação de forças capital/trabalho desfavorece particularmente este ultimo. Essa perspectiva de análise poderia, talvez, abrir caminho para que o conceito de desgaste pudesse ser utilizado em tais situações, desde que a idéia de perda estivesse no núcleo do conceito, já que no da “expropriação” temos a idéia de perda por subtração ou roubo (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 79).

Na situação brasileira, ainda outro fator se acrescenta para esse êxito da dominação: os baixos salários que fazem, com que os adicionais de insalubridade ou de periculosidade, e os ganhos por horas-extras sejam extremamente bem aceitos e desejados. Frequentemente sem esses adicionais, o dinheiro se tornaria insuficiente para a sobrevivência (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Dejours (1992) descreve a ansiedade gerada pela “disciplina da fome”, como aquela gerada pelo fato de, apesar do sofrimento mental, os trabalhadores continuarem em seus postos de trabalho expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida ali, “para enfrentar uma exigência ainda mais imperiosa: sobreviver. Ansiedade da morte. Em todo caso, a disciplina da fome não faz parte diretamente da relação homem-organização do trabalho, mais é, acima de tudo, sua condição” (DEJOURS, 1992, p.78 a 79).

A ansiedade responde então aos ritmos de trabalho, de produção, à velocidade e, através destes aspectos, ao salário, aos prêmios, às bonificações. A situação de trabalho por produção é completamente impregnada pelo risco de não acompanhar o ritmo imposto e de “perder o trem”. Esta ansiedade de que raramente se fala, participa do mesmo modo que a carga física de trabalho, ao esgotamento progressivo e ao desgaste dos trabalhadores. Com a diferença de que, ao contrário do que observamos nas profissões onde o trabalho se faz em grupo, naquele caso não há senão possibilidades mínimas de produzirem defesas coletivas (DEJOURS, 1992, p. 73-74).

Dessa forma, o método revela-se também como um instrumento para intervenção, prevenção e transformação de processos de trabalho que podem ser agressivos à saúde psíquica, além de permitir a produção de uma investigação e, portanto novos conhecimentos (MERLO & MENDES, 2009).

CAPÍTULO V

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Prepare o seu coração
Prás coisas
Que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar...”

(Disparada, Composição: Geraldo Vandré e Theo de Barros)

5.1. HISTÓRIAS DE VIDA

A seca fez eu desertar da minha terra
 Mas felizmente Deus agora se lembrou
 De mandar chuva
 Pr'esse sertão sofredor
 Sertão das muié séria
 Dos homes trabaiaador
 (A volta da Asa Branca – Luís Gonzaga)

Neste tópico, retratamos de forma sucinta as histórias e condições de vida de 46 trabalhadores rurais habitantes do município de Sertãozinho/SP.

Dos 46 trabalhadores que aceitaram participar do estudo, 35 eram do sexo masculino e 11 do sexo feminino, 25 residentes no bairro Jardim Alvorada, em Sertãozinho e 21 no distrito de Cruz das Posses.

A faixa etária dos entrevistados oscilou entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) anos. Os dados relativos à faixa etária, ainda demonstraram que a maioria dos entrevistados, 31 deles, estava com idade entre 30 e 49 anos. Com relação ao estado civil 19 eram solteiros; 14 casados, 9 consideraram-se amasiados; 3 eram viúvos e apenas um divorciado.

Figura 7: Quadro demonstrativo da distribuição por gênero e faixa etária dos participantes

Faixa Etária	Gênero		
	Feminino	Masculino	Total geral
20-29 anos		7	7
30-39 anos	4	11	15
40-49 anos	5	11	16
50-59 anos	2	5	7
60 anos		1	1
Total geral	11	35	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

No que tange a escolaridade, os dados revelaram que a maioria dos entrevistados apresentava um baixo nível de escolaridade, sendo que, dos que iniciaram o ensino fundamental, muitos não chegaram a terminar a 4º série desse nível. A figura a seguir demonstra o quadro do nível de escolaridade dos entrevistados.

Figura 8: Quadro demonstrativo da escolaridade dos trabalhadores distribuída por gênero.

Nível de Escolaridade	Gênero		
	Feminino	Masculino	Total geral
Analfabeto		5	5
Fundamental completo	1	2	3
Fundamental Incompleto	9	25	34
Realiza leitura		1	1
Médio completo		1	1
Médio Incompleto	1	1	2
Total geral	11	35	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Ainda, em relação aos dados dos participantes, verificamos que a naturalidade dos trabalhadores correspondia a: 7 trabalhadores provenientes do município de Sertãozinho e 39 migrados de outros Estados como: Bahia (12), Minas Gerais (9), Ceará (3), Alagoas (2), Maranhão (2). O motivo da migração, segundo os trabalhadores, foi a procura por emprego formal e melhores condições de vida.

Figura 9: Quadro demonstrativo do Estado brasileiro de origem dos trabalhadores.

Estado de Origem	Gênero		
	Feminino	Masculino	Total geral
Alagoas		2	2
Bahia		12	12
Ceará	1	2	3
Maranhão	1	1	2
Minas Gerais	3	6	9
Paraná	5	2	7
São Paulo – Sertãozinho		7	7
São Paulo – Outra cidade	1	3	4
Total geral	11	35	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Sarti (2007) aponta que a necessidade de mão de obra e a falta de oportunidade para trabalhadores de outras regiões brasileiras provocaram a migração para o município de Sertãozinho. Do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia, principalmente, chegaram as maiores levas de pessoas desejosas em trabalhar no corte da cana na cidade. Assim, muitos trabalhadores eram oriundos de outras regiões do Brasil e o fato de terem seus documentos no poder dos empreiteiros, ou da usina, até o fim do período da safra, poderia ser uma forma de manter o trabalhador condicionado ao emprego, de modo que o trabalhador não poderia abandoná-lo para viajar.

Com relação à função exercida pelos participantes, o quadro a seguir, descrito na figura 10, demonstra a quantidade de trabalhadores e suas respectivas funções. Na primeira coluna, observamos as funções em que, segundo os trabalhadores, constam nos registros em

suas carteiras de trabalhos. A última coluna corresponde à quantidade de trabalhadores entrevistados em cada função mencionada.

Figura 10: Quadro demonstrativo da função exercida pelos trabalhadores por gênero.

Função	Gênero		
	Feminino	Masculino	Total geral
Lavrador	10	26	36
Fiscal		3	3
Operador de Colheitadeira		2	2
Ajudante geral responsável por Sítio		1	1
Controlador de Pragas		1	1
Motorista de ônibus		1	1
Motorista de queimada		1	1
Montador de Acampamento	1		1
Total geral	11	35	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Todos os participantes da pesquisa são ou já exerceram anteriormente a função de lavradores. Entre as funções atuais, além de lavradores encontramos: motoristas de ônibus e empreiteiros; motoristas de caminhão de queimada da cana de açúcar; operadores de colheitadeira; ajudante geral de trabalho rural em sítio (responsável por sítio); fiscais; montadores de acampamento e controladores de pragas. A próxima figura indica o tempo na função exercida pelos trabalhadores.

Figura 11: Quadro demonstrativo da função atual exercida pelos trabalhadores e do tempo na função

Função	Tempo na Função (anos)						Total geral
	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	Mais de 25	
Lavrador	13	3	6	3	9	2	36
Fiscal		3					3
Operador de colheitadeira	1				1		2
Ajudante geral responsável por sítio		1					1
Controlador de pragas	1						1
Montador de Acampamento	1						1
Motorista de ônibus					1		1
Motorista de queimada		1					1
Total geral	16	8	6	3	11	2	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Dos 36 trabalhadores que na época das entrevistas eram lavradores, 14 nunca exerceram outras funções. Os participantes do estudo que já exerceram outra atividade, que não o corte da cana, relataram que já exerceram as seguintes funções ou ocupações: pintor, ajudante de pedreiro, servente em construção civil, jardineiro, empregadas domésticas, catador de materiais recicláveis, soldador, torneiro, carregador de adubo (peão).

A figura a seguir demonstra a quantidade de trabalhadores que já exerceram outra função anterior a atual. Na primeira coluna encontramos a atual função dos trabalhadores. Na segunda e terceira colunas notamos as respostas negativas e positivas, respectivamente. Na quarta coluna, percebemos o total de participantes por função, sendo a última linha, o total de respostas positivas ou negativas.

Figura 12: Quadro demonstrativo relativo aos dados de Função atual e exercício de outra função anterior

Função Atual	Exerceu outra função anteriormente		
	Não	Sim	Total geral
Lavrador	14	22	36
Fiscal		3	3
Operador de Colheitadeira		2	2
Ajudante geral responsável por sítio		1	1
Controlador de Pragas		1	1
Montador de Acampamento		1	1
Motorista de ônibus		1	1
Motorista de queimada		1	1
Total geral	14	32	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Os nomes dos trabalhadores mantidos no anonimato foram aqui substituídos por nomes fictícios. Para contarem sobre suas condições de vida, essas pessoas nos receberam nas suas casas, e em alojamentos.

As condições que permearam nossas conversas revelaram seus modos de habitar e suas relações existenciais, referidas ao movimento de migração que para a maioria representava um encontro tão almejado de melhores condições de vida.

Os relatos revelam também os impactos dessa migração, de forma que percebemos que alguns conseguiram obter o que para eles era uma melhor condição de vida. No entanto, para outros trabalhadores, a migração os colocou em situação inversa à almejada, pois suas expectativas não foram atendidas.

Na sequência, contamos histórias de 11 mulheres e 35 homens que retratam o viver ou o sobreviver enquanto trabalhador rural; os motivos que os levaram a cidade, bem como, as circunstâncias que os colocaram na atividade rural.

Carmem nos contou que estudou até a quarta série do ensino fundamental, sem concluí-la; 41 anos, mãe de 3 filhos, solteira e vive com o companheiro, os filhos e a mãe em residência própria. Mudou-se para Sertãozinho com os pais há 30 anos em busca de trabalho. Na época da entrevista estava desempregada, pois atuava como safrista, de forma, que só voltaria a trabalhar na próxima safra. Contou-nos que desde os 17 anos de idade trabalha no corte de cana de açúcar, sendo que quando da época da safra, a renda mensal de sua família gira em torno de R\$ 1.500,00.

Sua história é semelhante à de **Sueli** que aos 55 anos, também estudou até a quarta série do ensino fundamental, no entanto sem concluí-la. Solteira, com apenas uma filha disse que vive sozinha em sua própria residência. Saiu do Estado de Minas Gerais em busca de emprego aos 24 anos. Trabalhou como empregada doméstica em residências de famílias e em fazendas (todos sem registro em carteira de trabalho). Há aproximadamente 20 anos começou a trabalhar no corte da cana de açúcar. Atualmente devido aos problemas de saúde, trabalha como lavradora na fazenda, porém varrendo grama. Quanto à renda mensal, disse receber R\$ 16,70 por dia de trabalho.

Já **Miranda**, 55 anos, casada, reside com sua família e 3 filhos em casa própria. Estudou até a primeira série do ensino fundamental. Reside em Sertãozinho há 27 anos. Proveniente de São Lourenço (MG) mudou-se para Sertãozinho/SP a procura de emprego. Desde que chegou ao município trabalha no corte da cana de açúcar e capinando o mato que nasce em volta da cana. Quanto à renda mensal, Miranda não quis informar o valor.

Marta, 40 anos, viúva, quatro filhos, mora com todos eles em casa própria. Disse que estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Está em Sertãozinho há 27 anos, vinda do Paraná com os pais. Quando contou sobre sua vida ocupacional relatou que trabalha na área rural há 15 anos. Trabalhou durante a maior parte desse período como lavradora e no momento atuava como montadora de acampamento. Sua renda mensal é R\$ 700,00. Iniciou no trabalho rural, pois queria sua independência. Anteriormente ao trabalho rural, durante um mês trabalhou como empregada doméstica. Ela contou que atualmente está exercendo a função de montadora de acampamento, apenas enquanto espera sua aposentadoria por invalidez, devido a um problema em sua perna ocasionado por um acidente de trabalho.

Nair aos 33 anos, solteira, três filhos, reside com os filhos e o companheiro em casa própria. Disse que estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Está há 15 anos em

Sertãozinho, e desde então no trabalho rural, provinda do estado do Ceará. Sua renda mensal é de R\$ 800. Começou a trabalhar na lavoura, pois almejava ter um trabalho, e como seu marido já era lavrador, quis saber como era o mesmo.

Edna, 31 anos, contou que é amasiada e tem 4 filhos, morando com todos eles e o companheiro em casa de aluguel. Contou-nos, que estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Disse que essa é a segunda vez que ele está em Sertãozinho à procura de emprego. Contou-nos que desde que chegou, dessa segunda vez, está a três anos na cidade, mas que já morou anteriormente por 7 anos na mesma. Sua renda é de R\$ 800. Relatou que trabalha na lavoura para ajudar na renda familiar, pois seu marido não é bem remunerado por seu trabalho. Seu sonho era terminar sua casa, que ela e o companheiro estão tentando construir.

Teresa, 45 anos, casada, com 1 filho, mora em casa própria com o marido, o filho e a nora. Ela estudou até a 5ª série do ensino fundamental. No Paraná, trabalhava como doméstica, então foi para Sertãozinho à procura de condições de vida melhores, há 22 anos, quando começou a trabalhar na lavoura de cana. Segundo ela, começou a trabalhar para ajudar o marido nas despesas, e assim, poderem construir sua casa. Além das atividades laborais, relatou que cuida das atividades domésticas e dos familiares.

Gertrudes aos 37 anos, casada, com três filhos, estudou até a segunda série. Mora em casa própria em Sertãozinho com os familiares há 11 anos. Vinda do Paraná, contou que trabalha desde os 12 anos na lavoura com os pais, pois sempre precisou ajudar no sustento da família. Porém, quando foi para Sertãozinho, ficou 4 anos sem trabalhar, pois casou-se e o marido não queria que ela trabalhasse. No entanto, para ajudar na renda familiar precisou retomar a atividade, assim, Gertrudes, atualmente está há 7 anos na atual lavoura, recebendo cerca de R\$ 800. Ela ainda almeja conseguir um trabalho mais leve e melhorar de vida.

A trabalhadora **Lucia**, 30 anos, casada, com três filhos, reside em casa própria e estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Foi para Sertãozinho há 11 anos, trabalhando na lavoura de cana de açúcar desde então. É natural do estado do Paraná, em que contou que também já exercia as atividades na lavoura por 4 anos, antes de mudar-se para Sertãozinho. Começou a trabalhar devido a dificuldades familiares, pois precisava ajudar a mãe no sustento da família. Enquanto está em casa, disse que se ocupa das atividades domésticas e do cuidado com os filhos. Seu sonho, como o da maioria dos trabalhadores, era o de ter uma vida melhor e sair desse trabalho.

Helena, 45 anos, casada, mora em casa própria com o marido e os 5 filhos. Contou que cursou o ensino médio, através do “Telecurso”, um programa de educação à distância.

Saiu de Minas Gerais há 11 anos, quando começou a trabalhar na lavoura canavieira. Recebe mensalmente de R\$ 700 a R\$ 800. Disse que começou a trabalhar na lavoura, pois não teve outras opções, sendo que terminou os estudos depois de adulta. Contou que seu marido é safrista, ou seja, trabalha apenas na época da safra da cana de açúcar, desse modo ela também precisava ajudar na renda familiar. No entanto, disse que seu sonho era mudar de condições de vida e trabalho, e conseguir uma casa melhor para viver com a família. Contou que enquanto não está na lavoura, sempre está fazendo atividades domésticas em sua casa, pois lá sempre há trabalho a ser realizado.

A lavradora **Cristina**, 42 anos, viúva, três filhos, mora com os filhos em casa de aluguel. Coursou até a primeira série do ensino fundamental. Saiu da cidade de Dumont, próxima a Sertãozinho, 31 anos atrás. Contou que mora na área rural, estando acostumada com serviços na lavoura, pois desde os 11 anos já ajudava os familiares com o trabalho. Por essa razão ingressou no trabalho na lavoura canavieira quando chegou à cidade a procura de boas condições de vida. Assim, almeja conquistar a casa própria e não pagar mais aluguel.

Cláudio, 21 anos, solteiro e sem filhos. Estudou até a terceira série do ensino fundamental. Mora em alojamento, com mais 17 trabalhadores. Disse que é do Estado da Bahia, e há 8 meses, da data da entrevista, está no município de Sertãozinho, em busca de emprego, de forma que conseguiu trabalho após um mês, no corte de cana, e sendo esse seu primeiro emprego, o qual recebe cerca de R\$ 700 reais, o valor mínimo segundo ele pago pelas diárias de trabalho em um mês. Ele contou que nunca exerceu outra função. Cláudio fala muito baixo, como se sua voz não tivesse força para sair.

Manoel, 35 anos, casado no estado da Bahia, tem duas filhas. Disse que envia dinheiro para sua esposa todo mês. Contou que estudou até a sétima série do ensino fundamental. Em Sertãozinho mora em alojamento há 1 ano e 4 meses, sendo que esta há seis meses no trabalho rural, recebendo cerca de R\$ 1.600,00. Já exerceu as funções de carpinteiro e ajudante geral na Bahia. Contou que quando começou a trabalhar no corte da cana, sentia muito cansaço e moleza, pois segundo seu relato, o trabalho exige muito do lavrador. Relatou que no início não tinha força em seus braços para realizar a atividade, porém hoje já consegue cortar mais cana que muitos de seus colegas. Assim, ele almeja melhorar de vida, para as filhas se orgulharem dele, mas considera que ainda precisa trabalhar muito duro para atingir seu objetivo.

O trabalhador **Francisco**, 26 anos, solteiro, sem filhos, estudou até a terceira série. Mora em alojamento, e divide quarto com mais três homens. Está em Sertãozinho desde 2005.

Contou que todo ano volta para a Bahia para rever seus familiares, e que recebe cerca de R\$1.500,00 mensalmente. Já exerceu a função de pintor por quatro meses antes de ir para Sertãozinho. Ele almeja tornar-se cabeleireiro e abandonar o trabalho na lavoura.

Situação parecida com a de Francisco é a de **Tiago**, 20 anos, também solteiro, sem filhos, estudou até a terceira série, e reside em alojamento. Está há sete meses no trabalho rural e em Sertãozinho, apesar de sempre ter trabalhado em outras lavouras. Recebe cerca de R\$1.700,00 por mês. Durante seu relato, contou-nos que estava triste, pois havia perdido sua mãe, há apenas uma semana, e que agora possuía apenas a irmã na cidade de origem, no estado da Bahia.

Luis, 20 anos, solteiro e não tem filhos. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental e disse que recebe de R\$ 800,00 a R\$ 900,00 pelo seu trabalho no corte da cana de açúcar. Está há seis meses em Sertãozinho e no trabalho rural. No alojamento em que vivia, dividia o quarto com mais dois colegas. Proveniente do Maranhão, ele saiu do estado à procura de emprego. Contou que trabalhava desde criança na lavoura, e foi para Sertãozinho em busca de uma condição de vida melhor.

Inácio, 35 anos, solteiro, e com um filho, relatou que não estudou, mas sabe ler, pois sua irmã o ensinou. Vive com o irmão e outros quatro trabalhadores em um alojamento. Esta desde 2008 em Sertãozinho, trabalhando na lavoura canavieira desde sua chegada. Contou que na Bahia, seu estado de origem, também exercia o trabalho rural. Ele contou que tem a pretensão de mudar de vida, mas deixa por conta de Deus seu destino.

Felipe, 29 anos, solteiro, estudou até a primeira série do ensino fundamental, e saiu do estado da Bahia para morar em alojamento com o primo, seu irmão e um amigo em um mesmo quarto. Relatou que paga R\$100,00 do quarto e que cada quarto possui um valor, dependendo do seu tamanho. Assim o preço é dividido entre os moradores do mesmo. Está há três anos no trabalho rural, desde que chegou a Sertãozinho. Contou que seu irmão foi quem o convidou para que ele fosse para a cidade, pois lhe disse que ali havia trabalho. Comentou que tem planos de ser criador de gado, e ter uma fazenda. Ele disse que ele sente muitas saudades da família e que quando volta para sua cidade de origem (ao fim de cada safra), seus pais acreditam que ele passa fome, pois está muito mais magro do que era.

O trabalhador **Paulo**, 36 anos, contou que se amasiou com uma mulher em Sertãozinho e possui um filho, mas no estado da Bahia. Ele estudou até a 4ª série. Mora em alojamento, e conta que seu quarto custa R\$ 250,00, valor que é dividido pela quantidade de pessoas residentes no mesmo, 3 no total. Trabalha desde os 15 anos no trabalho rural, mas sem carteira assinada (nas lavouras de feijão e arrancando tocos de árvores em fazendas).

Disse que está em Sertãozinho, há cinco meses e com o trabalho no corte da cana conseguiu seu primeiro registro em carteira.

O lavrador **Valter**, 36 anos, amasiado e com dois filhos, cursou até a 7ª série do ensino fundamental. Ele mora em alojamento com mais quatro pessoas no mesmo quarto. Ele é proveniente da Bahia, local onde deixou os filhos. Anteriormente a sua chegada à cidade de Sertãozinho, percorreu cidades da região, como Taquaritinga e Viradouro exercendo o trabalho nas lavouras. Já exerceu funções anteriores como de ajudante geral, e trabalhou em um lava rápido, além de ter sido carregador em uma transportadora. Está há 9 anos no trabalho rural, e apenas 8 meses em Sertãozinho. Segundo ele, a cidade oferece mais oportunidades no corte da cana, mas disse que considera o trabalho muito pesado e com demanda de muito esforço físico, e que, no entanto, a remuneração não é proporcional.

O trabalhador **Oswaldo**, 31 anos, amasiado e com dois filhos estudou até a terceira série do ensino fundamental. Proveniente da Bahia, mora com mais 3 trabalhadores no alojamento, pagando R\$83,00 pelo seu quarto. Ele recebe cerca de R\$ 1.100,00 por mês. Está há quatro meses na cidade, mas contou que está no trabalho rural desde 2003. Começou a trabalhar aos 15 anos, “roçando” pastos. Começou a trabalhar na lavoura, pois foi o trabalho que encontrou de melhor remuneração, segundo ele. E seu sonho, diferente do de muitos, era continuar no trabalho rural, voltar para a Bahia e visitar seus 7 irmãos ao término da safra.

Alberto, 49 anos, casado, três filhos, estudou até a segunda série do ensino fundamental. Reside com três pessoas em casa de aluguel. Sua renda é de R\$ 1.300,00. Contou que é do estado da Bahia e mora em Sertãozinho há seis anos. Está desde março de 2007 no trabalho rural. Anteriormente trabalhava como topógrafo, mas perdeu o emprego, e ingressou no trabalho no corte da cana de açúcar.

O lavrador **Nelson**, 51 anos, amasiado e com um filho de relação anterior, estudou até a primeira série do ensino fundamental. Mora em casa de aluguel, há 12 anos. Sua renda mensal é cerca de mil reais. Nelson é da cidade de Ipê, São Paulo. Contou que trabalha em lavouras há mais de 20 anos, e que já trabalhou no estado de Mato Grosso em uma construção de barragem, além de um frigorífico. Suas migrações sempre ocorreram em função da busca por uma qualidade de vida melhor.

O trabalhador **Caetano**, 55 anos, solteiro, dois filhos, mora em casa própria, com mais quatro pessoas, estudou até a quarta série. Está em Sertãozinho desde 1975, recebendo de R\$800,00 a R\$900,00 por mês no trabalho rural. Contou que começou a trabalhar na lavoura porque chegou a Sertãozinho e não possuía emprego e essa foi a única oportunidade que lhe apareceu.

O fiscal **Breno**, 43 anos, solteiro, três filhos, cursou até a 8ª série. Cinco pessoas residem em sua casa própria. Mora em Sertãozinho há 10 anos, e desde que chegou a cidade trabalha em lavouras como lavrador. Contou que possui duas irmãs na cidade de origem, Pedra Branca, Ceará, mas que não as via desde que deixou o município. Atualmente exerce a função de fiscal, e contou que nas férias costuma fazer bicos como pedreiro.

Arlindo, 39 anos, casado, 4 filhos, mora em casa própria, e estudou até a 4ª série. Há 10 anos deixou o estado do Paraná, indo para Sertãozinho, onde desde então começou a exercer a função de fiscal, sendo sua renda de R\$ 900,00. Contou que há 22 anos está no trabalho rural. O ingresso no trabalho rural se deu, pois segundo seu relato, ele não teve outra opção de emprego. Comentou que seus pais e irmãos também compartilham a atividade.

O empreiteiro e motorista de ônibus, **Jair**, 49 anos, casado, 4 filhos, estudou até a 4ª série. Possui casa própria na qual mora com a família. Reside em Sertãozinho desde 1977, quando deixou a cidade de Mira Estrela, São Paulo, pois contou que não havia emprego em sua cidade. Sua renda mensal é de cerca de R\$ 5000,00 na função de empreiteiro, a qual exerce desde 1989. No entanto, contou que consegue faturar cerca de R\$10.000,00, porém, os gastos com a manutenção do veículo, ou seja, o ônibus que transporta os trabalhadores rurais, chegam a quase R\$ 5.000,00. Ele contou que anteriormente exercia a função de lavrador, depois conseguiu ser promovido a fiscal dentro da usina, e com o tempo conseguiu juntar dinheiro para comprar seu ônibus. Segundo ele, iniciou o trabalho na lavoura canavieira devido à falta de estudos, sendo essa a única oportunidade frente à necessidade de trabalhar.

O lavrador **Andersom**, 45 anos, separado, 3 filhos, estudou até a segunda série do ensino fundamental. Reside sozinho em sua casa própria. Contou que mora em Sertãozinho há 25 anos, quando deixou Minas Gerais e desde então está no trabalho rural. Sua renda era de R\$ 700,00. Alternado às atividades no corte da cana, já exerceu funções em indústrias de montagem, como ajunte geral por dois anos, no entanto regressou ao trabalho na lavoura canavieira. Contou ainda, que começou a trabalhar no corte da cana, pois o trabalho era mais bem remunerado.

O trabalhador **Carlos**, 56 anos, casado, 4 filhos, estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Reside em casa própria com 11 pessoas. Está em Sertãozinho há 23 anos, pois seus parentes lhe falaram de boas oportunidades de emprego na cidade. Proveniente de Garça, São Paulo, contou que também já morou no estado do Paraná. Atua como fiscal na lavoura, e recebe R\$ 1.180,00 por mês, mas contou que já exerceu a função de lavrador por oito anos. Anteriormente ao trabalho rural já foi pedreiro por cinco anos, e também trabalhou como lavador de carros em um posto de gasolina. Além das atividades rurais, também fazia bicos

como encanador, eletricista e pintor. Seu sonho era comprar um sítio para ter suas criações e plantações, podendo viver tranquilamente.

O lavrador **Joilson**, 52 anos, viúvo, 2 filhos, cursou até a segunda série, reside em casa de aluguel, com os filhos e a atual companheira. Ele disse que nasceu na cidade de Sertãozinho e que está no corte da cana há 18 anos, pois essa foi a única opção que lhe apareceu. Anteriormente, contou que trabalhou como tratorista por 20 anos, mas perdeu o emprego e recolocou-se na função de lavrador, a qual ainda desempenha.

Marcelo, 60 anos, casado, três filhos, um deles falecido, mora em casa de aluguel, sozinho, pois sua esposa o deixou. Contou que sabe apenas assinar seu nome, pois não teve a oportunidade de frequentar uma escola. Está em Sertãozinho há 23 anos, vindo de Minas Gerais. Relatou que desde que chegou à cidade trabalha na lavoura de cana, sendo sua renda de R\$ 700 a R\$ 800. Além do trabalho como lavrador, faz bicos como jardineiro. Em Minas Gerais, contou que era operador de moto serra.

Rodrigo, 37 anos, solteiro, sem filhos, estudou até a terceira série. Mora em casa própria com os pais. Saiu do Paraná com os progenitores e foi para Sertãozinho aos 13 anos, quando começou a trabalhar no corte da cana, como todos os outros membros da família. Eles viajaram em busca de condições de vida e emprego para todos da família.

O lavrador **Roberto**, 56 anos, solteiro, dois filhos, apenas assina o seu nome. Mora em casa de aluguel. Está no trabalho rural desde 1992, quando deixou Minas Gerais, e foi para Sertãozinho. Contou que começou a trabalhar na lavoura, pois não teve opção, e queria ser independente. Além disso, contou que faz bicos como catador de materiais recicláveis, das 17 horas até as 20 horas de segunda à sexta.

O trabalhador rural, **Mateus**, 49 anos, casado e pai de 3 filhos, reside em casa de aluguel com a esposa e 2 filhos. Por causa da infância sofrida, contou que assina apenas seu nome, pois não teve a oportunidade de ser alfabetizado. Saiu do Ceará há 15 anos, e desde então trabalha na lavoura, devido à indisponibilidade de outro emprego. Sua renda é de R\$ 600 a R\$ 800, dependendo da quantidade de cana cortada por ele. Já trabalhou anteriormente como metalúrgico, mas perdeu o emprego.

Situação parecida com a de Mateus era a do trabalhador **Belchior**, que não teve a oportunidade de ser alfabetizado, no entanto, não sabe nem assinar seu nome. Aos 30 anos é separado, com um filho, e mora na casa da mãe, com outras seis pessoas. Nasceu em Sertãozinho, começou a trabalhar no corte da cana há 11 anos, pois foi a sua única opção frente à falta de estudos e qualificação. Contou que quando aparecem trabalhos extras como de servente de pedreiro, ou para limpar terrenos baldios, os aceita prontamente.

O controlador de vetores, **Alexandre**, 49 anos, solteiro, sem filhos, mora na casa do pai, com seis pessoas. Coursou até a 4ª série do ensino fundamental. Saiu de Minas Gerais há 30 anos, quando começou a trabalhar no corte da cana de açúcar. Recebe cerca de R\$ 1000,00 por mês. Comentou que necessitou ingressar no corte da cana, pois seu nível de alfabetização era baixo, e não conseguiu uma outra oportunidade de emprego.

Alex, 21 anos, amasiado, sem filhos, diferentemente da maioria, cursou até a 2ª série do ensino médio. Mora com a companheira em casa de aluguel. Ele saiu do estado de Alagoas há um ano e começou a trabalhar no corte da cana. Contou que começou a trabalhar na lavoura, pois foi a melhor oportunidade com carteira assinada que obteve. Anteriormente trabalhou como moto taxista, e em um lava jato.

O ajudante de sítio, **Rafael**, 30 anos, solteiro, 3 filhos, cursou até a 4ª série do ensino fundamental. Mora em casa própria com os filhos e uma companheira. Saiu da Bahia em 1998. Está no trabalho rural desde que chegou à cidade de Sertãozinho/SP. Anteriormente a função de ajudante geral em sítio, foi lavrador por 5 anos. Sua renda é de R\$ 1000 reais.

Artur, 47 anos, casado na Bahia, pai de 4 filhos, cursou a primeira série do ensino fundamental. Mora em Sertãozinho na residência da nova companheira. Saiu da Bahia há dois anos, da época da entrevista, porque seu irmão havia dito que na cidade da Sertãozinho havia emprego para ele. Recebe cerca de R\$ 1100,00 no corte da cana de açúcar. Disse que precisa trabalhar muito para conseguir ser bem remunerado, e por essa razão o trabalho era muito desgastante. Como bico, exerce o trabalho de ajudante de pedreiro. Na sua cidade de origem já realizava o trabalho rural, pois desde os doze anos trabalhava na lavoura. Relatou que costuma descansar e ajudar a companheira quando não está trabalhando. Ele almeja um dia voltar para a Bahia e conseguir uma casa para morar com a família.

O lavrador, **Mario**, 45 anos, solteiro, 1 filho, cursou até a 4ª série do ensino fundamental, mora em casa de aluguel sozinho. Proveniente de Minas Gerais, desde que chegou a cidade em 1985, trabalhava na lavoura de cana, pois foi a primeira oportunidade que lhe apareceu. Recebe mensalmente cerca de R\$ 1000,00.

O trabalhador, **Josué**, 40 anos, amasiado, 3 filhos, cursou a terceira série do ensino fundamental, mora na casa de sua mãe com os familiares e a atual companheira. A casa é muito humilde, e não há muitos móveis, incluindo ausência de cadeiras. Nascido em Sertãozinho, está há 21 anos no trabalho rural, pois segundo seu relato, ele não possui uma profissão. Aos 19 anos foi servente de pedreiro e auxiliar de pintor. Relatou que faz bicos como pedreiro, além de cuidar do filho para ajudar a companheira. Contou ainda que reforma partes da casa nos horários vagos.

O lavrador, **Ney**, 42 anos, solteiro, 4 filhos, cursou até a 5ª série do ensino fundamental. Mora na casa da tia, em um dos cômodos, com três pessoas. Disse que está no trabalho rural, pois seu nível de escolaridade é baixo. Assim, há 24 anos, segundo ele, essa foi a única opção que teve. Além disso, contou que espera sua aposentadoria por invalidez, devido à limitações em sua saúde. Comentou que geralmente fazia bicos como servente de pedreiro, mas devido aos seus problemas de saúde não pode mais fazê-los.

O operador de colheitadeira, **Aparecido**, 48 anos, é casado, e pai de 1 filho. Cursou até a 4ª série. Reside em casa própria com a família. Natural de Sertãozinho, ingressou na lavoura como lavrador, há 37 anos, pois contou que não teve outras oportunidades. Há 21 anos está na atual função, recebendo cerca de R\$ 1300,00 por mês, mais horas extras.

Marcos, 36 anos, amasiado, 3 filhos, diferentemente dos demais trabalhadores cursou o ensino médio completo. Reside em casa própria com a companheira e os filhos. Nasceu em Sertãozinho, e assim como Aparecido, também é operador de colheitadeira há 3 anos, mas contou que exerceu a função de lavrador anteriormente, por pouco tempo. Além disso, já atuou como metalúrgico, mas considerou o trabalho rural melhor. Recebe na função de operador de colheitadeira, cerca de R\$ 1.500,00 por mês.

Devanir, 37 anos, amasiado, 2 filhos, não é alfabetizado, sabendo apenas assinar seu nome. Saiu do estado de Alagoas há três anos, e morando atualmente em casa de aluguel com seis pessoas. Está há três anos trabalhando como lavrador, recebendo cerca de R\$ 1300,00 na época de safra. Além das atividades na lavoura, costuma fazer bicos como servente de pedreiro.

Por fim, o último trabalhador, **Germano**, 39 anos, casado, pai de 5 filhos, sendo 2 casais de gêmeos. Cursou o ensino fundamental completo. A família mora em casa própria. Nasceu em Sertãozinho e foi lavrador por 10 anos. Contou que ingressou no trabalho rural, pois se casou muito jovem e na época foi a única alternativa que lhe apareceu. Atualmente atua na função de motorista de caminhão de queimada, há seis anos, e preferiu não informar sua renda, porém contou que o que compensa em seu trabalho são as horas extras.

Percebemos que esses trabalhadores, em sua maioria, não tiveram oportunidade de concluir os estudos, pois a eles foi-lhes incumbido o ônus de ajudar a família com o seu trabalho, muitas vezes tendo a infância perdida.

A maioria das mulheres, mesmo com uma expressão facial de uma vida sofrida, contou que apesar do trabalho ser desgastante, deixá-las sujas de fuligem e poeira, e ainda terem que se ocupar com as atividades domésticas após o trabalho, não descuidam de suas aparências. Cuidados como o de fazer as unhas, tirar a sobrancelha, e pintar os cabelos foram

mencionados. A vaidade também apareceu relacionada com a necessidade de agradar o companheiro.

Esses trabalhadores tem muitas coisas em comum, principalmente a vida dura e sofrida. A maioria sonha em um dia ter condições mais dignas de trabalho e de moradia, outros, no entanto, parecem conformados com as suas condições.

5.1.1. As condições de moradia dos trabalhadores: alojamentos e residências

São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
Pela varanda
Flores tristes e baldias
Como a alegria
Que não tem onde encostar
(Gente humilde, Garoto, Chico Buarque e Vinicius de Moraes)

O existir requer um habitar e conhecer os espaços de moradia destas pessoas foi fundamental para compreender suas condições de vida, ora reveladas pela simplicidade das residências, ora retratada pelos espaços demarcados nos alojamentos.

Dos quarenta e seis participantes, 21 residem no Distrito de Cruz das Posses e o restante no bairro Jardim Alvorada. Destes, 22 possuem residência própria e 11 pagam aluguel; 3 trabalhadores contaram que moram na casa de parentes. E um total de 10 trabalhadores, todos homens, residem em alojamentos, conforme observamos na figura a seguir.

Figura 13: Tabela demonstrativa das respostas referente aos dados: localidade das residências e situação de moradia.

Localidade	Situação de moradia				Total geral
	Alojamento	Casa de Aluguel	Residência de Familiares	Casa Própria	
Cruz das Posses		6		15	21
Jardim Alvorada	10	5	3	7	25
Total geral	10	11	3	22	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

No que se refere às condições das residências observamos no decorrer das visitas que todas as casas visitadas eram de alvenaria, e possuíam rede elétrica e água encanada.

Em relação aos alojamentos, casas em que vários trabalhadores vindos de outras regiões do país habitavam, constatamos que os cômodos ou quartos eram muito pequenos,

sendo que cada quarto era habitado por três, ou quatro homens; cada cômodo possuía beliches e colchões; as roupas dos trabalhadores ficavam em varais estendidos pelo quarto, algumas vezes até sobre os trabalhadores que ocupavam a parte de cima dos beliches; cada quarto possuía uma geladeira e um fogão, os quais pertenciam aos próprios trabalhadores. O banheiro e o tanque para lavar roupa eram de uso coletivo. Assim, os trabalhadores residentes nos alojamentos deveriam organizar-se entre si, para a realização de tarefas como: banho, lavagem de roupa e preparo de refeições.

Pelo que Felipe, trabalhador residente em alojamento, nos contou, pudemos perceber como a territorialização se dá nos alojamentos:

Aqui no quarto tenho a geladeira que é minha. Vou embora agora quando acaba a safra, mas já tenho meu lugar garantido, porque a geladeira é minha, vou deixar aqui, porque também num dá pra eu levar, né? Mas eles já tão avisado, que se eu voltar vou ficar aqui de novo (FELIPE, 2010).

Eu vou deixar aí, aí eles vão usando as coisa. Aqui a gente tem que dividir as tarefas para dar tempo de todo mundo fazer suas coisas (FELIPE, 2010).

Assim, os objetos pertencentes ao trabalhador demarcam seu território, e tem como funcionalidade a garantia desse espaço tido como seu ainda existir, caso retorne um dia ao alojamento.

Ney, outro trabalhador, falou sobre sua gratidão em relação a uma das tias, a qual acolheu a ele e a sua família, e lhes proporcionou uma moradia.

Nóis mora aqui com a tia, se não fosse ela nós num tinha um teto. Tudo que tenho hoje agradeço a Deus e a tia. Porque senão tava na rua” (NEY, 2010).

Notamos que as casas dos trabalhadores eram pequenas, e algumas vezes, com muitas pessoas ali residindo. Em algumas residências observamos de duas a três famílias em cada habitação, separadas apenas por cômodos. Os moradores costumeiramente sentam-se à frente de suas casas, conversando com vizinhos, enquanto as crianças correm e brincam pelas ruas.

Nos bairros em que os trabalhadores fixam residência possuem vários bares, os quais são frequentados pelos trabalhadores, após as 17 horas, quando esses regressam do trabalho.

Embora as residências fossem simples, em algumas pudemos notar vários aparelhos elétricos, como televisores, aparelhos de som, ventiladores, tanquinho e máquina de lavar roupas. Já em outras, notamos além da carência de aparelhos domésticos, a falta de móveis.

Em uma das residências visitadas, o trabalhador, Josué, ficou incomodado por não haver cadeiras, e não poder nos oferecer um assento quando da realização da entrevista.

Cê desculpa moça, mas nós aqui não tem cadeira. Só tem essa aí (e apontou para a cadeira que a mãe, uma senhora de idade, estava sentada)...Se num liga de conversar em pé, né? Vou pedir pra minha irmã pega uma cadeira na casa do primo (JOSUÉ, 2010).

A casa do primo era o cômodo ao lado. Notamos que nessa residência, cada cômodo, ou quarto, havia sido transformado em residência de famílias distintas.

Encontramos poucas residências com cerca de 1 a 3 pessoas. Em uma delas havia cerca de 18 pessoas residindo, distribuídas em três quartos, sendo que cada quarto era chamado de casa. Essa foi a residência que visitamos com maior número de moradores.

5.1.2. A relação familiar e a saudade

Tem gente que chega pra ficar
 Tem gente que vai pra nunca mais
 Tem gente que vem e quer voltar
 Tem gente que vai e quer ficar
 Tem gente que veio só olhar
 Tem gente a sorrir e a chorar
 E assim, chegar e partir
 (Encontros e despedidas – M. Nascimento e F. Brant)

As relações existenciais, também vão sendo afetadas pela migração para a lavoura de cana. Entes queridos ficam na lembrança dos que partiram em busca de trabalho e sonhos de melhores condições de vida, pois muitas vezes o retorno ao local de origem fica impossibilitado pela questão financeira.

Alguns trabalhadores que migraram de outras regiões, contaram que ainda possuíam familiares na cidade de origem. Alguns deles manifestaram o sentimento de tristeza, ao comentar como era viver longe do convívio de seus familiares, e que apenas os veriam no final do ano, quando a safra do corte da cana terminasse, e poderiam retornar para suas cidades de origem, para revê-los. Outros contaram que desde que se mudaram para Sertãozinho, nunca mais viram os familiares. Os motivos que os levaram a esse distanciamento foram, segundo eles: a falta de dinheiro para comprar a passagem de volta, ou até mesmo a perda do contato dos familiares.

Os entrevistados sem familiares em Sertãozinho, principalmente os que residem nos alojamentos, confidenciaram que assim que a safra terminasse pretendiam encontrar seus familiares. Esses familiares são irmãos, irmãs, pais e filhos. Podemos exemplificar esses relatos no comentário de Felipe:

Termina a safra no outro dia vou embora... Vixe Maria! Que saudade da família!!! Rapaiz, quando chego em casa, meus pais perguntam se passei fome, porque fico muito magro, até o fim da safra perco uns seis quilos, já perdi quatro (FELIPE, 2010).

Essa fragilização dos vínculos psico-afetivos revela o impacto do trabalho na esfera psicossocial dos entrevistados, marcando uma geração de filhos que não conhecem pais e pais que não conhecem filhos.

Conforme os relatos de trabalhadores, ao contarem sobre a família que deixaram para trás, notamos que eles tentaram esquecer os entes das suas cidades de origem. Provavelmente, uma forma de evitar que as recordações provocassem algum sofrimento.

Segundo Freud (1914), esquecer impressões, cenas ou experiências quase sempre se reduz a interceptá-las. Pois, quando no caso, um paciente, fala sobre coisas esquecidas, raramente deixa de acrescentar:

‘Em verdade, sempre soube; apenas nunca pensei nisso.’ Amiúde expressa desapontamento por não lhe vierem à cabeça coisas bastantes que possa chamar de ‘esquecidas’ – em que nunca pensou desde que aconteceram... O ‘esquecer’ torna-se ainda mais restrito quando avaliamos em seu verdadeiro valor as lembranças encobridoras que tão geralmente se acham presentes (FREUD, 1914, p. 194).

Esses sentimentos e o esquecimento dos familiares distantes podem ser exemplificados na fala dos trabalhadores: Mateus, Manoel e Valter.

Às vezes a gente lembra, mas tenta esquecer (dos familiares distantes) (MANOEL, 2010).

Tenho duas filhas lá, e um menino, mas o menino num posso falar que é meu, porque a mãe dele, disse que o filho é meu, mas outro assumiu, aí se eu falar que o filho é meu, o moleque perde a pensão, e aí, eu tenho que pagar. Mas eu conheço o moleque, tenho apreço por ele. Ele me conhece também, mas ele ainda num sabe que eu sou o pai. A mãe dele é uma vagabunda que me traiu, mas o moleque num tem culpa. Ela era minha amigada, aí saiu com outro (VALTER, 2010).

*Tenho só essas duas meninas que você viu (MATEUS, 2010).
Ah... Também tenho um moleque lá na minha terra (além das meninas), mas nem sei mais como ele é... Faz tempo que não vejo (...) Saudade as veiz dá, mas nós num fica pensando... E a muié (atual) num gosta também que fala (MATEUS, 2010).*

Assim, marcam os trabalhadores também a impossibilidade de vivenciar as perdas de uma forma mais afetiva, carregando para si a culpa pela não presença no momento da morte de entes queridos. Como no caso de Tiago que se emocionou durante a entrevista ao contar que há alguns dias recebera um telefonema com a notícia do falecimento de sua mãe, que não via há algum tempo.

Eu fui atender o telefone, que aqui no barraco (alojamento) todo mundo usa o mesmo telefone, que fica com o dono.... Aí, eu fui atender, e era falando que minha mãe tinha morrido. Me deu um desespero... Num sabia o que eu fazia... Já perdi um irmão de doze anos assim... Atropelado... Ela morreu atropelada... Mas agora no fim do ano eu vou voltar pra casa... Ainda sobrou meu pai e um irmão e uma irmã. Vê os que ainda tão vivos. Parecia que eu sabia que tinha acontecido alguma coisa, tava com uma sensação ruim... Depois eu num consegui dormir... Só ficava pensando nela... Parecia que eu via ela... (TIAGO, 2010)

Seligmann-Silva (1994) constata que em casos em que a partida se deu num momento de ruptura ou quando provocou conflito, configura-se sempre uma situação de angústia e culpa. E que a morte de um dos pais distantes reativa intensamente o sofrimento mental, conduzindo a crises mentais, em processos que são coadjuvados pela situação vivenciada no trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.139).

Notamos que os trabalhadores, mesmo os com família em suas cidades de origem, procuram constituir novos laços na cidade em que fixam residência atualmente.

Francisco contou que tinha duas filhas e uma esposa na Bahia, mas mantém uma relação extraconjugal com uma mulher em Sertãozinho. Ele contou que se sentia muito sozinho, evidenciando a necessidade da constituição de vínculos afetivos na atual cidade, atribuídos a solidão, embora tenha mostrado um sentimento de culpa por trair sua família. Seu relato pode ser ilustrado a seguir:

Ah.. precisa né? Eu gosto delas, mas aqui a gente fica muito sozinho aqui (FRANCISCO, 2010).

5.1.3. Da quentinha à bóia fria

É aquela que fere
Que virá mais tranquila
Com a fome do povo
Com pedaços da vida
Como a dura semente
Que se prende no fogo
De toda multidão
(A terceira lâmina – Zé Ramalho)

Quanto à alimentação dos trabalhadores verificamos que geralmente, principalmente nos de alojamentos, eram eles quem preparavam o próprio alimento, o qual levavam para o trabalho. Desse modo, necessitavam acordar mais cedo para prepará-lo, ou esquentá-lo, caso a comida tivesse sido preparada na noite anterior.

Quando o alimento era preparado por outra pessoa: mulher, mãe, tia, era essa pessoa quem acordava bem cedo, juntamente com o trabalhador, para prepará-lo, ou esquentá-lo. Assim, depois de pronto, ou esquentado, o alimento era colocado em embalagens, usualmente de plástico, conhecidas por quentinhas, para que os trabalhadores as levassem consigo e realizassem suas refeições durante o trabalho.

Apenas um trabalhador participante disse não preparar o próprio alimento, ou nem ter quem o preparasse em sua residência, segundo sua fala:

Eu sou sozinho, e não gosto de cozinhar, aí eu pego as marmita pronta, pego uma de manhã, pra levar no trabalho, e depois pego uma a noite pra janta...Compensa

pra mim... Pego no bar, que lá eles já faz a marmita. Eles abri cedinho, ai antes de ir pro ponto, eu passo lá e pego a comida. Pago duzentos reais por mês (MARCELO, 2010).

Os trabalhadores contaram que em suas refeições poderíamos encontrar: arroz, feijão, e carne (geralmente de frango ou de porco, por serem mais baratas), ou linguiça. Algumas vezes complementando, ou substituindo a carne: ovo frito. Eles também comentaram que raramente consumiam verduras em folhas em suas refeições, pois as verduras ficavam com aspecto desagradável no momento da refeição.

Alguns trabalhadores alimentavam-se das marmitas, ou quentinhas logo pelo início da manhã, como primeira refeição, pois segundo eles: “*Dá mais sustância para aguentar o trabalho*” (LUCIA, 2010).

Notamos, durante a viagem realizada com os trabalhadores até a lavoura de cana, que eles durante o percurso realizam refeições no ônibus utilizado para o transporte. A fala da trabalhadora confirma a situação presenciada:

Nóis chama a marmita de bóia, por isso que eles chamam nós de bóia fria, porque quando vai come a bóia, ela já ta fria (...) (AURORA, 2010).

Eu como umas três veiz a comida... No ônibus, ai lá pelas 9 vai dando fome, ai nós come di novu. E na hora do armoço, né?... Se sobra, as veiz eu comu depois também (SUELI, 2010).

Com relação aos alimentos presentes nas refeições, outro trabalhador contou:

Vai acabando o dinheiro a gente vai substituindo as mistura (MARIO, 2010).

Às vezes a gente trás ovo também... Um ovão em cima da comida é bom (MARIO, 2010).

Apenas os trabalhadores residentes em alojamentos relataram que costumavam levar pão, bolacha, e frutas, para serem consumidos nos intervalos do trabalho. Segundo Assis e Moreno (2004) fatores exógenos podem atuar como sincronizadores do comportamento de consumo alimentar e nutricional, tais como:

a natureza (que determina o dispêndio, consumo energético e frequência dos eventos alimentares), horários de trabalho, outros fatores oportunistas (presença de alimento, variedade de preparações, bares, lanchonetes), culturais (hábitos alimentares), sociais (refeições comunitárias), ambientais (ciclo claro-escuro) e comportamentais (vigília-sono) (ASSIS & MORENO, 2004, p.111).

Além das refeições, alguns trabalhadores disseram que faziam uso de um líquido isotônico hidratante que denominam “sorinho” ou “suquinho”, o qual a própria usina fornecia. Mas nem todos tinham o costume de ingerir a bebida. Essa bebida era distribuída na forma de pó solúvel, devendo ser diluída em dois litros de água potável. Era uma bebida isotônica, a

qual repunha os sais minerais perdidos durante o trabalho. Eles podiam preparar a bebida ali mesmo no local do trabalho, com a água gelada fornecida pelo empreiteiro dentro do ônibus.

Notamos que entre as refeições dos trabalhadores há o predomínio do consumo de carboidratos, devido ao seu potencial energético. Alessi e Navarro (1997), em sua pesquisa, consideraram o padrão alimentar dos cortadores de cana como de baixo valor protéico-calórico, sendo que seu cotidiano leva o trabalhador a diminuir seu limiar de atenção, aumentando a possibilidade de ocorrência de acidentes, além de seu corpo rapidamente chegar ao desgaste.

Segundo Assis e Moreno (2004, p.103) “o comportamento alimentar constitui, portanto, um papel homeostático duplo: interno, regulando o balanço energético e nutricional, e externo, regulando a interação do indivíduo com o meio ambiente. Estes fatores não agem isoladamente, mas sempre em combinação ou interação”.

5.2. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero
(Encontros e despedidas. Composição : M. Nascimento E F. Brant)

No que se refere às condições de trabalho observamos nas entrevistas, bem como, na observação “*in locu*” aspectos de alimentação, da viagem até o local de trabalho, dos riscos, das estratégias de defesa, que serão descritas na sequência desse tópico.

As relações de produção vão sendo modificadas pelas novas formas de trabalho. A busca pelo emprego marca os desafios contemporâneos, fazendo com que novas formas de deslocamento se efetivem.

Durante a realização das entrevistas, os trabalhadores deveriam assinar o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), autorizando a utilização de seus dados e relatos na pesquisa. Mediante a assinatura, os trabalhadores deveriam fornecer um de seus documentos de identidade, o Registro Geral (RG), conhecido como carteira de identidade.

No entanto, muitos trabalhadores, em geral os que ocupam as funções de lavradores, não estavam em posse de seus documentos. Segundo os mesmos, os documentos estariam no poder de seus superiores, no caso os empreiteiros. Pois, no ato da contratação os documentos foram retirados desses trabalhadores.

Os lavradores relataram que esse ato de subtração da identidade era realizado para que os trabalhadores não perdessem os documentos, como uma forma segura deles guardarem suas identidades.

A situação nos causou algumas inquietações referentes ao real motivo da apreensão do RG dos trabalhadores pelos empreiteiros.

Apesar do descrito, os trabalhadores não consideravam um problema seus documentos estarem em posse dos superiores. Acreditavam que os mesmos estavam a salvo, pois consideravam que poderiam perdê-los, caso estivessem em seu próprio domínio.

Os lavradores tinham o empreiteiro como uma espécie de figura paterna, sendo a relação estabelecida entre eles de paternalismo.

Seligmann-Silva (1994, p.133) concebe que os princípios que regem o modo paternalista de dominação se aplicam tanto nos locais onde prevalecem relações de trabalho informais – em sistemas arcaicos de produção – quanto em sofisticadas e grandes empresas. “O paternalismo cria dívidas de gratidão e, às vezes, dívidas concretas de natureza financeira. Ambas servem à dominação” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.133).

A autora considera o paternalismo como uma forma sutil de dominação, em que a manipulação de sentimentos, tais como afeto e gratidão, domina em certas circunstâncias, e a provocação de sentimento de culpa, em outras. “Existe, também, a instrumentação de sentimentos e valores muito próprios do migrante, originários do mundo rural: a obediência aos superiores ou aos mais velhos, a lealdade aos chefes e ao que é tido como interesse da empresa” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.159).

Os trabalhadores, principalmente os que migraram de outras regiões, disseram que os empreiteiros foram quem os acolheram quando eles chegaram a Sertãozinho. Nessa época, os lavradores contaram que chegaram sem local de moradia, e sem trabalho, de modo que os empreiteiros foram quem lhes proporcionaram, como conta Valter (2010): “um teto e um trabalho”. O discurso de Manoel deixa isso evidente:

Ah... Se o Zezinho (nome fictício dado ao empreiteiro citado) pede nós faz. Graças a ele eu tenho tudo que tenho. Cheguei aqui num tinha onde ficar, nem onde trabalhar. Ele me pegou, e colocou num quartinho no fundo da casa dele, ai depois ele fez aqui o barraco (referindo-se ao alojamento em que reside atualmente). O que ele fala é ordi. Ele é muito bom. É um pai pra mim (MANOEL, 2010).

Logo, percebemos que a relação entre os trabalhadores e o empreiteiro, na maioria das vezes, era de gratidão, de modo que a palavra do empreiteiro torna-se ordem. Mas o respeito pelo empreiteiro ia além da gratidão, pois perpassava pelo medo: medo de perder a

oportunidade do emprego, devido ao fato dessa oportunidade de trabalho ser a única opção que lhes foi apresentada frente aos seus baixos níveis de alfabetização.

Constata-se, assim, mais uma vez, como os medos se imbricam e convergem para acréscimos de ansiedade, compondo um sofrimento mental que se agrava à medida que diminui a segurança no emprego. Isto será mais marcante naquelas circunstâncias em que existam poucas perspectivas de obtenção de outro trabalho a curto prazo (SELIGMANN-SILVA, 1994).

Portanto, consideramos a subtração das identidades pelos empreiteiros, ou pela usina, uma forma de exercer o poder que lhes é atribuído.

Segundo Enríquez (1997), a organização produz um sistema imaginário sem o qual os sistemas simbólico e cultural teriam dificuldade em se estabelecerem, de modo que tendenciosamente desenvolvem um imaginário enganoso.

O imaginário é enganador na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista, no seu fantasma de onipotência ou de sua carência de amor, em se fazendo forte para poder corresponder aos seus desejos naquilo que eles têm de mais excessivos e mais arcaicos e de transformar os fantasmas em realidade; na medida igualmente em que a organização lhes garante suas capacidades em protegê-los do risco da quebra de sua identidade, da angústia de desmembramento despertado e alimentado por toda a vida em sociedade: conseguindo para eles as couças sólidas do estatuto e do papel (constitutivo da identidade social dos indivíduos) e da identidade da organização (ENRIQUÉZ, 1997, p. 35).

Enríquez (1997) aponta que graças à interiorização dos valores da organização, os trabalhadores poderão viver dos sentimentos de pertença, experimentar a admiração (e às vezes o temor) pelos seus chefes, “deixando para esses últimos pagar-lhes em troca pelas vantagens ou as possibilidades de dominação com relação aos seus subordinados” (ENRIQUÉZ, 1997, p. 37). Para esse mecanismo funcionar (...)

o importante é levar cada um a tornar-se um membro da equipe (portanto trabalhar solidariamente) e a se distinguir (portanto trabalhar como um concorrente para os outros). O que pelo contrário as organizações ocultam é a história real e o fato que os heróis (exceto se assumirem o poder) terminam sempre por serem mortos ou, pelo menos, segundo uma expressão americana recente, a se “queimarem”, a se tornarem burn out. A adesão total à organização (...) provoca uma tensão nervosa, um desgaste mental enorme, na medida em que cada um deve mostrar constantemente seu poder e sua força. O dia em que o herói estiver exaurido será colocado num desvio de estrada de ferro, licenciado, o que equivale à sua eliminação da vida social (ENRIQUÉZ, 1997, p. 51-2)

Foucault (1989) descreve uma nova forma de poder, o poder disciplinar, como um mecanismo (...)

(...) que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de operações materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma

nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (FOUCAULT, 1989, p. 187-188).

Contudo, o homem presente nas instituições não pode viver nelas senão na aceitação do sistema das leis e das proibições promulgadas, pois segundo Enríquez (1997) é graças a eles que o homem adquire uma identidade social que o autoriza a ser reconhecido pelo outro.

Não há, portanto instituição sem a execução de um processo de alienação, sem empenho para reproduzir identicamente os indivíduos sociais ou, pelo menos, para formá-los de maneira tal que eles não possam estar em condições de avaliar conscientemente suas condições concretas de existência, as relações sociais nas quais são colhidos (e que eles contribuem aliás a tecer), que sejam conduzidos, nessas condições, a aderirem à vida institucional tal qual ela se apresenta formalmente e a trabalharem para mantê-la em seu todo melhorando-a. (ENRIQUÉZ, 1997, p. 77-8)

Outro ponto que notamos frente ao discurso dos trabalhadores foi em relação a como se sentiam frente ao seu trabalho e a visibilidade dada pela sociedade. Eles comentaram que consideravam que a sociedade não reconhecia seu trabalho, manifestaram sentimentos de inferiorização frente a outras profissões. Cláudio descreveu esse sentimento:

Nóis passa na rua, e os outros nem olha pra gente... É como se a gente fosse nada. Quando olha, olha torto. Trabalhador rural é assim, mas também, é o que dá pra gente ser... Nós num tem estudo. A gente trabalha o dia inteiro na roça, tudo sujo, isso num é vida de gente não. Ninguém reconhece nosso trabalho (CLAUDIO, 2010).

Seligmann-Silva (1994) considera que mesmo para quem nunca exerceu um trabalho socialmente considerado como qualificado, a questão da necessidade de reconhecimento é fundamental em termos psicossociais e, como procuraremos esclarecer, também no que diz respeito ao âmbito dos processos Saúde/Doença.

A autora Seligmann-Silva (1994) sobressalta que o conceito de identidade “apresenta um valor essencial ao incluir a instância subjetiva, que elabora, de modo contínuo, respostas à estrutura do sistema social” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 118).

Em Ferreira (2000) encontramos a seguinte definição de identidade: 1. Qualidade de idêntico. 2. Os caracteres próprios e exclusivos duma pessoa: nome, idade, estado, profissão, gênero, etc.

Freud (1923) utilizou o conceito de identidade em relação às identificações projetivas feitas pelo sujeito no futuro de sua existência, também destacou a importância da imagem do corpo como identificação para a formação do *self*.

Assim, essa subtração da identidade pode ser vista de duas formas: a primeira como a tomada de posse dos documentos dos trabalhadores pelos seus superiores, a carteira de

identidade, exercendo um poder de autoridade que lhes são atribuídos, para manter os trabalhadores em seus postos de trabalho. E uma segunda forma: como uma subtração da identidade moral, psíquica, dos trabalhadores, alienando os sujeitos, e tornando-os apenas mais uma força de trabalho, uma peça da organização.

Esses trabalhadores, no geral, vieram de regiões muito pobres, e sem oportunidades. Desse modo, quando completaram a maioridade, deixaram suas famílias rumo ao estado de São Paulo, para procurar trabalho.

Ih... Quando vim pra cá, nem sabia direito pra que lado tava indo... sabia que ia descer em algum lugar, mas nem sabia o nome da cidade, meu primo que tinha comprado a passagem pra mim. Ai desci aqui. Foi o dono do alojamento que me abrigou. Deu um teto pra dormir, e me deu trabalho. Se hoje tenho alguma coisa, é graças a ele, que me deu a mão, quando num tinha ninguém... Eu nem conhecia ele... Cheguei aqui na frente, tava perdido, sem saber pra onde ir, e ele me ajudou (TIAGO, 2010).

Os trabalhadores relataram que em suas cidades, eles trabalhavam na atividade agrícola em pequenas propriedades rurais, geralmente pertencentes a familiares, mas sem perspectivas de um futuro digno de vida e sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. Assim, o sustento da família era originário do trabalho familiar nas pequenas lavouras e criações de animais.

Dessa forma, esses trabalhadores encontraram no corte da cana no interior do estado de São Paulo a primeira oportunidade de um trabalho com carteira assinada frente aos seus baixos níveis de alfabetização. Os relatos a seguir, demonstram o motivo pelo qual os trabalhadores ingressaram no trabalho rural:

Não tenho estudo, tive que encarar, num tive outra opção (BELCHIOR, 2010).

É o destino (MÁRIO, 2010).

Pretendo arranjar outro emprego, mas num sei o que ainda. Comecei a trabalhar na lavoura porque ninguém manda em mim, corto do jeito que quero (VALTER, 2010).

O trabalho como lavrador, ou cortador de cana, quando realizado por usina, é registrado em carteira de trabalho, assegurando os seguintes benefícios: seguridade da previdência social; plano de saúde individual, ou familiar, e transporte para o local do trabalho, serviço esse que é terceirizado, através do empreiteiro, o qual é geralmente dono dos meios de transporte, no caso, dos ônibus.

A Previdência Social é um sistema de proteção social que assegura o sustento do trabalhador e de sua família, quando ele não pode trabalhar por causa de doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. No caso do trabalhador ficar doente, é a Previdência Social que paga o seu salário até que ele recupere as condições de exercer suas atividades. Assim, a

Previdência Social, em conjunto com a Saúde e Assistência Social, compõem a Seguridade Social. Todo trabalhador com carteira assinada se torna automaticamente filiado, ou segurado, da Previdência Social (CARDILLO, 2008).

Logo, o trabalho com registro na carteira de trabalho tornou-se atrativo para esses trabalhadores, pois garantiria que o trabalhador desfrutasse de alguns benefícios e direitos, como: pensão, auxílios, e a tão sonhada aposentadoria.

O Auxílio doença é o benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. Já no caso do contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, entre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente (desde que o trabalhador tenha requerido o benefício).

O trabalhador que recebe auxílio-doença é obrigado a realizar exame médico periódico e participar do programa de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência Social, sob pena de ter o benefício suspenso. Não tem direito ao auxílio doença quem, ao se filiar à Previdência Social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resulta do agravamento da enfermidade. Este, deixa de ser pago quando o segurado recupera a capacidade e retorna ao trabalho ou quando o benefício se transforma em aposentadoria por invalidez (CARDILLO, 2008).

Segundo o Guia Trabalhista (2008), o auxílio acidente é o benefício pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. É concedido para segurados que recebiam auxílio doença. Tem direito ao auxílio acidente o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurador especial. O empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não recebem o benefício.

Aposentadoria por invalidez é o benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento (GUIA TRABALHISTA, 2008).

Dessa forma, todos esses benefícios da carteira assinada tornam-se atrativos para os trabalhadores, que mesmo enfrentando uma realidade que ofereça más condições de trabalho, ainda assim um dia lhes proporcionará o sonho tão desejado de muitos trabalhadores: a aposentadoria.

5.2.1. O cotidiano de trabalho

Os trabalhadores rurais, no geral, acordavam muito cedo, por volta das 5 horas da manhã; preparavam suas refeições do dia, e faziam o desjejum, que algumas vezes, conforme o relato de muitos era o arroz e o feijão que também seriam consumidos no restante do dia. Segundo eles, essa prática era considerada necessária para que estivessem alimentados suficientemente para estarem aptos às atividades laborais e para o gasto de energia que ela demandava.

Já como o arroz e o feijão de manhã, porque é pra ficar bem sustentada (MARTA, 2010).

Os entrevistados eram transportados para o local de trabalho com ônibus rural. Geralmente, os empreiteiros marcavam pontos próximos às residências dos trabalhadores, onde deveriam esperar para serem levados aos locais de trabalho, em que iriam realizar o corte da cana-de-açúcar.

A próxima figura ilustra os pontos de ônibus em que os trabalhadores geralmente aguardavam o transporte. A ilustração à direita, ocorreu às 5h30min da manhã, quando da visita “*in locu*”. Nesse momento aguardávamos o motorista do ônibus no ponto, juntamente com alguns trabalhadores. Na ilustração à esquerda notamos o último ponto, em que os lavradores aguardavam o transporte. Era nesse local, ao fundo da imagem, onde algumas usinas reuniam os trabalhadores para a realização da ginástica laboral, ou aquecimento, como os trabalhadores denominam a atividade.

Figura14: Fotos ilustrativas de pontos em que os trabalhadores esperam o ônibus para serem transportados até o local da atividade do corte da cana-de-açúcar.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Os trabalhadores entrevistados esperavam o ônibus, por volta das 6 horas da manhã, alguns um pouco antes das seis. Chegam ao local de trabalho por volta das 7 horas e permanecem na lavoura até as 15h20min quando retornam ao ônibus e voltam para suas residências ou o ponto de origem.

Em média a viagem de ida e volta duravam cerca de uma hora cada. Logo, o horário que retornam a suas residências geralmente dependia do local onde o corte era realizado.

Às nove horas da manhã existia um tempo de dez minutos para descanso, o qual ocorria novamente às 14 horas. Porém, esse tempo de descanso geralmente não era respeitado pelos trabalhadores, pois significariam vinte minutos a menos de produção. Os trabalhadores relatavam que esse horário só era respeitado quando sabiam que algum fiscal do Ministério do Trabalho estaria na região. Assim, quando isso ocorria, os fiscais das usinas obrigavam os trabalhadores a descansar. Percebemos também essa atitude de evitar os descansos, como uma forma de não demonstrar fraqueza perante os outros colegas e o empreiteiro, conforme o relato de lavrador Belchior:

Só paro se tiver precisado mesmo. Nós num fica parando senão fica com fama de molenga. Só paro no caso de uma precisão. Se tiver passando mal (BELCHIOR, 2010).

Essa atitude de parar apenas quando da visita de fiscais evidenciou que os trabalhadores já adotaram medidas de driblar a fiscalização, a favor da organização, graças à interiorização dos valores da organização (ENRIQUEZ, 1997).

Evidenciamos também que os trabalhadores com a atitude de não descansarem, apenas perante a um mal súbito, só se permitiam parar frente à doença (DEJOURS, 1992).

Constatamos que o horário de almoço ocorria das 11 horas ao meio dia, e que às 15h20min, deixam o local do corte de cana, e recebem o “pirulito” (nota que especifica a quantidade e tipo de cana cortada por cada trabalhador). No entanto, os trabalhadores só recebiam essa nota, caso ela fosse solicitada.

Quando da chegada aos locais designados, os trabalhadores iniciavam suas atividades.

Os relatos a seguir descrevem sucintamente a rotina de cada função desempenhada pelos trabalhadores do nosso estudo:

- Ajudante geral de sítio:

Faço de tudo... Cuido dos bichos, dou vacina, cuido das plantação, ponho esterco quando precisa, arrumo cerca, tudo que aparece eu faço, e mando o resto que trabalha lá fazê também (RAFAEL, 2010).

- Controlador de vetores:

Eu solto mosquitos a cada 30 metros nos pés de cana, antigamente eu passava veneno, hoje só solto os mosquitos. É sair andando e abrir o potinho com os mosquitos (ALEXANDRE, 2010).

- Fiscal:

Eu meço quanto de cana cada um cortou, vejo se eles estão trabalhando mesmo e depois anoto o que cada um cortou e falo para eles. Anoto num papel para eles saberem, a gente chama esse papel de pirulito (BRENO, 2010).

- Lavrador:

Corto a cana o dia inteiro na época da safra. Quando num ta na hora de cortar a cana, nós carpi o mato que cresce em volta da cana, às vezes nós planta a cana também (DEVANIR, 2010).

- Montadora de acampamento:

Monto as barracas do almoço, e as mesas do acampamento do ônibus. Quando tem mulher na turma monto as barracas dos banheiros. Mas só na época da safra. Quando é só a carpa do mato, num precisa montar o banheiro (MARTA, 2010).

- Motorista de ônibus / Empreiteiro:

Pego os lavradores e levo pra onde tem que cortar ou carpir. No caso o ônibus é meu. Então eu tenho que levar o ônibus para a manutenção todo dia, depois que deixo todo mundo, e lavar nos fins de semana (JAIR, 2010).

- Motorista de caminha de queimada:

Eu que ponho e controlo o fogo do canavial, não posso deixar o fogo ir para a direção errada. Na hora certa, e se precisar tenho que dar conta de apagar. Se precisar, vira e mexe precisa, eu passo com o caminhão no meio do fogo. Se não dou conta tem que avisar pelo rádio a Usina, pra mandar os bombeiros (GERMANO, 2010).

- Operador de colheitadeira:

Dirijo a colheitadeira. Fico o dia inteiro na colheitadeira, pra cima e pra baixo colhendo a cana, quando precisa troco as pás da colheitadeira (APARECIDO, 2010).

Os lavradores relataram que algumas vezes, era necessário verificar o corte das lâminas dos instrumentos de trabalho. Caso o podão ou facão estivesse com sua lâmina sem corte, era preciso afiá-las (*ou amolar o podão* como os trabalhadores denominavam a atividade). A figura ilustra, a seguir, um trabalhador afiando a lâmina de seu podão. No entanto, para a realização dessa atividade verificamos que o trabalhador não utilizou a luva de proteção (EPI – Equipamento de Proteção Individual) que o protegeria de um possível acidente.

Figura 15: Foto ilustrativa de trabalhador afiando a lâmina do podão.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Na próxima figura observamos os locais em que os equipamentos de trabalho, no caso: podões, facões, enxadas e limas, eram guardados. Esses equipamentos deviam ficar no interior dos veículos de transporte, enquanto não estivessem em uso, ou quando do fim das atividades laborais, de modo que os trabalhadores não poderiam levá-los para suas residências. Tal ação era uma medida para evitar acidentes domésticos.

Figura 16: Fotos ilustrativas do local onde os trabalhadores guardam seus instrumentos de trabalho.



Crédito: Aline Almussa (2010)

No entanto, podemos notar nas figuras que seguem, que mesmo com a medida de manter os instrumentos com laminas no interior dos veículos, encontramos algumas ferramentas como: podões velhos e enferrujados, foices e enxadas na casa de trabalhadores.

Figura 17: Fotos ilustrativas de instrumentos de trabalho encontrados em residências de trabalhadores.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Alguns trabalhadores contaram que quando retornavam a suas casas costumavam lavar a roupa do trabalho e ou tomar banho, após a atividade laboral. Outros trabalhadores, geralmente os do gênero masculino, relataram que logo que chegavam do trabalho seguiam rumo aos bares da vizinhança. E os trabalhadores que moravam em alojamentos, contaram que precisavam revezar-se para “tarefas” como: banho e lavagem de roupa, pois o banheiro e tanque eram de uso coletivo.

Após essas atividades, costumavam comer ou beber algo, corriqueiramente pão, suco, e, ou café. Depois se ocupavam de afazeres domésticos, como preparar a comida (ou “bóia”, como eles denominam a refeição) para o jantar e para o outro dia de manhã; limpar o quarto; e descansar.

Os trabalhadores relataram, que em média, costumavam dormir entre as 21h30min e às 23 horas.

Quanto às mulheres que foram entrevistadas, algumas disseram que depois da chegada do trabalho procuram ir cuidar da casa, fazer a comida e só após a essas atividades, disseram tomar banho.

Uma trabalhadora relatou o que costuma fazer quando chega em casa da seguinte forma:

Eu vou cuidar do meu marido, né... Porque ele trabalha de noite e eu de dia, então é o único horário que tenho com ele, horas que chego do serviço, aí a gente namora (risadas)... Senão ele põe outra no lugar... Se sabe como é homem... Depois eu vou fazer a comida, tomar banho (LUCIA, 2010).

Outros relatos de trabalhadoras:

Num gosto de fazer o serviço de casa, ainda bem que as meninas (filhas) faz pra mim... Eu chego em casa e só faço a minha comida (CRISTINA, 2010).

Em casa sempre tem serviço, num dá pra ficar parada, e descansar (HELENA, 2010).

Desse modo, pudemos conhecer alguns aspectos do cotidiano dos trabalhadores rurais, tanto do gênero masculino, como do feminino.

Com relação aos empregadores entre os participantes da pesquisa, foram relatados empregos em quatro usinas e destilarias da região e em um sítio, sendo suas as condições de trabalho semelhantes.

No geral, quanto a benefícios, além do trabalho registrado em carteira, os empregadores ofereciam: plano de saúde individual ou familiar; e o transporte para seus trabalhadores. A refeição era atribuída aos próprios trabalhadores.

Dos participantes apenas o motorista de ônibus (empreiteiro) contou não trabalhar com registro em carteira, pois como proprietário do ônibus e empreiteiro da turma de trabalhadores, ele tinha seu serviço terceirizado pela usina, assim como o restante dos empreiteiros.

Para esses trabalhadores, principalmente os lavradores (ou, cortadores de cana), o registro da carteira era uma espécie de troféu. Algo de que eles se orgulhavam muito, pois foi por conta do trabalho com registro em carteira, que muitos abandonaram suas origens.

Segundo os relatos, quanto à atividade obrigatória da ginástica laboral, ou aquecimento (antes do início da atividade laboral), como os trabalhadores a chamavam, apenas uma usina a tinha como obrigatória.

Conforme o relato dos trabalhadores, notamos que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ficavam a cargo dos empregadores, e que eram repostos quando necessário.

Na opinião dos participantes do estudo houve algumas melhorias nas condições de trabalho no exercício do corte de cana com o decorrer do tempo. As relatadas por eles foram: transporte realizado por ônibus, e não mais por caminhões; oferecimento de água potável

gelada dentro dos ônibus; a instalação de banheiros improvisados para ambos os gêneros; e a adequação do ambiente para refeições.

Sarti (2007) concebe que os lavradores, também conhecidos como cortadores de cana, ou bóias frias tem uma importância fundamental para o progresso de Sertãozinho/SP. Esse trabalho significou o primeiro grau de prosperidade para milhares de pessoas e também um ponto de partida para importantes conquistas, como: transporte – os caminhões chamados paus-de-arara, que transportavam os bóias frias tiveram de ser substituídos por ônibus; moradia - a maioria dos conjuntos habitacionais surgiram para abrigar esses trabalhadores e suas famílias; melhores condições de trabalhos - o fornecimento, pelos empregadores, de equipamentos de segurança, a disponibilidade de banheiros químicos, água potável e fresca; barracas para se alimentarem a sombra; e a proibição do trabalho infantil nessa atividade tornaram-se exigências legais.

Ao observarmos o acampamento montado perto do ônibus para a refeição dos trabalhadores, quando da nossa visita “*in locu*” notamos que no interior do veículo existia uma espécie de caixa de água em que água potável era armazenada para o consumo dos trabalhadores, devendo ser servida gelada.

Os banheiros, segundo Marta, uma das trabalhadoras, eram barracas improvisadas que eram montadas apenas na época do corte da cana, e apenas quando existiam mulheres entre as turmas de trabalhadores. Caso contrário, por exemplo, quando os trabalhadores realizam apenas a capinagem do mato ao redor da cana-de-açúcar, ou quando não houvesse mulheres no local, as barracas não eram montadas.

Marta nos contou ainda como eram improvisados os banheiros:

A gente arma uma barraca pras mulher e uma pros homi, parece uma tenda, e lá a gente cava uma fossa . E tem uma ... parece uma privada, é uma cadeira, que parece privada.. Ai, quando a gente vai embora, desmonta e joga terra em cima... Mas o povo quase num usa... a gente prefere fazer numa moitinha mesmo... Porque quando aperta, num da tempo de chegar lá. As veiz, ta longe, é mais fácil abaixar a calça e mandar ver... até chegar na barraca, ou já fez ou perdeu muito tempo... A gente só monta mesmo porque é obrigado a ter agora, mas pouca gente usa... Já acostumamo a num usar (MARTA, 2010).

O discurso revelou que esses banheiros, quando montados, ficavam nas proximidades do ônibus, sendo que se o trabalhador estivesse realizando o corte em locais distantes do entorno do ônibus, preferia realizar suas necessidades fisiológicas no local em que estava realizando o seu trabalho, pois o deslocamento até o local específico demandaria tempo e perda de produção.

Cabe ressaltar ainda, que os banheiros seriam mais apropriados se fossem banheiros químicos, e não barracas montadas com uma fossa aberta. Em Rumin (2004) e Gomes *et al.* (2001) foram encontradas instalações sanitárias precárias e que atendiam apenas as exigências de privacidade dos trabalhadores, parecidas com as que observamos nas lavouras em Sertãozinho.

Ressaltamos novamente o que Seligmann-Silva (1994) concebe:

Existem necessidades básicas como beber, comer, de urinar e evacuar, além de respirar adequadamente e de haver pausas para descanso. Estas são necessidades fisiológicas que se manifestam durante as jornadas de trabalho, variando sua intensidade conforme as condições ambientais e a natureza da própria tarefa. Há também necessidades permanentes do corpo que surgem geralmente intimamente conectadas as necessidades psicológicas de descrição mais complexa. Lembramos apenas a mais simples: a necessidade de sentir que existe uma consideração, um respeito pelas exigências do corpo. Recordemos ainda que algum grau de conforto e bem estar faz parte deste processo (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.150-1).

O relato da trabalhadora manifestou uma indiferença em relação às melhorias oferecidas, mesmo que ainda longe dos ideais de condições dignas de trabalho a serem oferecidas, o que evidencia que os trabalhadores de certo modo, ou perderam o próprio respeito para com o corpo, ou então, procuram alienar-se, agindo com naturalidade, frente às más condições de trabalho.

O local apropriado para a alimentação dos trabalhadores também aparentou certo improvisado. O refeitório era montado ao lado do ônibus, dessa forma, os ônibus das turmas de trabalhadores rurais estacionavam próximos uns dos outros e uma lona fixa em uma das laterais dos veículos era solta. As cadeiras e mesas eram dispostas abaixo da sombra da lona. No entanto mesmo com o refeitório improvisado, os trabalhadores preferiam realizar a refeição no interior do ônibus. Segundo relato de um deles:

A gente comi nu ônibus mesmo. Já acostumei. Tamo acostumado (CAETANO, 2010).

A figura a seguir ilustra o local onde eram montados os acampamentos para refeições coletivas dos trabalhadores. As setas marcadas de 1 a 3 apontam: 1- A caixa de água no interior do ônibus, onde a água potável era armazenada, e gelada para o consumo; 2- local na parte exterior do ônibus, em que os trabalhadores retiravam a água; 3 cadeiras e mesas distribuídas abaixo de lona estendida para realização das refeições.

Figura 18: Foto ilustrativa das condições oferecidas aos trabalhadores.



Crédito: Aline Almussa (2010).

Alessi e Navarro (1994) descrevem situações parecidas em seu estudo, em que condições precárias também podiam ser observadas, embora notemos algumas diferenças em relação aos seus estudos, e o nosso, como: no estudo das autoras, não foram encontrados refeitórios, mesmo que improvisados; e a água para ser consumida pelos trabalhadores não era gelada. Assim, percebemos que algumas melhorias nas condições de trabalho foram implantadas, no entanto, estão longe de serem consideradas ideais.

Dejours (1992) descreve a ansiedade gerada pela disciplina da fome: como sendo a ansiedade gerada pelo enfrentamento das más condições de trabalho e dos riscos a que os trabalhadores estão expostos, prejudicando o equilíbrio mental diante da ameaça cotidiana. No entanto, frente à única alternativa de trabalho, os trabalhadores são obrigados a conviverem com essas condições, pois precisam da renda do trabalho para sobreviver.

Segundo Seligmann-Silva (1994), no trabalho desqualificado, o golpe do desemprego se reporta essencialmente à perda do meio de subsistência, uma perda tanto mais aguda quanto maiores o nível de pobreza e as responsabilidades perante a família, como a de um pai de família que tem a responsabilidade do sustento da casa.

5.2.2. Estrutura Temporal do Trabalho

Evidenciamos, diante dos discursos dos trabalhadores que a estrutura temporal do trabalho dos lavradores na lavoura de cana ocorria da seguinte forma: eram 6 (seis) dias de trabalho por semana, no horário das 7 horas às 15h20min, equivalendo à 8 horas diárias trabalhadas. As folgas eram escaladas em domingos e feriados, ou seja, a cada seis dias trabalhados, uma folga era adquirida.

Em dias chuvosos, os lavradores eram obrigados a cumprirem o horário, mesmo que não ocorresse o corte da cana ou capinagem. Nesses dias chuvosos, eles cumpriam o horário no interior do ônibus. Assim sendo, em situações em que a chuva não cessava até as 13 horas, eles eram liberados. Logo, o pagamento realizado nesses dias era o do valor integral da diária, que segundo relato dos próprios trabalhadores seria de aproximadamente R\$ 20,00 a R\$ 25,00, dependendo da usina.

Os trabalhadores contaram que dias chuvosos eram bons para os trabalhadores que não conseguiam cortar uma quantidade muito grande de cana. Para os trabalhadores conhecidos como “facão de ouro”, como descreve Rumin (2004), os trabalhadores que cortam uma quantidade muito além dos outros lavradores, os dias chuvosos eram de prejuízo. Nos relatos dos trabalhadores de nosso estudo, eles denominam “ligeirinho” os trabalhadores rápidos no corte da cana, e que, portanto, conseguiam uma quantidade maior de cana, quando comparada aos companheiros.

Os fiscais, o controlador de pragas, a montadora de acampamento e o ajudante geral em sítio tinham jornadas parecidas aos lavradores, efetuando a mesma carga horária deles e também eram transportados pelo ônibus que os levava.

A jornada de trabalho do motorista do ônibus começava um pouco antes da dos lavradores. Ele deixa sua residência por volta das 5 horas, pois precisa pegar todos os trabalhadores em todos os pontos, além de preparar o veículo pela manhã. Após a jornada de trabalho na lavoura, ele também é responsável pelos reparos necessários no veículo, logo sua jornada diária equivalia à cerca de 10 horas, sendo seis dias trabalhados na semana.

Quanto a intervalos de descanso, os lavradores tinham direito a dois intervalos de 10 minutos, um às 9 da manhã, e outro às 14 horas além de uma hora de almoço. A figura a seguir ilustra trabalhadores reunidos no refeitório improvisado no entorno do ônibus.

Figura 19: Foto ilustrativa de trabalhadores no acampamento apropriado para as refeições.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Diferentemente das demais categorias, a jornada de trabalho do motorista de queimada era no período da noite, por dez horas, não havendo, segundo ele, um horário fixo para o início e o fim da atividade laboral. Desse modo, nos turnos em que a jornada ultrapassava dez horas, ele recebia horas extras pelo tempo adicional. Ele era o responsável por colocar fogo nos canaviais, bem como apagar e controlar as chamas. Segundo seu relato, ele não podia deixar o caminhão em momento algum, sendo suas refeições realizadas dentro do veículo, e quando necessitava ir ao banheiro era preciso ser rápido. Ainda segundo seu relato, suas folgas eram a cada 13 dias trabalhados, ou seja, a cada duas semanas recebia um dia de folga.

A quando eu tenho que ir no banheiro dou uma descidinha rápida do caminhão, e já volto logo. Tem que ficar atento no rádio. Se eles chama e eu não escuto, dá problema... preciso ver se o fogo não ta alastrando, porque dependendo tem que chamar o caminhão do bombeiro (GERMANO, 2010).

Os operadores de colheitadeira, assim como o empreiteiro, exerciam uma jornada diária de 10 horas, sendo que a cada seis dias trabalhados, recebiam um dia de folga. A próxima figura demonstra a jornada de trabalho de cada função mencionada pelos trabalhadores. Na segunda e terceira colunas observamos, respectivamente, quantos dias eram trabalhados para a realização de uma folga e quantas horas diárias eram trabalhadas.

Figura 20: Quadro demonstrativo da jornada diária, dos dias trabalhados e folgas por função

Função	Dias trabalhados/Folga	Horas/ Dia
Empreiteiro (motorista de ônibus)	6/1	10
Operador de colheitadeira	6/1	10
Motorista de queimada	13/1	10
Ajudante geral responsável por sítio	6/1	8
Controlador de pragas	6/1	8
Fiscal	6/1	8
Lavrador	6/1	8
Montador de acampamento	6/1	8

Fonte: Entrevistas de trabalhadores 2010.

Costa (2004) concebe que a adaptação do trabalho em turnos também é um fator importante a ser considerado, pois o trabalho em turnos pode levar a dificuldades familiares e sociais, levando à má adaptação ao turno de trabalho, afetando ainda o desenvolvimento de transtornos psicossomáticos.

Em se tratando de um trabalho que exige atenção, e por um período prolongado, considera-se que quanto maior for o número de dias de trabalho noturno maior vai ser a exigência para o trabalhador em termos de carga de trabalho (FISCHER, 2004).

Além disso, a sonolência no trabalho pode prejudicar seriamente os trabalhadores tanto aumentando o risco de acidentes, como prejudicando a produção.

5.2.3. Formas de pagamento no trabalho rural

Quanto à forma de remuneração, os lavradores contaram que geralmente eram pagos conforme sua produção, quanto mais metros de cana de açúcar conseguissem cortar, maior seria sua renda.

Valter expressou sua indignação em relação à carga de trabalho e aos baixos níveis salariais:

Usineiro ganha muito, e nós ganha muito pouco pelo grande esforço que nós faz. Tem cana que está agora o mesmo preço de 9 anos atrás quando comecei a trabalhar... O sindicato deveria fazer alguma coisa para melhorar o preço da cana, a usina paga pouco, e o trabalho é muito difícil (VALTER, 2010).

Segundo relatos, o valor da metragem de cana cortada podia variar de R\$ 0,20 a R\$ 0,50. Assim, segundo eles, um trabalhador “*ligeirinho*” conseguiria arrecadar no fim do mês um valor bruto de cerca de R\$2.000,00/mês. No entanto, para cada dia de trabalho há um valor fixo de aproximadamente R\$ 25,00 em época de safra, e de aproximadamente R\$ 20,00 em época de “*capinagem*” (valor que pode variar conforme a usina, a qual o trabalhador presta seu serviço). Desse modo, que mesmo se o trabalhador não alcançasse uma metragem desejada, a sua diária deveria ser minimamente remunerada, referenciada no valor da mesma.

O valor do metro de cana de açúcar era calculado segundo seu tipo (qualidade). Segundo os relatos, quanto maior a dificuldade encontrada no corte da cana, maior era o valor pago por cada metro.

Assim, conforme a explicação de Roberto:

Uma cana leve, em pé, custa cerca de R\$ 0,20/metro. Já uma cana pesada e rasteira (cana que está muito curvada) pode custar cerca de R\$ 0,50/metro (cana pé de rolo). Mas as vez pode ter uma cana que custa R\$ 0,70, aí essa é bem difícil de corta (ROBERTO, 2010).

Conforme os trabalhadores nos relataram, a metragem era calculada a cada dia, por um fiscal com um aparelho (um compasso, feito de madeira, com 2 metros de diâmetro) que delimita uma circunferência para que o trabalhador realize o corte. A metragem cortada manualmente pelo trabalhador deveria corresponder ao diâmetro da circunferência.

Quando contaram sobre a quantidade de cana-de-açúcar que cortam por dia, semana, e mês, eles apresentaram grande dificuldade em mensurar a quantidade exata que conseguiam cortar. Pois disseram que a quantidade dependia muito do tipo de cana, a qual os trabalhadores eram escalados para o corte. Desse modo, a qualidade, ou tipo de cana, para que eram escalados não era o mesmo a cada dia. Segundo os trabalhadores, por dia, a metragem poderia variar de 100 a 250 metros, e em alguns casos de até 70 até 300 metros. O relato de Artur ilustra a situação:

Ih... Num sei dizer não... Depende muito da cana... Já teve vez que cortei menos de 70 metros... Mas teve vez que corte 300. Varia muito (ARTUR, 2010).

O serviço de transporte oferecido aos trabalhadores era terceirizado pela usina, a qual pagava ao empreiteiro, pelo serviço prestado. Geralmente o empreiteiro era o dono de um ou mais ônibus (podendo ser ele o motorista do ônibus também, ou ter mais motoristas sob suas ordens, caso tivesse mais de um veículo), sendo que o total dos trabalhadores que utilizavam cada um de seus veículos era denominado “*turma*”. Assim, a *turma*, são os trabalhadores que

estão sob responsabilidade de transporte do empreiteiro. Logo, é o empreiteiro quem controlava a frequência dos trabalhadores através de ponto eletrônico.

As figuras demonstram o ponto eletrônico portátil utilizado, e os trabalhadores “picando o cartão”, ou seja, registrado o horário de chegada no local de trabalho. O instrumento de controle de frequência, em posse do empreiteiro, ou algumas vezes do fiscal, pode ser visto como uma marca do exercício do poder e da dominação sobre os trabalhadores.

Poder que corre o risco quando se excede, quando rompe os termos do contrato, de se tornar opressivo. Poder-contrato, para o qual a opressão seria a ultrapassagem de um limite. O outro sistema, ao contrário, tentaria analisar o poder político não mais segundo o esquema guerra-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão; neste sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão, mas ao contrário, o simples efeito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de uma relação perpétua de força (FOUCAULT, 1979, p. 177).

Segundo Foucault (1979, p. 181): “por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade”.

Figura 21: Foto ilustrativa de trabalhadores registrando o horário no ponto eletrônico.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Figura 22: Foto ilustrativa do ponto eletrônico utilizado para controlar o horário dos trabalhadores



Crédito: Aline Almussa (2010).

O tempo de duração da viagem do ponto de partida até o local escalado para o corte ou carpa da cana de açúcar era remunerado aos trabalhadores pela usina. Logo, segundo dizeres do empreiteiro, às sete horas da manhã, mesmo que o trabalhador ainda estivesse dentro do ônibus, o empreiteiro começava a controlar a frequência dos mesmos pelo ponto eletrônico.

Quanto à forma de remuneração, o motorista de ônibus / empreiteiro, Jair, relatou receber cerca de R\$ 5.000 livre de despesas. Contou-nos, que recebia quase o dobro, mas gastava o dinheiro com os reparos do veículo. Segundo ele:

Toda semana é necessário deixar o ônibus em condições para o transporte. Sendo que as peças para reposição do ônibus quando quebram são muito caras (JAIR, 2010).

Mesmo assim, durante nossa viagem juntamente com os trabalhadores, notamos que alguns bancos estavam frouxos, e outros quebrados, sendo que o empreiteiro não autorizou fotos no interior dos veículos, segundo seu relato, devido ao fato de o transporte estar sujo.

O ônibus geralmente tem muita terra, mas, é por conta do local de trabalho. Mas toda semana é feita a higienização do transporte (JAIR, 2010).

Os trabalhadores nas funções de fiscais relataram receber em média R\$ 1000,00 (mil reais) por mês. Eles vistoriavam os trabalhadores e mediam a quantidade de cana cortada pelos lavradores. O responsável pelo controle de pragas e o ajudante de sítio também recebiam como remuneração mensal em torno de R\$ 1000,00 (mil reais), cada.

A montadora de acampamento, Marta, contou que recebia uma média mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), pois não recebia mais por produção em sua atual função. Ela contou que na época em que atuava como lavradora, recebia cerca de R\$ 1000,00.

Diferentemente dos demais trabalhadores, o motorista de queimada não informou seus rendimentos. Apenas contou-nos:

As horas extras é que compensam pelo serviço. Num tenho rendimento fixo (GERMANO, 2010).

Os operadores de colheitadeira contaram que recebiam uma média de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), mais horas extras.

Notamos então, pelo relato dos participantes, que apenas sete dos trabalhadores não eram remunerados por produção. O restante (39) recebia, geralmente por metragem de cana cortada e o tipo da cana. No caso dos operadores de colheitadeira e do motorista de queimada, eles recebiam seu salário fixo mensal, mais o adicional por suas horas extras.

5.2.4. Entre o corte da cana de açúcar e os bicos

Quanto ao auxílio financeiro a familiares na cidade de origem, alguns trabalhadores nos contaram que enviam dinheiro para a família (filhos, pais, irmãos), outros perderam o contato com os entes, ou constituíram nova família em Sertãozinho.

As famílias dos trabalhadores do gênero masculino dependiam na maioria das vezes de seus trabalhos para o sustento de todos os membros. Assim, era o trabalho dos homens da casa a principal fonte de renda familiar. No entanto, muitas vezes o trabalho no corte da cana não era suficiente para a manutenção das despesas, sendo necessário a realização de atividades informais de trabalho para complementar a renda familiar.

Porém, com relação a atividade informais de trabalho, os chamados “bicos”, realizados paralelamente ao trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, dentre os participantes do estudo, apenas nove trabalhadores do gênero masculino relataram fazer bicos, apesar de muitos outros o considerarem necessário.

Eles contaram que nos momentos de folga pretendiam apenas descansar. As falas a seguir podem exemplificar seus relatos:

Já trabalho igual louco cortando cana o dia inteiro... Num dá pra fazer bico não... Dá onde vem a força? (OSVALDO, 2010)

Ah, eu chego em casa vou direto pro meu sofá (...) Fiquei em pé o dia inteiro quero descanso (LUCIA, 2010).

Seligmann-Silva (1994) considera o cansaço um inimigo perigoso, na medida em que pode provocar desde falhas de desempenho até punições ou acidentes. Assim, ele torna-se uma entidade ameaçadora e ardilosa, que deve ser enfrentada com muita atenção pelos trabalhadores.

Seligmann-Silva (1994) concebe que o esgotamento exaure, mas, quando é finalmente percebido, suscita um sentimento de revolta, o qual também nasce da percepção da exploração.

Os bicos são realizados principalmente na época das paradas (quando a safra acaba), pois o salário é menor (não recebem por produção) e precisam complementar a renda familiar. Entre os bicos citados estão: ajudante de pedreiro, pintor, catador de material reciclável e jardineiro. Alguns dos trabalhadores do gênero masculino disseram fazer pequenos reparos em suas moradias quando necessário.

Entre as mulheres trabalhadoras, não foram relatadas a realização de bicos. Entre elas a realização das tarefas domésticas foram mencionadas como atividade extra de trabalho.

“Para muitas mulheres que trabalham em período integral, e que são as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos e pelo trabalho doméstico, é muito difícil conciliar as necessidades particulares com as exigências ocupacionais” (KNAUTH, 2004, p.22).

Roberto, que é lavrador, contou que tem como fonte de renda alternativa a coleta de materiais recicláveis. Ele nos relatou:

Eu chego em casa, e já pego o carrinho, aí fico na rua até as 8 da noite pegando papelão... Chega a dar mais dinheiro que a cana... (ROBERTO, 2010).

A figura a seguir demonstra o carrinho para coleta de material reciclável, que o trabalhador utiliza como catador.

Figura 23: Foto ilustrativa de carrinho de sucata que trabalhador rural utiliza como renda alternativa.



Crédito: Aline Almussa (2011)

Segundo Medeiros e Macedo (2006), o direcionamento para a catação se constitui em uma atividade alternativa para a obtenção de renda que garanta a sobrevivência do trabalhador e seus familiares.

5.2.5. O aprender sozinho

A maioria dos trabalhadores contou que quando do início de suas atividades laborais na lavoura, não receberam nenhum tipo de treinamento específico para a realizarem.

Dos 5 (cinco) lavradores que confirmaram a realização de treinamento, o descreveram como uma palestra de apresentação da usina, e/ou como uma palestra motivacional realizada por um psicólogo.

Ao relatarem sobre treinamentos, Manoel contou:

Tive um treinamento coletivo na Usina, mas não lembro como foi. Acho que era para apresentar a Usina (MANOEL, 2010).

Desse modo, quanto ao aprendizado do corte da cana, todos disseram tê-lo aprendido sozinhos, ou vendo os colegas realizar o serviço. Os discursos dos trabalhadores, a seguir, podem exemplificar os dados acima:

Aprendi pela minha inteligência (FRANCISCO, 2010).

Fui vendo como os outros fazia, e fiz igual... No começo num aguentava corta, o podão era pesado... Mas ai fui pegando o jeito (INÁCIO, 2010).

Ninguém ensina não... Acho que já nasci sabendo (TIAGO, 2010).

Desde pequena fui criada na roça... Aprendi no dia a dia (GERTRUDES, 2010).

Aprendi vendo os outros, mas a primeira vez que fui cortar não consegui. Não tinha força no braço. Ai fui pegando pratica. Hoje já corto bem (MANOEL, 2010).

Aprendi a cortar cana com a minha inteligência (FRANCISCO, 2010).

Aprendi sozinho, Deus e eu (ROBERTO, 2010).

Os trabalhadores em outras funções, que não a de lavradores, também contaram que as atividades laborais a serem desenvolvidas foram aprendidas no cotidiano de trabalho. Os operadores de colheitadeira relataram que basicamente aprenderam com a prática.

Dirigir eu já sabia, ai fui aprendendo aos poucos a mexer com a colheitadeira (APARECIDO, 2010).

5.2.6. Relacionamento com colegas

Quanto às relações estabelecidas no trabalho, os trabalhadores contaram durante o período que se encontravam nas lavouras, não dispunham de muito tempo para conversar, pois se ocupavam das atividades laborais do momento que chegavam ao local, até a hora de partirem. O momento em que possuíam alguma interação era no horário da refeição, em que a maioria dos trabalhadores retornava ao ônibus para almoçarem.

Praticamente todos os trabalhadores disseram que o convívio com os colegas era bom e agradável. Alguns trabalhadores caracterizaram o clima entre os colegas como cheio de brincadeiras, utilizadas para descontração. Porém, houve uma minoria, cerca de cinco trabalhadores, que contaram que durante o convívio precisaram tomar cuidados com o temperamento de certos trabalhadores.

Os trabalhadores descreveram o relacionamento com os colegas da seguinte forma:

Nós aqui é tudo gente boa (CLAUDIO, 2010).

Nem dá muito tempo de conversa (CLAUDIO, 2010).

A partir do momento que tá com um facão na mão tem que se dar muito bem cos colegas, se perde a cabeça, é um perigo (MANOEL, 2010)

Ah... A gente brinca, conversa, faz crochê, faz a unha... É tudo amiga... Quando precisa dá conselho, mas só na hora do almoço, porque a gente tem que trabalhar, né? (HELENA, 2010).

Procuro sempre descontrai (EDNA, 2010).

A gente brinca, conversa, fica nisso. Para naquilo mesmo. Não pode brigar (BELCHIOR, 2010).

Gosto muito de brincar, a relação com os colegas é boa (INÁCIO, 2010).

Nós lidamos com gente de todo canto, todo lugar. A gente não conhece muita gente daqui. Tem nego de tudo canto. Vai saber lá o que eles já fizeram por ai. A gente sabe que tem gente que usa droga, usa umas coisa que deixa eles meio doido, e esses num consegue trabalhar se num for com isso... ai tem que respeitar. Enquanto eles ta quieto ta bom, mas sempre tem uns espírito de porco, que tem o gênio atravessado. Ai esses querem peitar, arranjar briga por qualquer coisa. Te desrespeitam. Acha que a gente ta querendo roubar eles (JAIR, 2010).

No geral o povo é tudo bom, mas num é todo mundo né? Então a gente tem que procurar ficar na nossa, tudo em clima de amizade pra num arranjar confusão. Sempre que vai sair uma confusão, porque às vezes a gente ta de cabeça quente, né? E vem um e provoca. Ai vem um colega e acalma tudo (DEVANIR, 2010).

A autora Seligmann-Silva (1994) concebe que a tensão e a fadiga se realimentam reciprocamente, ocorrendo a necessidade de uma busca de maneiras de amenizar a tensão,

sentida pelos trabalhadores dos mais diferentes setores e níveis de qualificação, e manifestando-se através de variadas práticas individuais e coletivas. Assim, práticas grupais, como conversas sobre assuntos alheios ao trabalho – o futebol, por exemplo, por ocasião das pausas ou dos horários de entrada e saída, são frequentes. Na ‘hora do cafezinho’, ou dos momentos de descanso, o relato de anedotas e as brincadeiras tem a mesma função: descontrair. A colocação de apelidos e os chistes referentes aos chefes são práticas sem que a catarse de mágoas e revoltas, pode ser parcialmente realizada, as quais evidenciamos durante a visita ao local de trabalho.

Quando a repressão é marcadamente violenta, as brincadeiras também podem assumir características cruéis e suscitar mágoas entre companheiros, num fenômeno de reprodução das agressões sofridas (SELIGMANN-SILVA 1994, p.241).

5.2.7. O impacto do trabalho nas relações familiares

Quando os trabalhadores contaram sobre atividades de lazer e de convívio social alguns trabalhadores do gênero masculino disseram que exerciam alguma atividade de lazer, entre elas contaram que, durante a semana procuram jogar futebol para descontrair e conversar com os amigos; ou contaram que iam a algum bar.

Vou pro bar para dar uma relaxada e jogar conversa fora (NELSON, 2010).

É bom bater uma bolinha pra relaxar, mas num é sempre que dá porque cansa (LUIZ, 2010).

Já algumas trabalhadoras comentaram que procuram cuidar da aparência: fazer as unhas, cuidar dos cabelos, e fazer atividades artesanais como o crochê. Além de cuidar da família.

Além dessas atividades, foram citadas entre as atividades de lazer: assistir programas de televisão, novelas, escutar música. Atividades festivas também foram citadas.

De vez em quando a gente vai pra um forró, dá uma balançada no esqueleto e se divertir um pouco (INÁCIO, 2010).

Vez ou outra tem uma festa de família, aí a gente vai pra encontrar os parentes (MIRANDA, 2010).

O descanso foi incluído no discurso dos trabalhadores como atividade de lazer. A maior parte dos trabalhadores relatou que quando não estão trabalhando tendem a ficar em suas casas e descansar ou dormir.

Quando num to trabalhando vou direto pro meu sofá, e fico lá descansando (CRISTINA, 2010).

Saio do trabalho só quero descansar. Num quero nem conversa (PAULO, 2010).

O cansaço, o trabalho em turnos, a questão salarial e o consumo de bebidas alcoólicas também influenciam nas relações entre os familiares. Seligmann-Silva (1994) constata que a questão salarial também tem importante impacto psicossocial:

O nível salarial demonstrou ser uma condição crucial para a possibilidade de garantia, não apenas da necessária recuperação do cansaço, mas também de uma qualidade de vida capaz de neutralizar os aspectos psicossociais negativos do trabalho em turnos alternados e, mesmo, de atividades de turno fixo diurno, mas que também se apresentavam especialmente desgastantes. Na quase totalidade dos casos estudados, os baixos salários impediam práticas de lazer ativo e significativo durante as folgas e férias (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.156).

Os relatos a seguir podem exemplificar tais ocorrências. Uma trabalhadora, Miranda contou:

Ah, hoje é uma maravilha... num tem mais briga, eu chego as meninas (filhas) já arrumaram a casa, fizeram a janta, eu só lavo a minha roupa. Antes eu bebia, mas ai eu parei, porque depois que bebe, cê já viu, a gente perde a noção do que fala, ai acaba brigando, por isso que num bebo mais... tava acabando com a família (MIRANDA, 2009).

Cláudio nos disse:

Eu chego em casa, num quero saber de conversa, só quero descansar, vou pro sofá e fico lá, quieto (CLAUDIO, 2010).

Há outro fator importante a ser considerado que é a conciliação do trabalho com a vida familiar do trabalhador, pois a existência de um trabalho em que não há um turno fixo pode influenciar diretamente na vida doméstica do trabalhador e ser revertida consequentemente para o trabalho através de cansaço, irritação e desânimo (ROTENBERG, 2004).

Segundo Costa (2004), pessoas engajadas em turnos e trabalhos noturnos estão frequentemente fora de fase com a sociedade e podem enfrentar dificuldades maiores em suas vidas sociais,

já que grande parte das atividades familiares e sociais é programada de acordo com os ritmos da população em geral, orientada pelo dia. Consequentemente, o trabalho em turnos pode levar a uma certa marginalização social devido à interferência entre a programação do tempo dos trabalhadores (horário de trabalho, tempo de/para trabalho e horas de lazer) e a organização complexa das atividades sociais, particularmente quando estas se referem a grupos de pessoas e requerem contatos regulares (COSTA, 2004, p. 85).

Constatamos esse evento na vida do motorista de queimada, Joilson, que trabalhava durante a madrugada, contando que ele possuía horário para ingressar no trabalho, mas não para sair, sendo condicionado a bancos de horas e poucas folgas, o que atrapalhava não apenas o convívio social, mas também o convívio familiar.

O comentário a seguir, de Marta, mostra como o trabalho abalou a relação entre mãe e filhas, de modo que a aposentadoria seria o passe para que houvesse a retomada da proximidade dos vínculos entre elas.

Quero sair dessa vida, aposentar e curtir minhas filhas (MARTA, 2010).

Seligmann-Silva (1994) aponta que o relacionamento com os familiares tende a se deteriorar em função do cansaço, da irritabilidade e do desânimo do trabalhador. Inclusive pelo fato de os familiares terem de respeitar o silêncio na hora do descanso do trabalhador, impedindo o diálogo familiar.

5.2.8. Perspectivas e sonhos

E nos sonhos
Que fui sonhando
As visões se clareando
Até que um dia acordei...
(Disparada – Composição: Geraldo Vandré e Theo de Barros)

Com relação a sonhos e planos e perspectivas para o futuro, alguns trabalhadores contaram terem o sonho de crescer na vida, terem um emprego melhor, conseguirem adquirir uma carteira de motorista para terem seus veículos, e obterem a casa própria. Outros se manifestaram de forma mais negativistas, dizendo que não poderiam ter mais nada do que já possuíam. E houve também os que se mostraram satisfeitos com suas condições.

Em seus relatos, alguns entrevistados, principalmente lavradores, demonstraram interesse em desempenhar outras atividades laborais, e a partir de outra função, abandonar o trabalho no corte de cana. No entanto, percebemos em seus discursos que eles manifestam uma descrença quanto à possibilidade desta mudança de função, segundo eles, devido aos baixos níveis de alfabetização que possuíam, e a exigência do mercado de pessoas qualificadas.

Ao relatarem possíveis alternativas ao trabalho rural, eles mencionaram funções como a de servente de pedreiro, sendo essa atribuída por eles como outra opção para suas condições de baixa alfabetização. No entanto, ainda segundo seus relatos, geralmente esse trabalho na construção civil não constituía vínculos trabalhistas, com registro em carteira de trabalho.

Os trabalhadores relataram:

Eu quero mesmo é abrir um salão, ser barbeiro. Já corto o cabelo do pessoal aqui do alojamento... Vamos ver se um dia eu junto um dinheiro e compro as coisas... Até lá vou me virando com a lida na cana (FRANCISCO, 2010).

Eu já comprei uma moto, e vou mandar pra minha família lá na Bahia... Agora vou tirar carta... Mas é complicado, porque num sei lê e iscreve direito... Ai eles num deixa eu tirá a carta... Tenho que aprende a lê primeiro... Um ai, até quis me vender uma carta, mas num gosto das coisa errada... Ele tava com malandragem, e ia sobrar pra mim... Gosto das coisas tudo certinho... Onde já se viu, vender a carta? Eu num sei dirigir, como que vou ter a carta sem saber? Ai eu mato um com a moto, se já viu (CLAUDIO, 2010).

Ah, eu adoro esse trabalho... Já trabalhei de domestica, mas esse trabalho que é bom. Num tem ninguém pra encher o saco. É só você... Você faz o serviço quieta, na sua... Junto com a natureza, ao ar livre... Adoro meu trabalho...Me sinto livre (MIRANDA, 2010).

Eu num quero outra vida não... Tudo que eu tenho já ta bom demais... O que posso querer mais? (RODRIGO, 2010).

Meus planos para o futuro é melhorar de vida, e conseguir um trabalho mais leve (GERTRUDES, 2010).

Ter uma casa minha, porque essa é da mãe... Uma vida melhor... Se não fosse minha mãe tava perdido, devo tudo a ela (JOSUÉ, 2010).

Meu sonho não é ficar rico, é ter uma casa (NEY, 2010).

Quero crescer na vida, sair dessa vida dura. Mas tem que trabalhar muito ainda (MANOEL, 2010).

Quero sair dessa vida, mas esse plano ta na mão de Deus. Se ele achar que tenho disposição para continuar, é com Ele (INÁCIO, 2010).

Quero comprar um sítio, plantar as coisa, e ficar de boa (CARLOS, 2010).

Num tenho sonho não... Agora é só esperar a morte (MARCELO, 2010).

Com a vida que a gente leva não dá mais pra conseguir chegar a nenhum lugar (DEVANIR, 2010).

Meu sonho é aposentar e continuar trabalhando, porque ai vai dar pra juntar um dinheiro (APARECIDO, 2010).

Diferentemente dos outros, o motorista de queimada, Germano, confidenciou que seu maior sonho era o de eleger-se vereador da cidade. Segue seu relato:

O meu maior sonho é me eleger vereador. Num sei se você sabe, mas a eleição passada eu já sai candidato. Mas num foi dessa vez... É duro conseguir. Muita gente fala que vai votar em você e não vota. Mas pra próxima eleição eu to confiante... Já to trabalhando, indo em reunião do partido... tem que correr atrás, porque se deixar pra época da eleição num dá não. Vamo vê esse ano. Se Deus quiser, eu vou conseguir, to trabalhando pra isso... é meu sonho... Ah...Eu gosto de política, procuro sempre me informar do que ta acontecendo (GERMANO, 2010).

Assim, entre tantos relatos, notamos que esses trabalhadores apresentam sonhos de um dia serem reconhecidos e terem maior visibilidade frente ao seu trabalho. E o sonho de aposentar-se se configurou como perspectiva, principalmente dos trabalhadores mais velhos.

5.3. CONDIÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA

No que tange as condições de saúde e de segurança no trabalho observadas, através das entrevistas, notamos como o trabalho rege a disciplina do corpo e a moldagem, o desgaste, a proteção contra os riscos, os acidentes de trabalho e estratégias de defesa.

O desgaste proporcionado pelo trabalho era sentido mais intensamente no corpo dos trabalhadores, seja pelo cansaço, por dores, manifestação de doenças, sendo necessário algumas vezes usar artifícios para superar essas ocorrências e poder dar conta da continuidade do trabalho, e assim garantir sua subsistência.

Desse modo, os trabalhadores foram abordados acerca do consumo de substâncias para aumentar a sua produtividade e desempenho laborativo. Logo, 31 trabalhadores contaram que não utilizavam nenhum produto, nem mesmo o “sorinho” (bebida isotônica reidratante) fornecido pelas usinas, para darem conta da produção. Quinze dos participantes contaram que geralmente consumiam o “sorinho”; vitaminas prescritas por médicos; analgésicos para aliviar as dores do corpo; e um operador de colheitadeira contou que já consumiu “arrebite” (anfetaminas) na época em que trabalhou no turno da noite. Alguns relatos exemplificam a situação:

Tinha que usar, senão num aguentava o pique... e precisa trabalhar... pra por dinheiro em casa... trabalhar de noite ninguém merece... É horrível... Até hoje tenho problema pra dormir... E já faz uns 5 anos que num trabalho mais de noite... Até depressão e estressado eu fiquei (MARCOS, 2010).

Eu trabalho a noite inteira, e num sei que horas vou embora... Mas num tomo nada, nem café, porque me faz mal... Dá dor de estômago” (GERMANO, 2010).

Um trabalhador relatou que já viu trabalhadores utilizando drogas como “crack” para conseguirem atingir sua meta de produção:

Eu num uso nada não, mas já vi gente usando, e sei que tem gente que usa... Prefiro num falar o que é, se é que você me entende... Mas eles fuma sim... Eles ficam na deles, ninguém mexe com eles... Eles diz que se num usar num adianta nem ir pra roça... Se eles num usa eles num consegue corta nada (NEY, 2010).

Eles dizem que só consegue trabalha se usa, o dia que num usa, num consegue... eu não sei, nunca usei, mas num quero nem papo com eles. Também, eles fica lá no canto deles, num fala co ninguém (DEVANIR, 2010).

5.3.1. Ginástica laboral e a moldagem

Observamos que em muitas empresas a adoção de programas de atividades físicas executadas por seus funcionários - colaboradores, trabalhadores – que objetivam uma melhora na

disposição para o trabalho, prevenção de doenças relacionadas ao mesmo, assim como diminuições das dores, reestruturação de posturas inadequadas durante e após as ações laborais. Para tanto, novas práticas de gestão foram implementadas, estando entre elas a preocupação, estruturação e efetivação de programas como a Ginástica Laboral que almejavam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (BARRETO & MARTINS, 2007).

Em muitas empresas essa atividade é adotada, principalmente visando benefícios à saúde do trabalhador e também o aumento da produtividade nas organizações. No entanto, essa prática que deveria auxiliar no bom desempenho do trabalhador, pode se tornar fonte de estresse e insatisfação (ALEVATO, 2005).

A maioria dos entrevistados, trinta deles, contou que não faziam nenhuma atividade física prévia a atividade laboral. Vinte e nove, desses trinta, contaram que a usina para a qual trabalham não exigia que seus trabalhadores fizessem a chamada ginástica laboral, portanto não a realizavam. E um dos trabalhadores que presta serviço para uma usina que tem a ginástica laboral (ou aquecimento, como a atividade é conhecida pelos trabalhadores) como atividade obrigatória, relatou que se recusava a realizá-la. O seu relato segue a seguir:

Eu num faço não, fica todo mundo lá se esticando, parece uns bobo... Não vou ficar lá igual bobo... Eu não gosto disso. Ai a usina me fez assinar um papel dizendo que eu não ia fazer, e eu assinei... Agora não sou mais obrigado a fazer (JOILSOM, 2010).

Cinco trabalhadores entrevistados contaram que costumam fazer alguns minutos de alongamento, por conta própria em suas residências, para sentirem-se melhor, e aquecerem-se antes do início do trabalho.

Faço de manhã, logo que acordo, me alongo, pra esticar os nervo (NELSOM, 2010)

E onze dos trabalhadores relataram que faziam a atividade antes de iniciarem o trabalho, pois essa atividade era de condição obrigatória. Desses onze trabalhadores, dois disseram que não gostavam da atividade, mas continuavam fazendo-a, pois caso recusassem, precisariam assinar um termo de responsabilidade, o qual isentariam o empregador de futuros contratempos, e isso lhes causavam uma preocupação, pois temiam futuras consequências.

A ação da usina de fazer com que os trabalhadores assinassem um termo de responsabilidade, isentando a contratante de eventuais problemas, era causa de um mal estar entre os contratados. Pois os trabalhadores, muitas vezes sem condições de interpretar o conteúdo do termo, manifestaram o temor de que isso os prejudicasse futuramente de alguma forma.

Em contrapartida, a usina usava a situação em seu favor, pois era de interesse da contratante que o trabalhador fizesse a ginástica laboral para que ele pudesse produzir mais e melhor, evitando distensões musculares causadas pelo trabalho.

Sabemos, como descrito por Barreto e Martins (2007), que essa atividade física tem inúmeros benefícios físicos para o trabalhador e conseqüentemente, o trabalhador estando em melhores condições físicas tende a trabalhar melhor, de modo que a produção tenderá a aumentar. Porém, esse termo tornou-se um instrumento do exercício do poder da organização, utilizado de forma coerciva.

Segundo Foucault (1979), um novo mecanismo de poder apóia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. “Finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (FOUCAULT, 1979, p. 188).

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... (FOUCAULT, 1979, p.146)

A próxima figura representa o local onde os trabalhadores eram deixados, antes de iniciarem as atividades laborativas, para realizarem as atividades físicas. O local ficava ao fundo do último ponto de ônibus em que os trabalhadores deviam aguardar para serem transportados. Quando o ônibus chegava ao local, todos os lavradores deviam descer e fazer a atividade física. Após a atividade, retornavam para o transporte e seguiam rumo ao local em que realizariam o corte da cana.

Figura 24: Foto ilustrativa do local em que os trabalhadores realizam a ginástica laboral.



Crédito: Aline Almussa

A maioria dos trabalhadores, que contou realizar a atividade relataram que sentiam-se bem e mais dispostos para a realização das atividades laborais. No entanto, há de se pensar no trabalhador que não se sente à vontade na atividade. Dessa forma, a atividade da ginástica laboral pode funcionar como estressor no ambiente de trabalho, deixando o trabalhador insatisfeito, e provocando um aumento de sua ansiedade (ALEVATO, 2005).

5.3.2. O trabalho e os reflexos no corpo

Alguns estudos como de Alessi e Navarro (1997), Lima et al. (1999), Peres (2009), Ribeiro e Ficarelli (2010), Riquinho e Gerhardt (2010), Almussa e Schmidt (2010), entre outros, evidenciam os impactos que o trabalho rural nas lavouras, especialmente na atividade de cana de açúcar. Esses estudos consideram os agravos à saúde do trabalhador rural sob diferentes aspectos, seja devido a acidentes de trabalho, ou pela intoxicação por uso de agrotóxicos, ou ainda decorrentes de doenças ocasionadas pelo trabalho.

Em relação a como os trabalhadores percebiam o modo que o trabalho agia em seus corpos, dos 46 trabalhadores, 26 disseram terem perdido peso (massa corporal), durante o período de safra. Alguns trabalhadores perderam cerca de 1 quilo, já outros chegaram a perder aproximadamente 10 quilos. Isso pode ser efeito da cansativa e extenuante jornada de trabalho efetuada pelos lavradores, e do padrão alimentar dos trabalhadores.

Outros 17 trabalhadores relataram que conseguiram manter seu peso. E apenas 3 disseram que adquiriram peso durante a safra: entre eles a montadora de acampamento e o

fiscal, os quais haviam deixado a função de lavrador, e o motorista de queimada que possuía hipotireoidismo.

O motorista de queimada relatou:

Tenho problema na tireóide, ai eu engordo... Tanto é que a nutricionista da usina ta no meu pé, pra eu emagrecer (GERMANO, 2010).

A montadora de acampamento disse:

Depois que parei de corta cana engordei, to um bucho... O trabalho que emagrecia (MARTA, 2010).

O fiscal contou:

Engordei depois que parei de corta cana. Ando bastante, mas é melhor que cortar cana (CARLOS, 2010).

Os trabalhadores em sua maioria consideraram seus trabalhos desgastantes de algum modo, sendo que 42 deles manifestaram algum tipo de desgaste físico e/ou mental.

Apenas 4 dos trabalhadores não consideraram o trabalho realizado desgastante de forma alguma. Esses trabalhadores relataram que adoravam o trabalho, e que se sentiam bem fazendo suas atividades laborais.

Ao contarem o que consideravam mais desgastante em seus trabalhos, a maioria dos lavradores apontou o sol como um dos principais problemas. Eles disseram que trabalhar sob o sol quente era muito difícil, e constataram que com o decorrer do tempo foram se acostumando com o trabalho e com o calor do sol. Além disso, relataram que o trabalho em si já é desgastante.

Seguem alguns discursos que exemplificam suas percepções:

Da primeira vez que fui pra lavoura num aguentei, fiquei muito cansado, não conseguia cortar. Com o tempo fui pegando jeito (MANOEL, 2010).

O próprio trabalho é cansativo... o ombro dói, tudo dói (DEVANIR, 2010).

Ficar o dia inteiro no sol, dentro da cabine da máquina é muito duro... Pior que lá dentro tem ar condicionado, ai sai da máquina, é aquele calor (APARECIDO, 2010).

A viagem é o mais desgastante, demora muito, já chega no lugar cansado (FRANCISCO, 2010).

Assim, muitos deles contaram sobre como a carga do trabalho no corte da cana era cansativa e extenuante. A carga psíquica do trabalho é a carga, isto é, o eco ao nível do

trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho. Assim, quando não há mais arranjo possível dessa organização pelo trabalhador, a relação conflitual do aparelho mental à tarefa é bloqueada. Abre-se então, o domínio do sofrimento (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.28).

Ao tratar de carga psíquica, verifica-se que não é possível quantificar uma vivência que é em primeiro lugar e antes de tudo qualitativa.

O prazer, a satisfação, a frustração, a agressividade, dificilmente se deixam dominar por números. Da mesma forma pode-se falar de uma armadilha quando se quer dar conta em termos objetivos de uma vivência individual ou coletiva que é, por definição, subjetiva. Essa vivência subjetiva não pode, por sua vez, ser relegada a uma simples classificação de fantasmas ou quantidades negligenciáveis. A subjetividade da relação HOMEM-TRABALHO tem muitos efeitos concretos e reais, mesmo se eles são descontínuos: encontramos a marca no absentismo, nas greves ou naquilo que alguns nomeiam 'presenteísmo', isto é, um engajamento excessivo a uma tarefa por certos trabalhadores, do qual ninguém seria capaz de atenuar o ardor desencadeado (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.22-3).

Existem dois tipos de sofrimento, o criativo e o patogênico. O sofrimento criativo, o qual pode ser transformado em criatividade, traz uma contribuição que beneficia a identidade; aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. O trabalho funciona então como um mediador para a saúde. E, quando, ao contrário, a situação de trabalho, as relações sociais de trabalho e as escolhas gerencias empregam sofrimento no sentido de sofrimento patogênico, o trabalho funciona como mediador da desestabilização e da fragilização da saúde. Assim, quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de arruinar e começa a destruir o equilíbrio e o aparelho mental do sujeito, empurrando-o lentamente ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994).

Assim, segundo Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994, p.129):

As estratégias coletivas de defesa atuam sobre a percepção da realidade e operam por retorno e eufemização (...) A nova realidade reconstruída é validada coletivamente, o que não é o caso quando o indivíduo está sozinho para opor uma negação de realidade e construir uma nova realidade. Nesse último caso, na ausência de um consenso coletivo sobre a nova realidade, que ele construiu, o sujeito sozinho entra em um mundo delirante. (...) Há casos em que estas estratégias defensivas coletivas, logo de saída, consagram-se à luta contra o sofrimento engendrado pela organização do trabalho, conferindo ao sujeito uma estabilidade que ele será incapaz de garantir com a ajuda de apenas suas defesas próprias (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.129).

As figuras que seguem ilustram o corte e a capinagem da cana de açúcar.

Figura 25: Foto ilustrativa de trabalhadores verificando o local em que realizarão a capinagem.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Figura 26: Foto ilustrativa de trabalhador capinando o mato do entorno da cana-de-açúcar.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Segundo o autor Rumin (2004):

As posturas exigidas para a execução do trabalho atuam sobre a coluna vertebral de modo intenso: para realizar o corte rente ao solo é necessário ao trabalhador abaixar-se e manter as pernas afastadas da área de corte do colmo em decorrência do movimento egocípeto do facão no momento do corte da cana-de-açúcar. Essa situação ocasiona uma curvatura entre 45° e 90° na coluna vertebral. Algumas vezes, a execução de algum movimento, tal como, recolher algum colmo caído ao chão pode ocasionar uma curvatura superior a 90°. É necessário destacar que, conforme as características da cana de açúcar a ser recolhida (cana em pé ou cana pé de rolo) as posturas ganham características diferenciadas (RUMIN, 2004, p. 137).

Figura 27: Foto ilustrativa de trabalhador cortando cana-de-açúcar.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Ainda segundo os trabalhadores, o desgaste também se devia as jornadas de trabalho, posto que eles geralmente acordavam às 5 horas da manhã para iniciarem os preparativos que antecederiam o trabalho, e retornavam a suas residências por volta das 17 horas.

Entre os trabalhadores, outro fator que foi apontado como desencadeante de desgaste, foi o trajeto percorrido pelo ônibus, devido à extensa distância entre o local da atividade laboral e das residências; além da péssima qualidade das estradas, geralmente sem afasto e, sendo de terra batida; e do mau estado de conservação dos veículos.

Acho que o pior é o ônibus, ficar dando volta pra pegar todo mundo não é fácil, e às vezes a gente vai cortar cana longe, aí a viagem demora (FRANCISCO, 2010).

A viagem judia (MANOEL, 2010).

Eis alguns relatos que exemplificam as percepções relacionadas ao desgaste no trabalho:

Pra mim, a carpa é pior... A gente fica na mesma posição o tempo todo, dá uma dor nas costas... Prefiro cortar cana... A gente se mexe mais... É mais esforçado, mas é melhor... É muito ruim ficar abaixado (ROBERTO, 2010).

O sangue esquentou aí desmaiei (TIAGO, 2010)

Sinto muita fraqueza, mas depois que passa a tremedeira melhora (TERESA, 2010).

Não tenho nada, mas sinto muita cansaço (CLAUDIO, 2010).

Já acordo cansado. Hoje, por exemplo, o sol tava muito forte (FRANCISCO, 2010).

Quando comecei a trabalhar na cana, sentia muito cansaço e moleza. O trabalho exige muito. Perdi 5 quilos. Hoje não sei quanto peso (MANOEL, 2010).

Rapaiz... Esse trabalho é duro demais, quem fala que não é ta mentindo. Agora não sinto nada, mas acho que no futuro vou sentir muitas dores na coluna e no braço (FELIPE, 2010).

Segundo a autora Seligmann-Silva (1994):

A acumulação do cansaço que conduz a fadiga patológica era facilitada por condições de moradia inadequadas para sono diurno. A fadiga era agravada quando a distância entre local de trabalho e local de moradia era extensa, o que se tornava ainda mais penoso para o trabalhador, quando não existiam meios de transporte suficientes ou providos de um mínimo de conforto. Ao cansaço do trabalho, acrescentava-se, assim, a necessidade de despertar várias horas antes da entrada no horário do turno, tendo em vista a espera e o tempo de condução ou, mesmo, o tempo a ser gasto com uma longa caminhada (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.155).

Além disso, as folgas, as quais os trabalhadores não executavam, desempenham importante papel para o repouso físico e mental adequado. São necessidades psicológicas e sociais que deixam de serem atendidas. E a necessidade mais propriamente fisiológica – a de maior repouso durante a folga – era preenchida, muitas vezes, precariamente (SELIGMANN-SILVA, 1994).

5.3.3. Equipamentos de Proteção Individual, o cuidado com o corpo e a percepção do risco

Quanto ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), apenas dois trabalhadores disseram não usar os mesmos. O restante, todos disseram usar os EPI fornecidos pelas Usinas as quais prestam serviços.

O encarregado do controle de pragas disse usar apenas máscara para realizar sua atividade. Os outros trabalhadores, apesar de receberem: luvas, caneleiras, mangote (blusas com mangas compridas feitas de tecido grosso), óculos, boné, e botas com bico de ferro; não recebiam máscara para exercerem suas atividades laborais. Nenhum deles mencionou receber protetor solar entre os EPI.

Manoel contou que a usina oferece o boné, mas relatou ter uma preferência pelo uso de chapéu, sendo que, desse modo, era ele quem comprava e levava o seu próprio.

As figuras a seguir ilustram as luvas, as caneleiras e as botas com bico de ferro utilizadas pelos trabalhadores. Uma das figuras também ilustra um trabalhador, que preferia utilizar meias nos braços, ao invés do mangote. Segundo ele:

A meia é melhor, evita melhor os arranhão, por isso que gosto mais de usar (BELCHIOR, 2010).

Figura 28: Fotos ilustrativas dos trabalhadores usando os EPI



Crédito: Aline Almussa (2010)

Figura 29: Foto ilustrativa das luvas utilizadas no corte da cana.



Crédito: Aline Almussa (2010)

Figura 30: Quadro demonstrativo da função dos EPI

EPI	Função
Boné	Proteger o trabalhador do sol.
Bota com bico de ferro	Proteger os pés, em especial os dedos, contra cortes pelo facão.
Caneleira	Proteger os membros inferiores, principalmente canelas, contra corte nos pés.
Luva	Proteger as mãos contra cortes pelo facão.
Mangote	Proteger os membros superiores, os braços, contra arranhões provocados pela cana-de-açúcar.
Máscara	Proteger o trabalhador da inalação de poeira, fuligem e agrotóxicos.
Óculos	Proteger os olhos de poeira, ciscos, e possíveis arranhões dos galhos da cana-de-açúcar.

Os trabalhadores contaram que o uso dos EPI era necessário, pois evitava os acidentes, ou pelo menos os protegia de acidentes mais graves.

Dessa forma, os trabalhadores percebiam que estavam expostos a riscos em seus ambientes de trabalho. Dos 46 trabalhadores que participaram do estudo, 37 relataram que

acreditam que estão expostos a algum risco; e 9 relataram que não acreditam que houvesse risco em seus trabalhos, mostrando uma negação dos mesmos.

Os trabalhadores que negaram a existência de riscos, mesmo que já tivessem sofrido algum acidente, ou visto algum relatam que o trabalho quando bem feito não oferecia perigo. Desse modo, eles atribuem o risco do acidente, por exemplo, ao fator humano: no caso o próprio trabalhador, e não ao trabalho (DEJOURS, 1999).

O restante relatou que o trabalho na lavoura canavieira pela sua natureza era pesado, e segundo suas narrativas, o maior risco nomeado por eles seria, sobretudo, o instrumento de corte de cana manual, o “podão ou facão”. Além do fato de estarem constantemente expostos ao contato com animais peçonhentos, como cobras e aranhas.

Segundo Wiedemann (1993), a percepção do perigo é fruto da associação de determinantes como: as suas crenças, experiências, imagens e informações construídas ao longo de sua trajetória de vida, juntamente com o cenário em que se encontra no momento.

Dessa forma, o trabalhador Manoel exemplificou o perigo da seguinte maneira:

Quando o braço bambeia é um perigo (MANOEL, 2010).

Outro trabalhador contou:

Essa semana mesmo matei uma cobra no facão... Tem que ficar esperto, já vi mordida feia de cobra (PAULO, 2010).

Já os operadores de colheitadeira contaram que o maior perigo vivenciado por eles era quando precisavam trocar as lâminas da máquina. Um deles disse:

Se num tiver cuidado arranca o braço (MARCOS, 2010).

O motorista de ônibus e os fiscais disseram que, nas funções que exerciam, o mais perigoso era lidar com as pessoas.

A gente num sabe quem são eles, de onde vieram... O que fizeram, tem gente que eu sei que é ex presidiário (BRENO, 2010).

Tem uns espírito de porco aqui, que a gente precisa tomar cuidado... Do nada eles arranjam confusão, e partem pra cima (JAIR, 2010).

Os trabalhadores que utilizavam o transporte do ônibus também contaram que a viagem era perigosa, sendo que, segundo eles:

Algumas vezes falta peça no ônibus, e os motoristas andam muito rápido, correm mesmo (DEVANIR, 2010).

A gente parece boi sendo transportado (RAFAEL, 2010).

O motorista de queimada ao relatar seu trabalho contou que o perigo era constante, e que muitas vezes precisava passar no meio do fogo com o caminhão para controlá-lo.

Às vezes quando o vento muda de direção, a gente tem que passar no meio do fogo para apagar do outro lado, senão queima tudo (GERMANO, 2010).

To alerta constante, num dá pra descascar, cochilar, tem que ter muita atenção. Num saio do caminhão. Tenho que prestar atenção no rádio (GERMANO, 2010).

Quanto à atitude de ignorar a existência de riscos de alguns trabalhadores, não pensar a respeito pode ser uma forma de defesa utilizada pelo trabalhador para poder dar conta das ansiedades geradas pelo trabalho, frente ao perigo vivenciado.

Os trabalhadores confirmaram que o trabalho no corte da cana é árduo e confere certos riscos. No entanto, eles acreditavam que o maior risco de seus trabalhos era o de cortarem-se com o “podão”, pois quando falaram de acidentes de trabalho apenas manifestaram a existência desse tipo de acidente. Dejours (1992) concebe que as más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de forma que os riscos de acidentes e de doença profissional possam aumentar, além de poderem ocasionar uma diminuição do período de vida, além de doenças psicossomáticas.

Ao serem levados a pensar sobre outros tipos de riscos causados pelo trabalho que lhes era conferido, eles reagiram de forma passiva, como se nada tivessem a fazer. Consequentemente não seria necessário pensar a respeito, sendo assim, mais fácil ignorar os riscos.

Dejours (1992) concebe que os trabalhadores não gostam de lembrar, nem serem lembrados, do que tão penosamente procuram “esconjurar”. “O medo relativo ao risco pode ficar sensivelmente amplificado pelo desconhecimento dos limites deste risco ou pela ignorância dos métodos de prevenção eficazes” (DEJOURS, 1992, p. 66). Assim, o desprezo, a ignorância e a inconsciência em relação ao risco, como em relação ao uso de agrotóxico, por exemplo, podem ser apenas uma fachada.

Segundo Seligmann-Silva (2003), as pesquisas referidas à Saúde Mental no Trabalho vem tentando construir o entendimento do que acontece com os trabalhadores num mundo do trabalho em rápida e constante transformação, a partir de uma análise integrada que considere o contexto envolvente e a situação do trabalho. As condições vinculadas à execução do trabalho também interferem nos processos mentais e nas dinâmicas relacionadas à saúde mental.

São os trabalhadores que, ao longo de sua prática, descobrem e, às vezes, transmitem oralmente seus macetes. A descoberta e a produção dos macetes da

profissão são, de algum modo, fruto das potencialidades criadoras e investidas dos operários (...) os macetes não são simplesmente truques. Frequentemente são frutos de muitos anos de observações cotidianas (DEJOURS, 1992, p.114).

“Assim, tanto os acidentes de trabalho como as crises mentais podem se constituir em marcos importantes, ao possibilitarem a percepção dos riscos, ou mesmo, o reconhecimento mais profundo da exploração e do processo de desgaste” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 240).

5.3.4. Acidentes de Trabalho, a saúde do trabalhador e os riscos a que estão expostos

O trabalho é um modo pelo qual o homem pode se realizar e dar sentido a sua existência, onde a realização de uma atividade que seja satisfatória aparece associada a uma melhor capacidade para o trabalho e a uma melhor condição de saúde mental (MARTINEZ, 2002).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é o estado de completo bem estar – físico, mental e social, e não somente a ausência de doença (OMS, 1998).

Entre os determinantes da saúde dos trabalhadores, estão compreendidos os fatores de risco ocupacionais tradicionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos – e os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis por situações de risco para a saúde e a vida (DIAS, 2006).

Segundo Wiedemann (1993), a percepção de riscos é baseada principalmente em imagens e crenças e tem raízes, em uma menor extensão, em alguma experiência anterior como, por exemplo, acidentes que um alguém já sofreu, o conhecimento de desastres anteriores e a relação com informações sobre a probabilidade de um desastre ocorrer.

Segundo Peres e Lucca (2005), a percepção de riscos não deve ser entendida isoladamente ou dissociada das questões concretas relacionadas às situações e eventos de riscos dentro e fora dos locais de trabalho, já que interage com inúmeros aspectos sociais. Assim, não há como admitir uma avaliação de riscos desconexa com as crenças, interpretações e reações dos sujeitos envolvidos, motivo pelo qual se observam, nos últimos anos, um aumento dos estudos acerca das percepções de riscos de comunidades expostas a um determinado agente e/ou processo potencialmente injurioso.

Guimarães (2006) concebe que os riscos psicossociais podem interferir até mais do que fatores físicos no desempenho do trabalho. Segundo o autor, esses riscos são os menos

estudados e raramente considerados capazes de causar doenças ocupacionais ou relacionados com o trabalho, porém o desconhecimento e a desatenção com relação aos mesmos não reduzem os seus efeitos deletérios.

Como exemplos de fatores psicossociais, podemos citar: considerações relativas à carreira, à carga e ritmo de trabalho e ao ambiente social e técnico do trabalho. A “percepção” psicológica que o indivíduo tem das exigências do trabalho é o resultado das características físicas da carga, da personalidade do indivíduo, das experiências anteriores e da situação social do trabalho (GUIMARÃES, 2006).

Alguns tipos de trabalho expõem de forma evidente o trabalhador aos riscos psicossociais, entre eles: trabalhos que exigem pouco controle sobre o trabalhador e os métodos de trabalho (incluindo-se o trabalho em turnos); trabalhos que não fazem pleno uso das potencialidades do trabalhador para a execução das tarefas; trabalhos, cujo papel não envolve tomada de decisões; trabalhos que envolvem somente tarefas repetitivas e monótonas; trabalhos de operação de maquinários (que podem ser monitorados de forma inapropriada); trabalhos cujas exigências são percebidas como excessivas; sistema de pagamento vinculado à execução da tarefa com rapidez ou sem pausas; sistema de trabalho que limita as oportunidades para interação social; altos níveis de esforço que não são equilibrados com recompensas suficientes (recursos, remuneração, auto-estima, status, etc.) (GUIMARÃES, 2006).

A urgência de maior produtividade, associada à redução contínua do contingente de trabalhadores, à pressão do tempo e ao aumento da complexidade das tarefas, além de expectativas irrealizáveis e as relações de trabalho tensas e precárias, podem gerar tensão, fadiga e esgotamento profissional, constituindo-se em fatores psicossociais responsáveis por situações de estresse relacionado com o trabalho (GUIMARÃES, 2006).

Assim, quanto à percepção de riscos, notamos que os trabalhadores perceberam a penosidade do trabalho e os acidentes de trabalho como agravantes a sua saúde.

Quando os trabalhadores comentaram acerca de acidentes de trabalho, 23 (vinte e três) relataram algum de acidente em seus locais de trabalho, ou mesmo a caminho. Desses 18 (dezoito) disseram terem sofrido um ou mais de um acidente; e 5 (cinco) contaram ter sofrido acidentes, porém sem que houvesse uma notificação do fato ocorrido. As próximas figuras demonstram as ocorrências de Acidentes de Trabalho entre as funções exercidas pelos trabalhadores, e quanto ao gênero, respectivamente.

Figura 31: Quadro demonstrativo dos dados referentes à função e à ocorrência de Acidente de Trabalho (AT)

Função	Acidente de Trabalho			
	Não	Sim	Subnotificação	Total geral
Lavrador	20	11	5	36
Fiscal		3		3
Operador de Colheitadeira	1	1		2
Ajudante geral responsável por Sítio		1		1
Controlador de Praga	1			1
Montador de Acampamento		1		1
Motorista de Ônibus	1			1
Motorista de Queimada		1		1
Total geral	23	18	5	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Figura 32: Quadro demonstrativo dos dados referentes à Gênero e à ocorrência de Acidente de Trabalho (AT)

Gênero	Ocorrência de Acidente de Trabalho			
	Não	Sim	Subnotificação	Total geral
Masculino	18	15	2	35
Feminino	5	3	3	11
Total geral	23	18	5	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Um dos lavradores relatou que sofreu um acidente ocorrido durante o corte da cana. O trabalhador cortou-se com o “facão” no braço esquerdo e ao relatar sobre a notificação do acidente, inicialmente não soube responder se o acidente havia sido notificado (com Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT), mas depois disse que registraram o mesmo. Seu relato segue a seguir:

Cortei uma vez o braço com o podão. O braço esquerdo. Meu braço ficou machucado por doze dias, mas não fui afastado, continuei trabalhando. Vim com o curativo trabalhar. Num atrapalhava porque era o outro braço, era só tomar cuidado pra num pegar nada no machucado... Num sei se eles registraram... Ah, eles anotaram que sofri acidente lá no P.S. (Pronto Socorro) (FRANCISCO, 2010).

O que constatamos foram muitos relatos de acidentes pelo uso do podão, ou facão em locais como: mãos, dedos, braços, pés e canela. No entanto, quando os cortes eram pequenos, ou apenas arranhões, os próprios trabalhadores subnotificaram os acidentes, pois eles mostram certo desconhecimento sobre o conceito legal de AT. Eles consideram AT, apenas o acidente grave, com consequências mais sérias. Algo semelhante ocorreu com os trabalhadores

estudados por Rumin e Schmidt (2008). O mesmo desconhecimento ocorre em relação a CAT, pois os trabalhadores sabem que o acidente era registrado como acidente quando eram hospitalizados, mas não sabiam o motivo pelo qual ele foi e devia ser registrado.

O fiscal, Arlindo, ao relatar seu acidente, contou que decepou o dedo durante o trabalho no corte de cana, na época em que era lavrador. E ao relatar como se sentiu com o fato de ter perdido um dedo, disse:

Ah... Não foi fácil. Eu perdi o dedo, mas recebi a indenização (ARLINDO, 2010).

O discurso do trabalhador evidencia uma monetarização dos aspectos relacionados ao trabalho que interferem na saúde do trabalhador. Seligmann-Silva (2003), considera que para o trabalho, o que conta não é mais o que se faz, o esforço despendido e a inventividade, mas, tão somente, os resultados em termos de dinheiro.

Essa análise pode ser estendida, a nosso ver, quando entram em questão a saúde e a integridade física e mental do trabalhador, que, impregnado pela ação do aparelho ideológico da empresa, é levado a aceitar que as condições de insalubridade, os riscos de vida (periculosidade) e a própria penosidade do trabalho sejam pagos em dinheiro, ao invés de exigir a transformação das condições de trabalho. A monetarização do risco, desse modo, irá se articular aos mecanismos psicológicos e psicossociais de negação do próprio risco favorecendo mais ainda o êxito da dominação (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Outro acidente que nos chamou a atenção foi com o outro fiscal, Carlos, no entanto, esse acidente ocorreu antes de exercer essa função. Esse trabalhador relatou que já se cortou algumas vezes com o podão, mas contou que o acidente mais grave que sofreu foi quando carregava sacas de adubo:

O saco de adubo era muito pesado, fui carregar sozinho pra acabar logo, o companheiro tava demorando. Catei o saco sozinho... Ai senti uma dor lá embaixo... nunca senti tanta dor assim...Foi muito forte... Achei que ia morrer... Fui pro hospital, ai eu tinha rompido o tendão do saco (referindo ao saco escrotal) (CARLOS, 2010).

Figura 33: Fotos ilustrativas de adubo (direita) e carriola utilizada para transportar o adubo (esquerda).



Crédito: Aline Almussa (2010)

As figuras retratam o adubo que geralmente é utilizado, e a carriola, pela qual o adubo deve ser transportado.

Outro caso relatado foi o da montadora de acampamento, a qual exerce essa função, pois sofreu um acidente de trabalho há algum tempo, que a impossibilitou de exercer a sua função de lavradora.

Certo dia enquanto cortava cana, cai num buraco e deu mau jeito no joelho. Precisei operar e fiquei um tempo afastada. Quando voltei não conseguia mais trabalhar. Sentia muitas dores nos joelhos e, inclusive nas costas. Ai precisei operar de novo o joelho... Hoje to esperando a aposentadoria. Vou aposentar por invalidez, mas enquanto isso fico trabalhando aqui de montadora de acampamento (MARTA, 2010).

Marta, a montadora de acampamento, devido ao acidente, o qual a deixou inapta para o corte da cana, passou por uma recolocação de função. No entanto, esse acidente não trouxe prejuízos apenas para sua saúde, mas segundo a trabalhadora, prejudicou também seu orçamento mensal, que deixou de ser estabelecido por sua produção e passou a ser estabelecido pelas diárias de trabalho.

Constatamos, segundo os trabalhadores, que as partes do corpo mais atingidas pelos acidentes com instrumento cortante foram: pernas, pés, braços, dedos e mãos. Em Teixeira e Freitas (2003) os membros inferiores e superiores também foram as partes do corpo mais atingidas por acidentes de trabalho no meio rural.

Rumin e Schmidt (2000) consideram um risco real na execução do trabalho a ocorrência de golpes de facão que atingem pés e canelas. Eles consideram essa ocorrência um risco real, pois a movimentação do facão é egocípeta, ou seja, executa uma trajetória que se

inicia distante do trabalhador e finaliza sua trajetória em seu corpo. Assim, os autores consideram a movimentação do facão autoagressiva.

Silva *et. al.* (1984) indica que 26,6% das ocorrências de acidentes nas praticas canavieiras atingem os membros inferiores (pernas e pés), podendo estar associados ao uso do facão e a movimentação efetuada para o corte da cana.

Ferreira *et al.* (1997) evidenciam que o atrito do cabo do facão com a mão ocasiona bolhas e rachaduras caso não haja a utilização de luvas.

Um dos lavradores, ao referir-se aos cuidados sobre si, e contou-nos que usava “sebo de carneiro” como hidratante para as mãos rachadas.

A mão fica toda rachada, às vezes até sangra. Ai eu uso sebo de carneiro nas mão. É uma beleza, a mão fica lisinha e macia. Tem que usar alguma coisa, porque senão num dá. O sebo de carneiro, a gordura de carneiro, é a melhor pra isso (ALEX, 2010).

Quanto às causas do acidente de trabalho, na maioria das vezes, os trabalhadores são condicionados pelo cansaço provocado pelas horas extras, estafa crônica, horas não dormidas, pela alimentação e transporte deficientes, pelas precárias condições ambientais, pelo manuseio de máquinas e equipamentos que requeiram atenção redobrada, pela intensificação do ritmo de trabalho, e pelas más condições de vida e de trabalho, entre outras causas (MENDES, 2002). Fatores esses aos quais os trabalhadores rurais são expostos diariamente.

Alguns relatos a seguir evidenciam a forma como os trabalhadores percebem os riscos a que estão expostos:

Adoro cortar cana, só tem que saber cortar e se cuidar (TERESA, 2010).

A profissão é muito perigosa (ROBERTO, 2010)

Aqui é o inferno na terra, vixe (ROBERTO, 2010).

O trabalho na roça é desgastante, mas tem que trabalhar, perigo tem, mas tem que fazer o trabalho (JOSUÉ, 2010).

Quando tem que trocar as pás da colheitadeira, se num prestar atenção perde um braço nas pás (APARECIDO, 2010).

Os trabalhadores também contaram sobre aspectos de sua saúde. Dentre os participantes 14 relataram ter algum problema de saúde. Conforme nos contaram:

Eu fico nervoso que fico passando mal, tenho dor abdominal, já fiz exame do intestino, mas num sei que que é... Fico com essa dor por dentro de mim... Além disso, tenho gripe todo ano, e tomo remédio duas vezes por dia pra pressão alta, mas ta normalizada (CARLOS, 2010).

Hoje sou muito nervoso, fico estressado. Tenho pressão alta. Quando trabalhava a noite era pior, tinha vontade de dar um basta, precisava usar arrebite pra aguentar a trabalhar (APARECIDO, 2010)

Ainda não tenho nada não, graças a Deus (LUCIA, 2010).

Entre os problemas de saúde mencionados por eles encontramos: depressão, bronquite, gripes frequentes, gastrite, úlcera gástrica, dores musculares, dores em ligamentos, e na coluna, hipertensão arterial, colesterol alto, alergias no corpo, problemas nos olhos, lacrimejamento e câncer encefálico.

Quanto ao uso de medicamentos, 16 trabalhadores disseram que faziam uso de algum tipo de medicação, como: analgésicos, medicamentos para problemas estomacais, medicamentos para controle de colesterol e hipertensão arterial, ansiolíticos, entre outros. O restante (30) negou o uso de qualquer tipo de medicação (30).

Com relação a afastamentos, 24 trabalhadores contaram que já necessitaram ser afastados alguma vez: ou por acidentes, ou por doença, ou por licença maternidade. O restante, 22 trabalhadores, disseram que nunca necessitaram de afastamentos de seus postos de trabalho.

Dentre os que permaneceram afastados por algum tempo, todos relataram terem recebido seus direitos, ou pela própria usina, ou quando em casos com mais de 15 dias de afastamento pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

Os trabalhadores também comentaram que durante a atividade laboral, algumas vezes sentiram-se mal, 19 trabalhadores relataram o fato, e entre os sintomas que sentiram encontramos: tonturas, desmaios, sangramentos no nariz, e câibras. Seguem alguns relatos de trabalhadores:

Saia muito sangue do meu nariz... Saia direto, todo dia (MARCOS, 2010).

Fui no hospital e o médico disse que era exaustão, por causa do trabalho e do sol quente (TIAGO, 2010).

Num lembro qual foi o nome do negócio que o médico falou que eu tive, mas foi por causa do sol a pino na cabeça (MARCELO, 2010).

Vixe, eu tenho muita câibra, direto, quando ta mais quente dá mais, o médico mandou comer banana pra ajudar (ARLINDO, 2010).

Os trabalhadores relataram que trabalhavam até seu limite, sendo esse limite percebido quando começavam a sentir efeitos em seu corpo, como: as tonturas, câibras, e desmaios. Assim, quando se permitiam parar de trabalhar muitas vezes era pela necessidade de socorro médico, em que o diagnóstico geralmente era: exaustão, provocado pelo trabalho.

“A ocorrência de fadiga tem sido correlacionada também com as exigências específicas determinadas pelo conteúdo das tarefas” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.153). A autora, Seligmann-Silva (1994) constata que ao mesmo tempo em que forem grandes o perigo e a exigência de ritmo acelerado, a tensão acarretada atinge os limites do insuportável. Sendo ainda, que a intensificação do ritmo de trabalho é um dos principais fatores na produção de cansaço e nervosismo.

5.3.5. Contato com agrotóxicos

Quanto ao contato com agrotóxicos, segundo a maioria dos trabalhadores, eles não estavam em contato direto com os agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar. A figura a seguir demonstra os dados referentes à exposição a agrotóxicos segundo os relatos dos trabalhadores.

Figura 34: Quadro demonstrativo dos dados relativos a contato com agrotóxico; gênero e função.

Ranking:

Função	Contato com produto químico						
	Feminino			Masculino			Total geral
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	
Lavrador	8	2	10	24	2	26	36
Fiscal				1	2	3	3
Operador de Colheitadeira				1	1	2	2
Ajudante geral responsável por Sítio				1		1	1
Controlador de Praga					1	1	1
Montador de Acampamento	1		1				1
Motorista de Ônibus				1		1	1
Motorista de Queimada				1		1	1
Total geral	9	2	11	29	6	35	46

Fonte: Entrevistas com trabalhadores rurais (2010)

Dos trabalhadores, apenas oito comentaram terem tido algum contato direto, entre eles: quatro lavradores; o fiscal; o controlador de pragas e os dois operadores de colheitadeira, que antes de exercerem essas funções, faziam a aplicação de agrotóxico. Alguns de seus relatos seguem:

Apliquei veneno, carregando nas costas por catorze anos. Era o ‘Lacra’ (ALEXANDRE, 2010).

Ah, eles jogam o veneno enquanto a gente ta na roça (CARMEM, 2010).

Quanto ao manejo com agrotóxicos, Carmem contou ter manuseado agrotóxicos por um período de dois anos. Ela aplicava veneno contra formigas nos pés de cana-de-açúcar. Conforme seu relato:

Teve uma época que eu passava veneno de formiga... A gente colocava no balde de água, mexia com um pau, e depois pegava com um copinho, e ia jogado nos buracos da formiga, embaixo do pé da cana (...) A gente ficava o dia inteiro jogando veneno. De manhã, quando a gente chegava até de tarde, na hora de ir embora. (...) Fiquei fazendo isso uns dois anos (CARMEM, 2010).

O restante dos trabalhadores relatou que nunca manusearam o produto na lavoura de cana, embora, alguns trabalhadores que migraram de outras regiões, e trabalhavam em plantações de familiares, comentaram que já utilizaram os agrotóxicos anteriormente a migração, e muitas vezes sem nenhum tipo de proteção.

Durante as entrevistas, Miranda deixou que fosse feito o registro fotográfico em parte de sua residência, onde o marido guardava galões (os quais ela disse não saber a origem). Em um dos galões, aparentemente vazio havia instruções para destruição da embalagem após o uso (figura 35).

As figuras que seguem ilustram os galões que deveriam ter sido descartados após seu uso, no entanto, continuavam na residência da trabalhadora.

Figura 35: Fotos ilustrativas de embalagens vazias encontradas na moradia de trabalhador



Crédito: Aline Almussa (2010)

Almussa e Schmidt (2010) evidenciam que existe uma forma apropriada de armazenamento e descarte das embalagens de agrotóxicos. Antes do descarte das embalagens vazias deve ocorrer a tríplice lavagem das mesmas; e que o recolhimento das embalagens vazias é de responsabilidade dos fabricantes. No entanto, notamos que isso muitas vezes não ocorre. Como no caso da figura, que ilustra embalagem encontrada pelo esposo da

trabalhadora rural, e que segundo os dizeres da embalagem, deveria ter sido descartada após seu uso. Segundo Moreira *et al.* (2002), a pouca atenção dada ao armazenamento e ao descarte de rejeitos e embalagens é um fator de risco.

Recena e Caldas (2008) também observaram que o armazenamento de embalagens vazias era feito no interior das residências, pois muitos não sabiam qual destino dar às embalagens vazias.

Observamos na fala de dois trabalhadores, que foram expostos a agrotóxicos em algum momento de sua vida ocupacional, uma crença no efeito protetor do leite, como neutralizando os efeitos do agrotóxico no corpo.

Ah... Tomava leite depois que usava o veneno, porque sempre me disseram que era bom... num sei se funcionava, mas eu tomava, sempre ouvi pra tomar (DEVANIR, 2010).

Mexi com veneno muito tempo, quatro anos direto... Mas eu tomava leite quando chegava em casa. É bom depois que usa o agrotóxico, dá uma limpada... leite é bom pra tudo (MARCOS, 2010).

Fonseca *et al.* (2007) apontam que a crença no efeito protetor de bebidas alcoólicas é outro elemento que influencia o comportamento dos trabalhadores no manejo de defensivos. E constata-se que existe uma crença, entre alguns, de que o álcool imuniza o corpo contra os efeitos dos agrotóxicos, o que os leva, inclusive, a desprezar os EPIs. Isso também ocorre com relação ao leite e a crença de que este produto corta o efeito do pesticida. O uso do leite, como medida de proteção, também foi relatado por Castro e Confalonieri (2005).

A relação entre o saber/informação e o comportamento foi mediada pela percepção do risco. Tal relação, enquanto fenômeno culturalmente construído e interpretado revelou-se permeada por crenças/representações as quais constituem o eixo organizador das reações e comportamentos dos trabalhadores com relação ao agrotóxico (FONSECA *et al.*, 2007).

A falsa informação de que o leite neutralizaria quaisquer riscos de intoxicação circulava amplamente nas indústrias químicas que o distribuíam aos seus operários (SELIGMANN-SILVA, 1994, p165).

Ao falarem dos riscos a que os trabalhadores podem estar expostos, os trabalhadores relataram não saber acerca dos danos causados à saúde pelo uso de agrotóxicos.

Os estudos de Peres *et al.* (2004); Castro e Confalonieri (2005); Peres, Rozemberg e Lucca (2005); Gomide (2005); Schmidt e Godinho (2006); Fonseca *et al.* (2007); Recena e Caldas (2008) mostram que os trabalhadores e agricultores se utilizam de estratégias defensivas para enfrentar a ansiedade do ambiente de trabalho.

Segundo Dejours (1992), essas estratégias permitem ao trabalhador sobreviver em um ambiente de trabalho, por meio da constituição de um valor simbólico em que ele domina o perigo. Assim, sua produtividade não ficaria comprometida. A ideologia defensiva tem por objetivo “mascarar, conter e ocultar uma ansiedade grave. É um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, onde se deve procurar uma especificidade” (DEJOURS, 1992, p. 36). Tal estratégia de defesa não é construída em resposta a uma angústia ou sofrimento individual, e sim destinada a lutar contra perigos e riscos reais, identificados pelo coletivo. A ideologia defensiva acaba por substituir os mecanismos de defesa individuais, tornando-os impotentes.

A atitude dos trabalhadores de desprezar, negar ou ignorar os riscos frente a situações de potencial dano à saúde seria uma forma de desenvolvimento de estratégias de defesa frente aos perigos vivenciados no trabalho foram descritas por Recena e Caldas (2008); Schmidt e Godinho (2006); Gomide (2005); Faria *et al.* (2004).

Para Peres *et al.* (2004) a maioria dos agricultores, mesmo os que utilizavam estratégias defensivas para negar os riscos, parecia reconhecer o uso do agrotóxico como causadores de agravos à saúde, fato que remetia a outra estratégia defensiva, a de transferir a outras pessoas (e não a eles) a possibilidade de intoxicar-se por esses produtos. Descrevendo o assunto Gomide (2005), aponta que há negação dos riscos, pois eles tem um senso de perigo, mas creem que podem resistir aos efeitos do veneno, pois só os fracos sucumbem. Já Brito *et al.* (2009) indicam que a maioria acreditava nos efeitos nocivos do produto, mas existia uma naturalização de seu uso.

Há importantes causas que levam ao agravamento dos quadros de contaminação, tanto humana como ambiental, e tem um papel relevante frente à questão da exposição aos defensivos agrícolas.

Entre essas causas destacam-se: a ampla utilização destes produtos; o desconhecimento dos riscos associados à sua utilização; o consequente desrespeito às normas básicas de segurança; o histórico de desinformação na região estudada; a linguagem técnica empregada em ações educativas e de treinamento, impossibilitando a apropriação do conhecimento por parte do trabalhador rural (PERES *et al.*, 2001); a precariedade das políticas de fiscalização e o acompanhamento técnico; a dificuldade de entendimento das informações por parte dos usuários; e o desconhecimento das técnicas alternativas e eficientes de cultivo (MOREIRA *et al.*, 2002). Outras debilidades, tais como a pobreza, o analfabetismo ou o despreparo técnico para o exame de questões no cotidiano dos conselhos somam-se a essas circunstâncias (PEREIRA, 2004).

Outros fatores relevantes são: a livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras e os problemas sociais encontrados no meio rural, os quais criam necessidades para legitimar a venda desses produtos, resultando num processo de comunicação que realimenta a inserção desfavorável do homem do campo em uma economia de mercado mais ampla. Assim, observa-se o desaparecimento de referências aos cuidados, ao uso seletivo e à existência de alternativas para seu emprego.

5.3.6. Defesas contra os riscos

Aprendi a dizer não
Ver a morte sem chorar
(Disparada, Composição: Geraldo Vandr e e Theo de Barros)

Segundo Dejours (1992), as m as condições de trabalho colocam o corpo em perigo de modo a aumentar os riscos de acidentes e de doença profissional (podem acarretar também uma diminuição do período de vida, além de doenças psicossomáticas). O autor considera que o processo de trabalho e as condições de trabalho são determinantes da percepção de riscos dos trabalhadores e, em uma última instância, responsáveis pela construção de desprazer relacionado ao trabalho.

Seligmann-Silva (1994), destacou duas formas de defesa utilizada pelos trabalhadores frente a situações de dominação e de trabalho penoso e perigoso, são elas: a alienação e o uso excessivo de bebidas alcoólicas.

A defesa da autonomia passa pela preservação da autoconsciência e, nas situações de trabalho, portanto, pela luta contra a exaustão que impede o pensar sobre si mesmo e sobre o trabalho realizado. São defesas conscientes e deliberadas aquelas que se voltam para a preservação da capacidade de estar atento para evitar o próprio embotamento do entendimento e da iniciativa. Configuram-se, seguramente, em resistências contra a opressão e o esmagamento da identidade (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 234-5).

Sobre o hábito de ingerir bebidas alcoólicas, 31 trabalhadores relataram ter o hábito do consumo frequente. A maioria pensou muito antes assumir o hábito da ingestão de álcool, principalmente com relação   frequência o qual ingeriam a bebida, já outros pareceram ser bem sinceros em seus relatos. Os exemplos a seguir retratam algumas falas de trabalhadores:

Num bebo... São em casos de comemoração, e olhe l  (CLAUDIO, 2010).

Ah... se deixar eu tomo o bar inteiro (MARIO, 2010).

A primeira coisa que faço é ir pro bar, depois vou pra casa jantar e tomar banho... Tem dia que até volto pro bar, de noite (APARECIDO, 2010).

A primeira coisa que faço quando chego em casa é tomar uma (cerveja, ou água ardente) (APARECIDO, 2010).

Ah... eu bebo pouco, só antes de tomar banho... mas tomo uns vinte banhos por dia (RODRIGO, 2010).

Tomo sim... todo dia... ou uma pinguinha ou cerveja... esse povo que trabalha com a gente bebe tudo, se te falaram que num bebe, são tudo uns mentiroso (JAIR, 2010).

É pra tirar a poeira da goela (DEVANIR, 2010).

Já bebi muito, mas Graças a Deus parei (...) Ah... brigava, muito... É aquele negócio, a gente bebe, a gente num sabe que faz, fala alto, um quer falar mais alto que o outro, aí já viu, acaba brigando. (...) Ah.. Bebia em festas, cerveja, vinho, pinga, o que tivesse (MIRANDA, 2010).

Uma cervejinha de vez em quando. Mas pinga eu num tomo mais. Hoje só bebo nas festa (SUELI, 2010).

Bebo uma gelada pra tirar a canseira (APARECIDO, 2010).

Tomo cerveja só de vez em quando, quando tenho vontade. Mas cachaça tomo todo dia, umazinha, depois do banho (LUIS, 2010)

Se deixar bebo o bar inteiro (MARIO, 2010).

Beber relaxa, dá animo (INÁCIO, 2010).

Eu não canso não, saio do trabalho e ainda vou pro buteco (RODRIGO, 2010).

No geral, os trabalhadores que contaram ingerir bebidas alcoólicas relataram fazê-lo pelo fato da bebida proporcionar uma sensação de relaxamento, e de descanso. Além de ser um motivo para confraternizar no bar. O consumo de bebidas alcoólicas por trabalhadores também foi relatado por Faria *et al.* (2000) e Gomide (2005).

Dejours (1992) considera que a necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora do ambiente de trabalho, e em particular, das relações familiares. Algumas vezes o recurso às bebidas alcoólicas, e até mesmo uso de drogas, como psicotrópicos, podem ser uma maneira de atenuar a tensão interna e diminuir a ansiedade. As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de modo a aumentar os riscos de acidentes e de doença profissional (podem acarretar também uma diminuição do período de vida, além de doenças psicossomáticas). “A ansiedade é a sequela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe sobre o corpo” (DEJOURS, 1992, p.78).

Seligmann-Silva (2003) ao analisar situações do trabalho observa determinadas ocupações que obtém maior concentração de casos de alcoolismo, pois estão em constante contato com situações de risco mental. Assim, o alcoolismo passa a ser uma prática defensiva não só perante as situações de perigos da profissão (riscos físicos, químicos, ergonômicos, de acidente de trabalho), mas atuando como um anestésico para o corpo.

Ainda segundo Seligmann-Silva (1995), em situações de trabalho penoso e perigoso as defesas contra o medo assumem diferentes formas apresentando-se como mecanismos inconscientes de defesa, como a negação do perigo e repressão do medo.

Segundo Dejours (1992), negar, ou ignorar os riscos seria uma forma de estratégia de defesa frente aos perigos vivenciados no trabalho. Estratégias de defesa também apareceram no trabalho de Recena e Caldas (2008); Schmidt e Godinho (2006) Gomide (2005) e Faria *et al.* (2004).

Dejours (1992) considera que a atitude de desprezo ao risco (negação) não pode ser tomada ao pé da letra, como se o trabalhador desconhecesse os riscos relacionados a sua atividade por completo. Pelo contrário, tal estratégia sugere o pleno conhecimento do perigo. Desse modo, a negação do risco propicia a ele a sobrevivência em um ambiente, ou processo perigoso e penoso de trabalho, através do valor simbólico de que o trabalhador domina o perigo.

Segundo Dejours (1992), a ingestão de álcool pode ser expressão de estratégias de defesa psicológica. Seligmann-Silva (2003) considera que a conjunção do valor anestésico ao valor euforizante e excitante confere ao uso das bebidas alcoólicas o caráter compensatório, um dos mais importantes a considerar quando se tratam de situações penosas de trabalho e/ou sem perspectiva de desenvolvimento pessoal e de carreira.

Problemas especiais, como a fadiga, tem sido objeto de atenção, assim como a questão do uso de bebidas alcoólicas em sua relação a certas vivências do trabalho, nas quais esse uso se configura estratégia defensiva, muitas vezes de caráter coletivo (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994, p.14-5).

Desse modo, notamos que os trabalhadores rurais utilizam como mecanismo de defesa a alienação e a negação dos riscos; recorrendo algumas vezes ao uso de bebidas alcoólicas como outra forma de lidarem com os riscos e desgastes proporcionados pelo trabalho, como forma de proporcionar-lhes coragem e/ou de esquecer o contexto estudado, além de ser uma forma de anestesiar o corpo frente ao desgaste.

No entanto, não podemos afirmar que o consumo de bebidas alcoólicas como uma manifestação do sofrimento psíquico e/ ou uma estratégia de defesa seja algo determinado exclusivamente pelas condições de trabalho, pois as condições de vida a que esses trabalhadores estão inseridos, entre outros determinantes, também devem ser levados em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia
Descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras por onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei.
Chuva e sol
Poeira e carvão
Longe de casa
Sigo o roteiro
Mais uma estação
E a saudade no coração”

(A vida do viajante – Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil)

Essa pesquisa retratou as condições de vida, trabalho e saúde de gente humilde. Gente humilde, contada e cantada também em versos por Garotinho, Chico Buarque e Vinicius de Moraes, como segue o trecho:

Tem certos dias/ Em que eu penso em minha gente/ E sinto assim/
Todo o meu peito se apertar/ Porque parece/ Que acontece de repente/
Como um desejo de eu viver/ Sem me notar (GENTE HUMILDE –
Garoto, Chico Buarque e Vinicius de Moraes)

E quando ouvimos o discurso dessa gente, necessitamos denunciar suas condições de vida, trabalho e saúde, fazendo, assim, o conteúdo desta dissertação somar-se a tantos outros estudos que mostram o quanto a lavoura de cana de açúcar explora, fere e aliena.

Assim, no que tange as histórias e condições de vida dos trabalhadores rurais, verificamos que a maioria dos trabalhadores vivia em residências de condições humildes, ou em alojamentos, sendo o sonho de muitos adquirirem a casa própria.

Quanto à renda desses trabalhadores, muitos a consideravam insuficiente, necessitando conciliar trabalhos informais, os chamados bicos, em turnos alternados ao trabalho no campo, ou então, necessitando da ajuda da renda do trabalho de outros membros da família para que essa pudesse subsistir. Contudo, devido à exaustão provocada pelo corte da cana, os trabalhadores muitas vezes não possuíam forças para conciliarem outro trabalho.

Observamos um descompasso, entre alguns participantes, relacionado ao movimento de migração em busca de melhores condições de vida e as precárias condições de vida encontradas durante a coleta de dados. Em seus relatos, percebemos que alguns conseguiram obter o que para eles seria uma melhor condição de vida. Já para outros, a migração para Sertãozinho não atendeu às expectativas e os colocou em situação inversa à almejada.

O trabalho rural na agricultura canavieira do estado de São Paulo é regido predominantemente por relações assalariadas de trabalho. A crescente mecanização do corte da cana de açúcar também caracteriza o trabalho nessa cultura. Esse fator tem gerado desemprego, pressionado os salários, enfraquecido o movimento sindical e principalmente, contribuído para o agravamento das condições de trabalho.

Assim, em relação às condições de trabalho, o que encontramos reafirmam as concepções de diferentes autores que tratam desta temática. Conhecemos um cotidiano de trabalho marcado por precárias condições – marcadas também por: baixos salários; jornadas extensas e cansativas de trabalho; não existir instalações sanitárias dignas para atender as necessidades fisiológicas dos trabalhadores; não fornecimento de alimentação durante a

jornada de trabalho – em que a elevada lucratividade das usinas sucroalcooleiras não é proporcionalmente, nem em parte, revertida em benefícios aos trabalhadores.

O processo de trabalho no corte da cana de açúcar, se por um lado garante a efetivação de um número significativo de trabalhadores, por outro aumenta o desgaste físico desses, não restando tempo suficiente para a recomposição da capacidade produtiva do trabalhador, degradando cada vez mais a sua saúde. E mesmo quando o trabalho não ocasiona um dano físico ao corpo do trabalhador deixa suas marcas por meio do sofrimento mental.

Assim a percepção psicológica que o indivíduo tem das exigências do trabalho é o resultado das características físicas da carga de trabalho, da personalidade do indivíduo, das experiências anteriores e da situação social do trabalho.

Podemos citar como exemplo de fatores psicossociais: considerações relativas à carreira; à carga e ritmo de trabalho; e ao ambiente social e técnico do trabalho, como o trabalho em turnos.

Portanto, esses aspectos ou fatores psicossociais (o cansaço ocasionado pelo excesso de trabalho; o consumo diário de bebidas alcoólicas, e da percepção da degradação da saúde e das relações familiares), relativos ao conteúdo e significado do trabalho e às relações sociais, devem ser considerados tão importantes como os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos a que os trabalhadores estão expostos, em sua relação com os agravos à saúde do trabalhador.

Dessa forma, os trabalhadores lidam com esses fatores e riscos por meio de estratégias individuais, como: consumo de bebidas alcoólicas, e coletivas como: negação dos riscos.

Percebemos que dentre os principais cuidados utilizados pelos participantes deste estudo, relativos à prevenção de doenças e acidentes listam-se: a crença de que o consumo de leite evita intoxicações; e o uso de EPI como: luva, boné, mangote, caneleira, óculos e bota com bico de ferro, são as medidas utilizadas na prevenção de AT.

O uso de EPI foi a forma de cuidado mais mencionada pelos trabalhadores, pois mesmo com a existência de outros riscos, a maioria relatou o AT como o principal fator de risco no trabalho.

A utilização do “sorinho” e de vitaminas prescritas por médicos também foram relatadas pelos trabalhadores como medidas de cuidados. Os relatos dos trabalhadores, ainda apontaram uma percepção da degradação de suas saúdes ocasionada pelo trabalho.

Apesar de nosso estudo ser mais uma denuncia, que se soma a tantas outras, sobre as condições de trabalho e de vida dessa população, e suas consequências à saúde do

trabalhador, notamos que pouco tem sido feito para melhorar as atuais condições em que os trabalhadores rurais nas lavouras de cana de açúcar estão inseridos.

Trata-se de um contexto desafiador para a Saúde Pública, em termos de prevenção de acidentes de trabalho e promoção da saúde, pois se utiliza da desculpa da crescente mecanização para negligenciar cada vez mais seus trabalhadores, contribuindo assim para o desemprego de muitos pais de família, que não conseguirão uma boa oportunidade de recolocação profissional devido às suas qualificações não específicas para outras atribuições.

Desse modo, notamos os trabalhadores, que de um lado, frente à necessidade de uma remuneração para garantir a sua subsistência e de seus familiares, aceitam as condições precárias de trabalho, que irão refletir em suas condições de vida e de saúde, bem como, nos aspectos psicossociais de seu trabalho e das relações humanas que os permeiam; e, em que, por outro lado, as organizações de trabalho, no caso estudado, buscam cada vez mais a lucratividade, permeadas de relações de dominação que recorrem à alienação e exploração dos trabalhadores.

Entre nossas considerações ainda precisamos manifestar a impossibilidade do registro fotográfico no interior dos alojamentos e do ônibus, pois os responsáveis pelos mesmos não permitiram a realização de documentação fotográfica. Embora não tenha sido permitido o registro, necessitamos mencionar que observamos condições precárias no transporte e nos alojamentos dos trabalhadores, que marcaram nosso papel de pesquisadoras, e que merecem ficar registrados nessa pesquisa.

Com base nos resultados percebermos que precárias condições de trabalho tornam-se o eixo de impacto nas condições de vida e na saúde dos trabalhadores no contexto estudado. Contudo, consideramos que cada vez mais denúncias devam ser efetuadas, para que as autoridades públicas saibam que existe a necessidade de pensar-se em melhorias para as condições tanto de trabalho, como de vida e de saúde desses trabalhadores, e executem ações de fiscalizações nos ambientes de trabalho mais efetivas que as atuais; implementando serviços efetivos de acompanhamento do desgaste inerente das atividades laborais, e da atenção à saúde do trabalhador, sobretudo no que tange à lavoura de cana de açúcar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, L. E. R. *Fotoetnografia* – um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial e Palmarica, 1997.

ALESSI, N.P., NAVARRO, V.L., O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde. *Informações econômicas*, São Paulo, v.27, n.6, p. 1-12, jun. 1997.

ALEVATO, H.M.R. Gestão de pessoas, grupalidade e saúde no trabalho. *Boletim Técnico do Senac*, vol.31, n.3, Rio de Janeiro: Senac/DN, set/ dez, 2005.

ALMEIDA, W. et al. Agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-249, 1985.

ALMUSSA, A., SCHMIDT, M.L.G. Um resgate teórico sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores. In: *Psicologia e Trabalho: Desafios e perspectivas*, Assis: UNESP, 2010.

ARAÚJO, A. J. de et al. Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-130, jan./mar. 2007.

ARIAS, A. R. L. et al. Utilização de bioindicadores na avaliação de impacto e no monitoramento da contaminação de rios e córregos por agrotóxicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 61-72, jan./mar. 2007.

ASSIS, M.A.A, MORENO, C.R. de C. nutrição entre trabalhadores em turnos e noturno. In: FISCHER, F. et al. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*, 2004, p. 99- 114.

BAPTISTELLA, C da S C. et al. Ocupação da Força de Trabalho Feminina na Agropecuária Paulista. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, v.3, n.5, p. 1-6, maio 2008.

BARREIRA, T. H. C.; JACKSON-FILHO, J. M. Efetividade na implementação de políticas no campo da saúde e segurança no trabalho (SST) e novas formas de ação. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 34, n. 119, p. 04-05, 2009.

BARRETO, SMG., MARTINS, G de C. Vivências de ginástica laboral e melhoria da qualidade de vida do trabalhador: resultados apresentados por funcionários administrativos do instituto de física da Universidade de São Paulo (Campus São Carlos). *Motriz*, Rio Claro, v.13, n.3, p.214-224, jul./set. 2007

BATISTA, E; BAPTISTA, G C de, Dislodgeable residues of methamidophos in staked tomatoes. Resíduos deslocáveis de metamidofós em cultura estaqueada de tomate. *Scientia Agricola*, São Paulo v. 59, n. 3, p. 469-473, 2002.

BEDOR, C. N. G. et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 39-49, 2009.

BRÉGA, S. M. et al. Clinical, cytogenetic and toxicological studies in rural workers exposed to pesticides in Botucatu, São Paulo, Brazil. Estudos clínicos, citogenéticos e toxicológicos em trabalhadores rurais expostos a pesticidas em Botucatu, São Paulo, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, s. 3, p. 109-115, 1998.

BRITO, P. F. et al. Agrotóxicos e saúde: realidade e desafios para mudança de práticas na agricultura. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 207-225, 2009.

CARDILLO, M. H., *Manual sobre Previdência social e seus Benefícios* – Informações Básicas sobre a Previdência Social (Leis no. 8212/91 e 8213/91Out/2005) - Loureiro, J. F.; Mendes, T.C. (Contribuições). Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/saude/distritos/dssudoeste/cipa9/info_prev_social.html >> Acesso em 09 de agosto de 2008.

CARNEIRO, F. F. et al. Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias, Brasil, 2005. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 757-763, 2008.

CARVALHO, C. da C. S. et al., Avaliação de máquinas e equipamentos que oferecem riscos à segurança do trabalhador nas etapas de pós-colheita do café, *Ciência agrotecnologia*, Lavras, v. 32, n. 6, p. 1991-1998, 2008.

CASTRO, J. S. M.; CONFALONIERI, U. Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ). *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 473-482, 2005.

CIAP. CENTRO INTEGRADO DE APOIO PROFISSIONAL. Disponível em: <<http://www.ciap.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

COSTA, G. Saúde e trabalho em turnos e noturno. In: FISCHER, F. et al. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*, 2004, p.79-98.

CRUZ-NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 51 a 66, 2002.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial, 1992.

_____. *O fator humano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: uma contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, E. C., Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: PINHEIRO, T.M.M. *Saúde do Trabalhador Rural* – RENAST, 2006.

ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FARIA, N. M. X. et al. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 391-400, 1999.

_____. Pesticides and respiratory symptoms among farmers. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 973-981, 2005.

_____. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 115-128, 2000.

_____. Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2611-2621, 2006.

_____. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1298-1308, 2004.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

FEHLBERG, M. F. et al., Acidentes de trabalho na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo transversal de base populacional. Rural work-related accidents in Pelotas, Rio Grande do Sul State, Brazil: a population-based cross-sectional study. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1375-1381, 2001.

FERREIRA, A.B. de H. Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, L.L. et al. Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo: FUNDACENTRO, 1997.

FISCHER, F. M. Fatores individuais e condições de trabalho e de vida na tolerância ao trabalho em turnos. In: FISCHER, F. et al. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*, 2004.

FONSECA, M. das G. U. et al. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-50, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, S. O Ego e o Id, vol. XIX. (1923) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Recordar, repetir, elaborar, vol. XII. (1914) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMES, J. R. et al. Trabalho das crianças e dos adolescentes no corte da cana de açúcar. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 26, n. 97/98, p. 9-27, 2001.

GOMIDE, M. Agrotóxico: que nome dar? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 1047-1054, 2005.

GONÇALVES, D. B. Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista. 2005. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2005.

Guia Trabalhista, Portal Tributário Editora. Disponível em: <<<http://www.guiatrabalhista.com.br>>> Acesso em 10 de agosto de 2010.

GUILLEN, I. C.M., O trabalho de Sísifo “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945). *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 615-636, 2007.

GUIMARÃES, L.A.M. *Fatores psicossociais de risco no trabalho*, 2006. Disponível em: <http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2006/saude_mental/anais/artigos/Liliana_A.M.Guimaraes.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v.22, n. 2, p.201-210, 2006.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Sertãozinho/SP. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1,cidade>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

KATO, M. et al. Exposição a agentes químicos e a Saúde do Trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 06-10, 2007.

KNAUTH, P. Modelos e tendências de jornadas de trabalho flexíveis em setores de produção e serviços: o caso da Europa. In: FISCHER, F. et al. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*, 2004, p.19-30.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1515-1524, 2004.

LIMA, R.C. et. al. Percepção de exposição a cargas de trabalho e riscos de acidentes em Pelotas, RS (Brasil). Workers' perception of exposure to occupational hazards and the risk of accidents in a Southern Brazilian city. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 136-146, 1999.

MARQUES, S. M. T. Trabalho e Acidentes no meio Rural do oeste catarinense Santa Catarina, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 28 n. 107/108, p. 101-105, 2003.

MARTINEZ, M.C. As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador. Dissertação de mestrado (Saúde Ambiental) apresentada a Faculdade de Saúde Publica, USP, 2002.

MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, v.1-2, 1985.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade, Revista Associação Brasileira de Psicologia Social*, v.18, n.2, p.62-71, mai./ago., 2006.

MENDES, J. M. R., Acidentes de trabalho, IN: CATTANI, A. D - *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia* – 4º Edição, Editora Vozes & Editora da UFRGS, 2002.

MENDONÇA, S.R. The two dichotomies of agricultural education in Brazil (1930-1960), *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 88-100, 2006.

MEYER, T. N. et al. Incidência de suicídios e uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG), Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 24-30, 2007.

MERLO, A. R. C. et al. Trabalho de grupo com portadores de LER/DORT: relato de experiência. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2001.

MERLO, A. R. C.; MENDES, A.M.B. Perspectivas de uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MINAYO, M.C.S. (org) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2002.

MIRANDA, A. C. de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-14, 2007.

MOREIRA, J. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2002.

OLIVEIRA, M. L.; MACHADO-NETO, J. G. Segurança no trabalho com agrotóxicos em Citros; Aplicação com o turbopulverizador e preparo de calda em tanque de 2000L. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 28, n. 107/108, p. 9-17, 2003.

OLIVEIRA, S. M. de; GOMES, T. C. C. Contaminação por agrotóxico em população de área urbana: Petrópolis, RJ. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 18-26, 1990.

OLIVEIRA-SILVA, J. J. et al. Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 130-135, 2001.

PENA-VEGA, A. Perception des risques, qualité de vie et éthique. Trabalho apresentado no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães. Recife: Fundação Oswaldo Cruz (mimeo), 2001.

PEREIRA, S. A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité - Ceará. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 26, maio/jun./jul./ago., 2004.

PERES, F. Onde mora o perigo? O processo de construção de uma metodologia de diagnóstico rápido de percepção de risco no trabalho rural. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, 2003.

_____. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. Health, work and environment at the Brazilian rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro v. 14, n. 6, p. 1995-2004, 2009.

PERES, F. et al. Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 564-570, 2001.

_____. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 27-37, 2005.

_____. Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1059-1068, 2004.

PERES, F.; ROZEMBERG, B.; LUCCA, S. R. de. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1836-1844, 2005.

PETTI, R., FREDO, C.E., Emprego Formal na Cana-de-açúcar. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, v.4, n.4, 2009.

RECENA, M. C. P.; CALDAS, E. D. Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 294-301, 2008.

RIBEIRO, H; FICARELLI, T. R. A. Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar em Macatuba/ São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

RIQUINHO, D. L., GERHARDT, T.E. Doença e Incapacidade: dimensões subjetivas e identidade social do trabalhador rural. *Illness and Disability: rural workers' subjective dimensions and social identities. Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 2, p.320-332, 2010.

ROTENBERG, L. Aspectos sociais da tolerância ao trabalho em turnos e noturno, com ênfase nas questões relacionadas ao gênero. In: FISCHER, F. et al. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*, 2004.

RUMIN, C. R.; SCHMIDT, M. L. G. Estudo de caso de acidentes do trabalho: as falhas na elucidação das causas e a deficiência de técnicas preventivas. *Revista de Iniciação Científica*. Fundação Editora UNESP: São Paulo, 2000, p. 203-208.

RUMIN, C. R.; SCHMIDT, M. L. G. Influências das Condições e Organização do Trabalho de uma Indústria de Transformação de Cana-de-Açúcar na Ocorrência de Acidentes de Trabalho. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 56-67, 2008.

RUMIN, C. R. Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do município de Pacaembu-SP. Ribeirão Preto/SP: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, 2004.

SANTANA, V. et al., Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 841-855, 2005.

SARTI, S. M. *Sertãozinho: energia, fé e trabalho*. São Paulo: Editora Noovha América, 2007.

SATO, L. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v.12 n.2, p. 217 a 225, 2009.

SCHMIDT, M. L. G.; GODINHO, P. H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalhado de produtores rurais: intoxicação por agrotóxicos e subnotificações. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 31, n. 113, p. 27-40, 2006.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, 1994.

SELIGMANN-SILVA, E., Psicopatologia e saúde mental no trabalho. IN: MENDES, R. - *Patologia do trabalho*. Editora Atheneu, p. 1142 a 1181, 2003.

SILVA, J. M. da et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005.

SILVA, M.R.C. et al. Acidente de trabalho. *Cadernos do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais*, n. 2, Fundação Getúlio Vargas, 1984.

STADUTO, J. A. R. et al., Contratos no Mercado de Trabalho Agrícola: o Caso das Cooperativas de Trabalhadores Rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 637-661, 2004.

TEIXEIRA, F. Estudo revela alto nível de desgaste físico dos cortadores de cana em SP. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro. Disponível em: <[HTTP://OGLOBO.GLOBO.COM/CIDADES/MAT/2011/01/18/ESTUDO-REVELA-ALTO-NIVEL-DE-DESGASTE-FISICO-DOS-CORTADORES-DE-CANA-EM-SP-923530365.ASP](http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2011/01/18/estudo-revela-alto-nivel-de-desgaste-fisico-dos-cortadores-de-cana-em-sp-923530365.asp)>. Acesso em 30 de janeiro de 2011.

TEIXEIRA, M. la P.; FREITAS, R. M. V. Acidentes do trabalhador rural no interior paulista. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 81-90, 2003.

TRAPÉ, A. Z. Saúde do trabalhador rural. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 23, s. 1, p. 1-58, 1993.

UNICA – *União da Indústria de Cana de Açúcar*. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>>. Acesso: 20 de dezembro de 2010.

VEIGA FILHO, A. de A., A substituição de empregos por máquinas: uma simulação para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo. *Instituto de Economia Agrícola*. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em 25 de janeiro de 2011.

VICENTE, M.C.M. Inserção da força de trabalho feminina: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 45, n. 2, p.62-91, 1998.

VICENTE, M.C.M. et al. Comportamento do mercado de trabalho na agricultura paulista, 2000 e 2001. *Instituto de Economia Agrícola*. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em 25 de janeiro de 2011.

WIEDEMANN, P. M. Introduction risk perception and risk communication. Jülich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Jülich; 1993. (Arbeiten zur Risiko-Kommunikation 38).

FONTES ICONOGRÁFICAS

FICHA CADASTRAL DO PACS – Cadastro de Família do Programa de Saúde da Família – PSF Sertãozinho. Sertãozinho, 2009.

MAPA DA CIDADE DE SERTÃOZINHO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3ozinho_\(S%C3%A3o_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3ozinho_(S%C3%A3o_Paulo))>. Acesso em: 01 mar 2010.

SIAB – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA – Secretaria Municipal de Saúde. Sertãozinho, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada.

Data: _____ telefone: _____

Nome: _____

1. **Idade:** () 18-20 anos () 21-30 anos () 31- 40 anos () 41-50 anos () 51-60 anos () > 61 anos

2. **Gênero:** () F () M

3. **Escolaridade:**

A () Analfabeto

G () Ensino superior incompleto

B () Realiza leitura

H () Ensino Superior completo

C () Fundamental incompleto

I () Ensino técnico incompleto

D () Fundamental completo

J () Ensino técnico completo

E () Ensino médio Incompleto

L () Outro _____

F () Ensino médio completo

4. **Filhos?** () Sim () Não Quantos? _____

5. **Estado Civil:**

A () casado(a)

C () separado(a)

E () outros: _____

B () solteiro(a)

D () viúvo(a)

6. **Condição de propriedade**

A () própria B () Aluguel C () arrendatário D () emprestada E () Outro _____

7. **Quantas pessoas residem na sua casa:** _____

8. **Há quanto tempo mora em Sertãozinho?** _____ anos

9. **Sua Renda mensal: R\$** _____

Histórico Ocupacional:

10. **Há quanto tempo está no trabalho rural?** _____ anos

() até 5 anos

() 11- 15 anos

() 21- 25

() mais de 30

() 6- 10 anos

() 16- 20

() 26-30

11. **Qual lavoura cultiva atualmente?** () Cana () soja () amendoim () milho () outra

12. **Há quanto tempo está nessa lavoura?**

() até 5 anos

() 16- 20

() mais de 30

() 6- 10 anos

() 21- 25

() 11- 15 anos

() 26-30

13. **Já exerceu outra função anteriormente?** () Sim () Não Qual? _____

14. **Geralmente trabalha quantas horas/ dia?**

() 4hs

() 7hs

() 10 hs

() 5hs

() 8 hs

() 12hs

() 6hs

() 9hs

() mais de 12hs

15. **Dias/ Semana?**

() 3

() 5

() 7

() 4

() 6

16. **É registrado?** () Sim () Não

17. **Você ganha por produção?** () Sim () Não Quanto você ganha? _____

18. **Para qual Usina você trabalha?** _____

Ela oferece algum benefício? (plano de saúde, alimentação,...)

19. **Você utiliza ou manuseia algum produto químico no processo de trabalho (veneno, por exemplo)?** () Sim () Não Quais? _____

20. **Quem ofereceu o treinamento para fazer seu trabalho?**

() técnico ou outro profissional

() outro _____

() com os colegas de trabalho

() não recebi

21. **Você se protege no seu trabalho?** () Sim () Não

22. **Dentre os EPI/EPC (equipamento de proteção individual/coletivo) abaixo, quais você usa constantemente?**

() Luva

() Roupas especiais/impermeáveis

() Bota

() Máscara para produtos químicos

() Chapéu/ gorro/ boné

() Não uso () Outro _____

23. Quem fornece os EPI? O que eles dão? Eles repõem quando necessário?

24. Já sofreu algum AT? () Sim () Não

() por animais (picada ou mordida)

() intoxicação por produtos químicos

() corte em algum membro

() outro _____

() na ida/volta do trabalho

25. O acidente foi registrado no INSS? (emitiram a CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho)?

() Sim

() Não procurou registrar

() tentou, mas não conseguiu Por

quê? _____

26. Já teve que ser afastado alguma vez? () Sim () Não. **Por quanto tempo? Se afastado, como recebeu o benefício?**

27. Você já se sentiu mal durante o trabalho? () Sim () Não. **Quando? Quais sintomas você sentiu? Por que você acha que isso aconteceu?**

28. Foi hospitalizado? () Sim () Não

29. Hoje tem algum problema de saúde? () Sim () Não **Qual?** _____ **Há quanto tempo?**

30. Atualmente faz uso de algum remédio? () Sim () Não **Qual?** _____

31. Nos últimos meses sente alguma coisa? Algum sintoma?

32. Tem o hábito de ingerir bebida alcoólica? () Sim () Não **Com qual frequência?**

33. Em que período do dia?

() Manhã, antes do trabalho

() Tarde, depois do trabalho

() Noite, antes de dormir

34. Como é seu cotidiano de trabalho?

35. A que horas costuma comer e o quê? Você leva a comida de casa? Ou a Usina fornece?

36. Tem intervalos, e/ou folgas?

37. Tem tempo de ir ao banheiro? Como é o banheiro?

38. Quanto costuma cortar de cana por dia? Por semana? Ou por mês?

39. Você usa algo, ou alguma substância que considera que o deixa mais forte, e para aumentar a produtividade no trabalho?

40. Você acha que seu trabalho oferece algum risco? Qual?

41. O que você considera mais desgastante no seu trabalho?

42. O que costuma fazer quando não está trabalhando?

43. Faz bicos?

44. Você já se pesou antes do corte e depois? Perdeu peso? Quanto você pesa hoje?

45. Você faz algum tipo de ginástica, aquecimento antes do trabalho? Onde é feito? Gosta de fazer? Como se sente?

46. Como você vai para o trabalho?

47. Que horas acorda para ir trabalhar? Vai pra o ponto? Chega ao trabalho? Sai do trabalho? Chega ao ponto? Chega em casa? Vai dormir?

48. Como é a relação com os colegas?

49. E com a família na cidade de origem?

50. Você tem planos para o futuro? Sonhos?

51. Por que você começou a trabalhar na lavoura?

52. Gostaria de fazer alguma consideração?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

“Um Estudo das Condições de Trabalho e Relação com a Saúde entre Trabalhadores Rurais do Município de Sertãozinho/SP”.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo: Identificar como os trabalhadores rurais vivenciam suas condições de trabalho e que efeitos percebem em sua saúde e em sua vida em geral. Além de: conhecer o cotidiano dos trabalhadores rurais; Verificar suas queixas de saúde; Compreender a percepção dos trabalhadores sobre os riscos decorrentes de seu trabalho; Conhecer os cuidados empregados por eles para evitar danos a saúde; Registrar situações cotidianas de trabalho que demonstrem possíveis riscos.

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados serão: análise das fichas cadastrais do Programa de Agentes Comunitários de Saúde; e entrevistas individuais semi-estruturadas e registro fotográfico.

Os benefícios esperados com os resultados desta pesquisa visam oferecer possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir e diminuir os riscos relacionados ao trabalho, contribuindo assim para a qualidade de vida da população trabalhadora.

Durante o curso da coleta de dados o participante será informado sobre os procedimentos que serão aplicados.

- Será garantido o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.
- Será garantido o anonimato dos sujeitos quanto ao resultado da pesquisa.
- Será garantido ao sujeito de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalizações ou prejuízos pessoais.
- Não haverá por parte do sujeito qualquer tipo de despesa pela sua participação na pesquisa.
- Nas publicações científicas dos resultados da pesquisa, mesmo o nome do sujeito sendo mantido no anonimato, este deve comunicar ao pesquisador se:
() Autoriza a citação dos trechos desta entrevista.
() Não autoriza a citação dos trechos desta entrevista.

Caso o sujeito opte pela autorização da citação dos trechos da entrevista estes serão copiados na íntegra, respeitando-se as palavras e os sentidos registrados durante a entrevista.

Pesquisador Responsável: Aline Almussa, RG: 43.032.017-6 SSP/SP, mestranda da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista FCL/UNESP, do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho – Núcleo Saúde do Trabalhador – Unesp – Campus de Assis/SP, orientada pela Profa. Dra. Maria Luiza Gava Schmidt.

Quaisquer dúvidas, reclamações com relação aos aspectos éticos desta pesquisa deverão ser encaminhadas para o Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho – Núcleo Saúde do Trabalhador – Assis - SP. – Fone (0XX18)3302-5900.

Declaro que estou esclarecido sobre a natureza desta pesquisa e aceito ser sujeito da mesma.

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ RG: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do pesquisador: _____

ANEXOS

A saúde vai bater na sua porta.



ESTRATÉGIA Saúde da Família AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

**Entenda bem este programa.
Você será o maior beneficiado.**



O Programa

A ESTRATÉGIA Saúde da Família de Sertãozinho prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na Unidade de Saúde perto de sua residência ou no domicílio pelos profissionais, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que compõe a ESTRATÉGIA Saúde da Família.



Os Objetivos

>Conhecer a realidade das famílias, por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, locais onde moram e doenças da região;

>Identificar os principais problemas de saúde e situações de risco aos quais a população que ela atende está exposta;

>Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para enfrentar os determinantes do processo saúde/doença;



As Equipes

A ESTRATÉGIA Saúde da Família de Sertãozinho é composta por uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e de seis Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Atribuições dos membros das equipes:

Enfermeiro:

Supervisiona o trabalho do Agente Comunitário de Saúde, realiza consultas

Assim, esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de coresponsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade.

Com a ESTRATÉGIA da Saúde da Família a Secretaria da Saúde de Sertãozinho espera resolver 90% dos problemas de saúde em sua comunidade, prestando um atendimento de bom nível e melhorando a qualidade de vida da população.

>Prestar assistência integral, respondendo de forma contínua e racionalizada à demanda, organizada ou espontânea, na Unidade Básica de Saúde, na comunidade, no domicílio e no acompanhamento ao atendimento nos serviços de referência ambulatorial ou hospitalar;

>Desenvolver ações educativas e intersetoriais para enfrentar os problemas de saúde identificado aos quais a população que ela atende está exposta;

na Unidade de Saúde, bem como assiste às pessoas que necessitam cuidados de enfermagem, no domicílio.

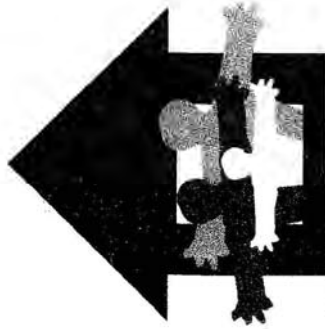
Agente Comunitário de Saúde:

Faz ligação entre as famílias e o serviço de saúde, visitando cada domicílio pelo menos uma vez por mês; realiza o mapeamento de cada área, o cadastramento das famílias e estimula a comunidade a participar dos Programas de Prevenção em Saúde.

O ACS é seu mais novo amigo. Receba-o bem em sua casa.

Situação Social

Profissão do Chefe da Família:	
Profissão de Outros Domiciliados:	
Local que Trabalha o Chefe da Família:	
Local que trabalham Outros Domiciliados	
Renda Familiar:	
Recebe Algum Benefício Social	☐ Sim ☐ Não
☐ Cesta Básica	
☐ Leito	
☐ Bolsa Escola	
☐ Renda Cidadã	
Participa de Alguma Religião?	☐ Sim ☐ Não
Qual?	
Atividade:	
Participa da 3ª Idade?	☐ Sim ☐ Não
Outras Atividades:	
Observações:	

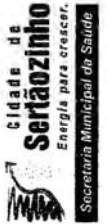


Programa de Saúde da Família

Ficha Cadastral

PSF - Programa de Saúde da Família
PACS - Programa de Agente Comunitário de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde de Sertãozinho

Nº da Família:



Observações:

[illegible]